

REVISTA  
**L**

# Labor

ISSN: 1983-5000

número 7 vol.1, ano 2012



## Sumário

### Artigos

- A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO A PARTIR DO EIXO ESTRUTURANTE: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA PDF  
1 - 19  
Dante Henrique Moura
- A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DE SOCIÓLOGOS FRANCESES AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR BRASILEIRA PDF  
20 -34  
Liliane Pereira de Souza
- A BUSCA DA COMPREENSÃO DO HUMANO E SEU MUNDO PDF  
36 - 48  
Iael de Souza
- ALIENAÇÃO E O PROCESSO DE SOFRIMENTO E ADOECIMENTO DO PROFESSOR: NOTAS INTRODUTÓRIAS PDF  
49 - 64  
Flávia Gonçalves da Silva
- DA MANUFATURA À MAQUINARIA MODERNA: A SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO AO CAPITAL PDF  
65 - 78  
Osmar Martins de Souza, José Joaquim Pereira Melo, Renan Willian Fernandes Gomes
- ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO EMPREGO BANCÁRIO PÚBLICO. PDF  
79 - 101  
Fernando Ramalho Martins
- FLEXIBILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO LABORAL: MANIFESTAÇÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O TRABALHADOR PDF  
102 - 125  
Camila Alves Lima, Edgla Maria Costa Barros, Cássio Adriano Braz de Aquino
- RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO AÇÃO CIDADÃ? DESMASCARANDO A PRÁTICA DISCURSIVA DE UMA NOVA EXIGÊNCIA DA ÉTICA DE MERCADO PDF  
126 - 147  
Iael de Souza, Ryan Ribeiro de Azevedo, Cléverson Vasconcelos da Nóbrega
- UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE EM MARX ATRAVÉS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE 1859. PDF  
148 - 159  
Jean Paulo Pereira de Menezes

ESTADO, POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA EM  
MARX

Antonio Valricélio Linhares da Silva, Enéas Arrais Neto,  
Epitácio Macário

PDF  
159 - 169

## **A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO A PARTIR DO EIXO ESTRUTURANTE: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA**

### **THE CURRICULUM OF THE HIGH SCHOOL INTEGRATED WITH VOCATIONAL EDUCATION BUILT FROM THE STRUCTURAL AXIS: LABOR, SCIENCE, TECHNOLOGY AND CULTURE**

**Dante Henrique Moura<sup>1</sup>**

#### **RESUMO**

Neste texto discutimos algumas possibilidades de organização curricular do ensino médio integrado a partir de seu eixo estruturante, trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Realizamos o estudo a partir de revisão bibliográfica pertinente ao tema. Dividimos o texto em cinco partes: uma aproximação inicial, seguida de uma breve discussão acerca da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Depois, discorremos sobre as relações entre o projeto político-pedagógico (PPP) e a organização curricular. Na quarta parte, alcançamos o objetivo central do trabalho que é discutir algumas possibilidades de organização curricular do ensino médio integrado. Finalmente, apresentamos algumas considerações finais, onde destacamos que para se avançar na direção de constituir o ensino médio integrado como política pública educacional é fundamental, dentre outros aspectos, a instituição de quadro próprio de professores, com a realização de novos concursos; a consolidação de planos de carreira em que seja prevista a dedicação exclusiva dos professores e a melhoria salarial; e a melhoria da estrutura física, material e tecnológica das escolas, especialmente nas redes estaduais.

**Palavras-chave:** Ensino Médio integrado – Organização curricular – Educação profissional.

#### **ABSTRACT**

In this paper we discuss some possibilities of high school curriculum integrated with vocational education from its structural axis, labor, science, technology and culture. We conducted the study based on literature review concerning the matter. We divide the text into five parts: an initial approach, followed by a brief discussion about the integration of labor, science, technology and culture. Then, we talk about relations between the political-pedagogical project (PPP) and the curriculum. In the fourth part, we achieved the main objective of the paper is to discuss some possibilities of high school curriculum integrated with vocational education. Finally, we present some concluding remarks, where we emphasize that to move toward high school be built as a public policy education is essential, among other things, the establishment of its own staff of teachers with the implementation of new procurement, the consolidation of career paths as to provide for the dedication of teachers and better salaries, and improving the physical structure, material and technological schools, especially in state schools.

**Keywords:** High-school integrated - Curriculum with vocational education - Vocational education.

## **INTRODUÇÃO**

Neste texto discutimos a organização curricular do ensino médio integrado a partir da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Realizamos o estudo a partir de revisão bibliográfica pertinente ao tema e de nossos conhecimentos e experiência profissional nessa esfera educacional.

Esclarecemos que o texto não tem caráter exaustivo. O que almejamos é contribuir para o debate político e teórico-metodológico acerca das possibilidades de construção do ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio como política pública educacional do Estado brasileiro.

Antes de iniciar a discussão acerca do nosso objeto de estudo, convém esclarecer que não vamos focar diretamente algumas questões relativas ao ensino médio integrado no atual quadro educacional brasileiro, tais como: a sua pertinência e necessidade de ampliação da oferta; a sua contribuição para o rompimento da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica; e a sua aproximação conceitual com a politecnia ou educação tecnológica, uma vez que estamos de acordo com parte significativa da produção já existente acerca dessas questões, as quais fundamentam o presente estudo<sup>2</sup>.

Para melhor localizar o leitor no texto, o dividimos em mais quatro partes além desta aproximação inicial ao tema: na primeira fazemos uma breve discussão acerca da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Em seguida, discorremos sobre as relações entre o projeto político-pedagógico (PPP) e a organização curricular. Na terceira parte, alcançamos o objetivo central do trabalho que é discutir algumas possibilidades de organização curricular do ensino médio integrado. Finalmente, apresentamos algumas considerações finais sobre os temas em questão.

## **TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA COMO EIXO ESTRUTURANTE DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA BREVE DISCUSSÃO<sup>3</sup>**

Previamente a qualquer proposição acerca da organização curricular do ensino médio integrado é imprescindível buscar compreender como trabalho e tecnologia, articulam-se à ciência e à cultura. É a partir dessa articulação que buscaremos identificar possibilidades metodológicas que contribuam para promover a pretendida integração.

Nesse sentido, compreendemos o trabalho como mediação primeira entre o homem e a natureza e, portanto, elemento central na produção da existência humana<sup>4</sup>. Dessa forma, é na busca da produção da própria existência que o homem gera conhecimentos, os quais são histórica, social e culturalmente acumulados, ampliados e transformados. Nessa perspectiva, o conhecimento é uma produção do pensamento em que se percebem e se representam as relações constitutivas e estruturantes da realidade, enquanto a teoria surge quando essas relações, elevadas ao plano do pensamento, são ordenadas e retiradas do contexto em que foram produzidas e apreendidas originalmente, com o objetivo de potencializar o avanço das forças produtivas. A ciência, nessa linha de raciocínio, é um tipo de conhecimento rigorosamente sistematizado e intencionalmente expresso como conceitos que representam as relações determinadas e apreendidas da realidade considerada. A ciência converte-se, pois, em força produtiva (RAMOS, ?<sup>5</sup>).

A história da tecnologia, à luz da concepção de ciência como força produtiva, ocorre no marco da revolução industrial, da qual decorrem em um primeiro momento o taylorismo e o fordismo e, posteriormente, a automação industrial e o toyotismo. Dessa compreensão, surge uma relação entre ciência e tecnologia que se desenvolve na produção industrial. Outra relação decorre do fato que tal desenvolvimento visa satisfazer as necessidades que seres humanos criam para si individual e coletivamente, constituindo-se (as tecnologias) como possibilidades de extensão das capacidades de homens e mulheres. Nesse sentido, a tecnologia é “mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real).” (RAMOS, 2004; 2005<sup>6</sup> *apud* BRASIL, 2007, p. 44)

Além disso, é necessário compreender a tecnologia como construção social complexa integrada às relações sociais de produção. Portanto, mais que força material da produção, a tecnologia, cada vez mais indissociável das práticas cotidianas, em seus vários campos/diversidades/tempos e espaços, assume uma dimensão sociocultural, uma centralidade geral e não específica na sociabilidade humana. A tecnologia passou a ter um lugar de centralidade em quase todas as práticas sociais, em particular, no processo educativo e de pesquisa. Assim, o trabalho como categoria central de produção de saber, e, trabalho, ciência e tecnologia são indissociáveis (LIMA FILHO, 2005; MOURA, 2007).

Todo esse processo relacional de apreensão, desvelamento e intervenção no real, originado do trabalho enquanto mediação fundamental entre o homem e a natureza, resulta na produção de conhecimentos, teorias, ciência e tecnologia. Cabe-nos incorporar a nossas reflexões o fato de que esses movimentos ocorrem a partir das práticas realizadas pelos grupos sociais e, portanto, influenciam e são fortemente influenciados pela cultura desses mesmos grupos. Nesse sentido, compreendemos a cultura como código de comportamento dos indivíduos e grupos que integram determinada sociedade e como manifestação de sua forma de organização política e econômica, no que diz respeito às ideologias que lhe dão sustentação (GRAMSCI, 1991<sup>7</sup> *apud* BRASIL, 2007, p. 44). Então, por essa forma de pensar, a cultura constitui o modo de vida de um determinado grupo populacional, pois é por meio dela que se produzem símbolos, representações e significados que determinam suas práticas sociais e vice-versa.

Diante disso, a formação integrada, precisa ir além de proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e acumulados pela humanidade. Precisa promover o pensamento crítico-reflexivo sobre os códigos de cultura manifestados pelos grupos sociais ao longo da história, como forma de compreender as concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade e, a partir daí, contribuir para a construção de novos padrões de produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia, voltados para os interesses sociais e coletivos.

É a partir desses referenciais que, na próxima seção, vamos discutir as relações entre o projeto político-pedagógico e a organização curricular.

## O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: BUSCANDO NEXOS

Nesta parte do texto vamos tratar de algumas questões, a nosso ver, estreitamente vinculadas à organização curricular do ensino médio integrado. Assim, optamos por, inicialmente, localizar a discussão em meio a outras dimensões relacionadas com a construção dessa oferta educacional como política pública do Estado brasileiro, as quais precisam ser consideradas de forma relacional: pressupostos, concepções e princípios; projeto político-pedagógico (PPP); cooperação entre as distintas esferas de governo; financiamento; quadro docente específico e formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos; e infra-estrutura física. Todas essas dimensões relacionam-se entre si e repercutem sobre a organização curricular do ensino médio integrado nos sistemas de ensino (da União, dos estados e dos municípios) e em cada escola na qual foi ou será implementado.

Dessa forma, não nos parece razoável falar de uma organização curricular do ensino médio integrado, mas de possibilidades, as quais poderão ser materializadas em função de como se estabelecerão as relações entre as dimensões acima mencionadas em cada caso concreto. Dentre as dimensões acima evidenciadas, vamos tratar neste texto, principalmente, das relações entre a organização curricular e o PPP.

Em primeiro lugar, cabe-nos ressaltar que o ensino médio integrado, em geral, nos sistemas estaduais vem sendo implantado em escolas já existentes e que, portanto, têm uma determinada função social vigente, a qual será alterada pela *chegada* dessa nova oferta educacional.

Por que muda a função social de uma escola que implanta o ensino médio integrado? Porque muda o tipo de formação anteriormente proporcionada pela instituição. De uma forma geral, há dois perfis de escolas que estão passando ou passarão a incorporar a oferta do ensino médio integrado à suas funções: escolas que trabalham/vam com o ensino médio propedêutico; e escolas que trabalham/vam apenas com os cursos técnicos (concomitantes ou subseqüentes).

Evidentemente, ambas mudam sua função perante a sociedade. Por



um lado, enquanto o primeiro tipo de escola tinha sua ação educativa centrada na educação de caráter propedêutico e, em conseqüência, dissociada das discussões relativas ao mundo do trabalho e à profissionalização e, em conseqüência, do trabalho e da tecnologia, o outro tipo centrava seus esforços exclusivamente na formação profissional e nas necessidades do sistema de produção, olvidando os conteúdos de cunho mais científicos, culturais e das ciências humanas, próprios do ensino médio. Portanto, afastados de uma formação de caráter mais geral e humanizador.

Além disso, essas escolas necessitam interagir de forma mais intensa com as comunidades nas quais estão inseridas e com a sociedade em geral porque os PPP e os correspondentes planos dos cursos integrados precisam levar em consideração as características e necessidades sociais, econômicas e culturais da população a ser atendida.

Essa mudança de função ante a sociedade exige que o respectivo sistema de ensino e cada comunidade escolar reflitam, discutam e estabeleçam novos consensos mínimos acerca de uma concepção de sociedade, de ciência, de tecnologia, de trabalho, de cultura, de ser humano e, em conseqüência, do ser humano que se deseja formar e, também, sobre como ocorrerá essa formação (MOURA; BARACHO, 2006).

Enfim, a implantação do ensino médio integrado, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura pode implicar na necessidade de adequar o Plano de Educação no âmbito do respectivo sistema de ensino e, seguramente, exigirá a alteração do PPP das unidades escolares em que os cursos forem implantados. As mudanças do PPP estabelecerão os rumos da organização curricular que vai materializar a proposta da nova oferta educacional, uma vez que essa é parte daquele.

Essa relação estreita entre a organização curricular e o PPP resulta na necessidade de explicitar alguns elementos fundamentais da (re)construção do último, na perspectiva da gestão democrática, como forma de estabelecer nexos entre eles.

Assim, (re)construir o PPP significa pensar o futuro da escola, planejar o que se quer realizar, com base no que já existe, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente (VEIGA, 2006).

Em Moura e Baracho (2006), evidenciamos três pressupostos que podem orientar a dinâmica do processo de elaboração do PPP. A construção coletiva como princípio básico de trabalho é o primeiro. Sua assunção permite que o processo conte com o envolvimento de todos os segmentos institucionais, além dos pais e representações da comunidade em que está inserida a escola. Mais que a participação, o real envolvimento dos agentes institucionais nesse processo é fundamental, pois o PPP “dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula” (VEIGA; 2006, p.14).

Assim, o envolvimento da categoria docente nesse processo representa uma possibilidade de êxito do projeto a ser construído, enquanto o seu afastamento é um forte indicador do contrário. Desse modo, a escassa participação dos segmentos institucionais, principalmente dos docentes, é uma das causas que contribui para que muitos PPP não passem de documentos que apenas atendem às exigências burocráticas dos sistemas de ensino e terminam sendo arquivados e esquecidos. Ou dito de outra forma, esses PPP não têm sentido para o processo pedagógico institucional, pois não conseguem afetar a vida da escola. Não raras vezes, tais documentos são elaborados por pequenos grupos de *especialistas* contratados exclusivamente para esse fim.

Outro pressuposto é o diálogo com os projetos anteriores e com o vigente, pois embora a árdua tarefa de (re)construir o PPP implique em enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza o seu processo pedagógico como na gestão desse, tal movimento não pode ser feito sem considerar as experiências e os conhecimentos produzidos anteriormente. Ao contrário, é imprescindível resgatar as experiências significativas construídas ao longo da história. Não considerá-las, seria, portanto, uma negação à própria história, à cultura e ao conhecimento já produzido pela escola.

Dessa forma, entendemos que a apropriação de outras experiências curriculares é um facilitador para construir e fazer emergir outro PPP que ajude a promover um novo significado de cada escola e que possa contribuir na formação do trabalhador, intelectualmente autônomo, participativo, solidário, crítico e que exija uma (re)inserção digna na sociedade em geral e também no mundo do trabalho.

O terceiro pressuposto básico e fundamental é vincular, em cada escola, o processo de (re)construção do PPP à formação continuada da equipe dirigente, dos docentes e do pessoal técnico-administrativo por meio de diferentes estratégias que levem o coletivo institucional a desenvolver estudos que permitam refletir sobre a função social da escola a partir de uma determinada concepção de sociedade, de trabalho, de ciência, de tecnologia, de ser humano e, principalmente, do ser humano que a escola se propõe a formar na vigência do novo projeto.

Para mais além da dinâmica de elaboração do PPP cabe-nos discutir acerca de outros elementos que integram o seu conteúdo, as suas bases. Nesse sentido, recorreremos a Veiga (2006), para quem a igualdade de condições para acesso e permanência na escola é um princípio a ser perseguido, embora que, para isso, às vezes seja necessário, tratar de forma desigual no ponto de partida para alcançar a igualdade no ponto de chegada (SAVIANI, 1982 *apud* VEIGA, 2006, p.16). Entretanto, não se pode perder de vista que o objetivo mais estratégico e, portanto, de médio ou longo prazo é alcançar a desejada igualdade de oportunidades desde a entrada. Para tanto é fundamental trabalhar na perspectiva da ampliação quantitativa das vagas com garantia de qualidade para todos.

Adotar como meta a qualidade da educação para todos implica democratizar a escola, de maneira que para isso, é essencial assumir o princípio constitucional da gestão democrática em suas dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Na verdade, muito se tem falado e escrito acerca da gestão democrática, mas falta muito a realizar nessa esfera. Em muitas regiões do país, a escolha dos dirigentes escolares está atrelada à vinculação dos postulantes a um alinhamento político-partidário com o grupo que detém o poder estadual ou municipal em cada momento histórico. Em outros casos, quando se supera a barreira da indicação pela via mencionada, a concepção de gestão democrática é reducionista e se resume, muitas vezes, à eleição para o cargo do máximo dirigente escolar. É claro que isso pode representar um avanço em relação à simples nomeação, entretanto, é apenas um indicador, longe de ser determinante de uma gestão efetivamente democrática. Para que a gestão escolar avance na perspectiva de se tornar efetivamente democrática, é urgente buscar a superação dos processos decisórios centrados nos indivíduos ou em

pequenos grupos - mesmo que eleitos - em benefício de processos de construção e decisões coletivas, que devem envolver, além dos dirigentes, os docentes, o pessoal técnico-administrativo, os estudantes, os seus familiares e a própria comunidade onde está inserida cada unidade escolar. Para isso é fundamental fortalecer as estruturas colegiadas como, por exemplo, os conselhos escolares e os conselhos de classe.

Além disso, a gestão democrática implica em uma “ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares [...] implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares.” (VEIGA, 2006, p. 17-18)

Finalmente, importa que o PPP trate da valorização dos profissionais da educação. Não é possível alcançar resultados diferentes dos atuais sem que sejam mudadas as condições de trabalho dos profissionais da educação. O PPP de uma escola que atua ou atuará no ensino médio integrado, ao discutir, a organização dos tempos e espaços do trabalho docente deverá contemplar horários destinados ao planejamento conjunto das atividades e horários para estudos acerca dos planos dos cursos, assim como para o acompanhamento e a avaliação dos mesmos. Tudo isso aponta para a necessidade de que os docentes envolvidos nessa função possam concentrar suas atividades em uma só unidade educacional ao invés de trabalhar em duas ou até três escolas públicas distintas.

Para viabilizar o trabalho em uma só escola é forçoso discutir a questão salarial, pois a dupla ou tripla jornada dos professores está associada à busca da ampliação da renda familiar por meio de vários vínculos contratuais, situação que contribui para precarizar a qualidade do trabalho. Portanto, apesar de não estar no PPP o poder de decisão acerca do salário dos profissionais da educação é necessário que esse seja um instrumento de tensionamento ao se projetar o ensino médio integrado ao patamar de política pública educacional.

Também é imperioso que o PPP discuta e aponte diretrizes no sentido de garantir a formação continuada dos docentes. No caso do ensino médio integrado, a formação continuada é estratégica e indispensável, pois os professores que atuam ou atuarão nessa esfera educacional, em geral não

tiveram formação específica para este fim. Isto ocorre por várias razões, uma delas é que estamos diante de uma inovação no quadro educacional brasileiro.

Assim, a partir dos anos 1970 a Lei nº 5.692/1971, determinou a obrigatoriedade do segundo grau profissionalizante para todos, o que na prática não ocorreu, de forma que essa proposição não se enraizou na cultura educacional do país<sup>8</sup>. Nos anos 1990, as diretrizes apontavam para a separação obrigatória entre educação profissional e ensino médio (Decreto nº 2.208/1997). Já no início dos anos 2000, volta a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, por meio do Decreto nº 5.154/2004<sup>9</sup>.

Assim sendo, o ensino médio integrado é uma nova possibilidade e, além disso, ainda não há formação sistemática no ensino superior brasileiro destinada a profissionais que atuam ou atuarão na educação profissional em geral e, especificamente, nos cursos em discussão.

Também precisamos compreender que essa formação continuada é necessária tanto para os profissionais provenientes dos bacharelados como para os licenciados, embora suas necessidades formativas sejam distintas. Enquanto os bacharéis carecem de formação didático-político-pedagógica que lhes qualifique para o exercício da docência, aos licenciados falta a apropriação das discussões e conhecimentos relativos ao mundo do trabalho e suas relações com os processos educacionais. Além disso, ambos necessitam apropriar-se de metodologias de (re)construção do conhecimento que permitam promover a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura nos processos formativos dos estudantes do ensino médio integrado.

A partir dos referenciais construídos até agora sobre as relações entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura e dos nexos estabelecidos entre o PPP e a organização curricular apresentaremos, em seguida, algumas possibilidades acerca da organização curricular do ensino médio integrado.

## **ELEMENTOS PARA REFLETIR ACERCA DE ALGUMAS POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

São várias as possibilidades de organização curricular do ensino médio integrado. Assim, é muito importante que cada unidade escolar, a partir de

diretrizes gerais dos respectivos sistemas de ensino e apoiado na participação coletiva dos sujeitos envolvidos e nas teorias educacionais busque a respectiva solução, pois ninguém mais do que o próprio grupo, o próprio coletivo conhece a sua realidade e, portanto, está mais habilitado para tomar decisões a respeito do currículo que vai levar à prática. A partir dessas considerações, apresentamos, a modo de exemplo, algumas idéias que podem contribuir com essa construção, as quais estão sujeitas a análises, críticas, sugestões, revisões ou substituição por outras possibilidades compatíveis com a realidade de cada escola.

Compreendemos que organizar o currículo de forma integrada implica em romper com falsas polarizações, oposições e fronteiras consolidadas ao longo do tempo. Como ponto de partida é preciso ratificar que o ensino médio integrado exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída de forma contínua ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, ao invés de, inicialmente, se concentrar os conteúdos vinculados à educação geral e, posteriormente, proporcionar os componentes curriculares da formação técnica específica.

Adotar esse pensamento implica na necessidade de contribuir para acabar com a dicotomia entre as *disciplinas de formação geral* e as *disciplinas de formação profissional*. Isso representa, para os educadores que historicamente trabalham com as disciplinas de *formação geral*, a possibilidade de avançar na compreensão do sentido da educação que é proporcionada aos estudantes. Esses professores serão instigados a buscar relações entre a ciência com a qual trabalham e o seu sentido enquanto força material produtiva para a sociedade em geral e para o cidadão-trabalhador em cuja formação o docente está participando. É, portanto, uma oportunidade para que esses docentes superem tendências academicistas, livrescas, discursivas e reprodutivas das práticas pedagógicas que permeiam, de forma recorrente, essa esfera educacional. Já para os docentes da *formação profissional*, criam-se oportunidades de superar a perspectiva, muitas vezes, exageradamente técnico-operacional deste ensino e, ao invés disso, aproximar-se de um enfoque que contribua para a apropriação das condições sociais, históricas e culturais de produção e utilização dos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos que estão na base de cada curso (MACHADO, 2006).

O movimento criado por essa nova forma de atuação docente, em ambos os casos, visa contribuir para o enfrentamento da tensão dialética entre pensamento científico e pensamento técnico, na busca de outras relações “entre teoria e prática, visando instaurar outros modos de organização e delimitação dos conhecimentos.” (MACHADO, 2006, p. 54).

Após as análises e reflexões desenvolvidas ao longo do documento, passaremos a discutir a organização curricular propriamente dita, ou seja, como os componentes curriculares podem ser organizados de modo a contribuir para a formação humana integral.

Em geral, quando se discute currículo integrado há uma tendência a se questionar, a nosso ver corretamente, o espaço das disciplinas, alegando-se que ao longo da história, a concepção disciplinar do currículo isola em compartimentos estanques e incomunicáveis cada uma das disciplinas que objetivam trazer para o ambiente escolar os conhecimentos de um determinado ramo da ciência, os quais, para chegarem até a escola precisam ser didatizados, transformando-se em conhecimentos escolares. Os conhecimentos escolares se diferenciam dos conhecimentos científicos porque são retirados/isolados da realidade social, cultural, econômica, política etc. em que foram produzidos e transpostos para a situação escolar. Nesse processo, evidentemente, perdem-se muitas das conexões existentes entre o ramo da ciência em questão e as demais ciências. Por isso, é necessário diferenciar conhecimento escolar de conhecimento científico.

Como forma de resolver essa questão ou, pelo menos, minimizar os prejuízos decorrentes da organização disciplinar dos currículos, tem surgido, ao longo da história, propostas que organizam o currículo a partir de outras estratégias. É muito rica a variedade de denominações. Mencionaremos algumas dessas metodologias, apenas a título de exemplo. São propostas que tratam da aprendizagem baseada em: problemas; centros de interesses; projetos; complexos temáticos; investigação do meio, entre outras.

Essas metodologias buscam romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizadores e que abranjam a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência no mundo real.

Entretanto, apesar de potenciais vantagens que trazem essas metodologias ao aproximarem mais os conhecimentos escolares dos científicos,

também existem riscos e fragilidades. Em primeiro lugar, é preciso destacar que, a grande maioria dos relatos de experiências nessa esfera, se restringem às séries iniciais de escolarização, nas quais não se exige grande aprofundamento dos conceitos no interior das disciplinas escolares.

No caso do ensino médio, essas metodologias encontram barreiras em função da necessidade do aprofundamento dos conceitos inerentes às disciplinas escolares, já que cada uma se caracteriza por ter objeto próprio de estudo e método específico de abordagem. Dessa maneira, tem se revelado praticamente impossível desenvolver propostas *globalizadoras* que abranjam os conceitos e especificidades de todas as disciplinas curriculares.

Assim, as propostas voltadas para o ensino médio, em geral, estão baseadas em metodologias mistas (SANTOMÉ, 1998), as quais são desenvolvidas em, pelo menos, dois espaços e tempos. Um voltado para as denominadas atividades integradoras e outro destinado ao aprofundamento conceitual no interior das disciplinas. É a partir daí que vamos apresentar uma possibilidade de organização curricular do ensino médio integrado.

Dessa forma, propomos uma organização por disciplinas (recorte do real para aprofundar conceitos) com atividades integradoras (imersão no ou simulação do real para compreender a relação parte totalidade por meio de atividades interdisciplinares).

Há dois pontos cruciais nessa proposta: a definição das disciplinas com a respectiva seleção de conteúdos; e a definição das atividades integradoras, pois é necessário que ambas sejam efetivadas a partir das interrelações existentes entre os eixos constituintes do ensino médio integrado, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

No que concerne à seleção dos conteúdos disciplinares importa também observar as possibilidades de superposição e a necessidade de evitá-las. Essa não é tarefa simples, tendo em vista a separação histórica à qual já nos referimos anteriormente entre *conteúdos da formação geral* e *conteúdos da formação profissional*. Além disso, tal separação é potencializada pelas distintas formações dos professores que historicamente atuam em cada um desses espaços educacionais.

Assim, para minimizar tais superposições sem fazer reduções do currículo, ratificamos a necessidade de proporcionar a formação continuada dos



docentes no sentido de que se apropriem da concepção e dos princípios do ensino médio integrado. Igualmente importante é organizar os tempos e os espaços de atuação dos professores visando garantir o planejamento e o acompanhamento conjunto das atividades curriculares.

Com relação às atividades integradoras, optamos por não especificar denominações, embora haja várias na literatura, cada uma com suas especificidades. Assumimos essa postura por compreendemos que tal definição é função de cada coletivo, a partir da realidade concreta vivenciada, o que inclui as peculiaridades e possibilidades da rede de ensino e da unidade escolar, assim como as características sociais, econômicas, políticas, culturais e laborais da sociedade, do entorno escolar e dos sujeitos estudantes e professores.

Entretanto, de forma coerente com o eixo que sustenta a concepção de ensino médio integrado aqui discutida, é importante que as atividades integradoras sejam concebidas a partir do trabalho como primeira mediação entre o homem e a natureza e de suas relações com a sociedade, com a ciência, com a tecnologia e com a cultura.

Desse modo, sugerimos que as atividades integradoras (aulas de campo, elaboração de projetos, construção de protótipos, iniciação científica etc.) sejam desenvolvidas a partir de várias estratégias/temáticas que incluam a problemática do trabalho de forma relacional da seguinte forma: *Trabalho/Natureza; Trabalho/Sociedade; Trabalho/Ciência e Tecnologia; Trabalho/Cultura.*

Assim sendo, a cada período letivo a(s) atividade(s) integradora(s) poderá(rão) ser planejada(s) a partir das relações entre situações reais existentes nas práticas sociais concretas (ou simulações) e os conteúdos das disciplinas, tendo como fio condutor as conexões entre o trabalho e as demais dimensões acima evidenciadas.

Essa forma de organizar o currículo, a nosso ver, contribui não apenas para incorporar o trabalho como princípio educativo ao processo formativo, como também fortalecer os demais elementos que constituem o eixo estruturante do ensino médio integrado sem correr o risco de realizar abordagens demasiadamente gerais e, portanto, superficiais, uma vez que as disciplinas, se bem planejadas, cumprirão o papel do necessário aprofundamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reservamos para esta parte final do texto uma breve discussão, quase a modo de revisão, acerca de algumas condições básicas necessárias à materialização do ensino médio integrado como política pública de Estado.

Para torná-la realidade é preciso que os gestores nacionais, estaduais e municipais implementem medidas concretas que possam gerar a confiança por parte dos educadores no sentido de que realmente se está construindo uma política educacional pública de âmbito nacional. Dessa maneira, além da geração de condições de tempo e de espaço adequados ao trabalho docente e de estratégias de formação continuada, outras medidas precisam ser perseguidas (BRASIL, 2007):

- a instituição de quadro próprio de professores, com a realização de novos concursos;
- a consolidação de planos de carreira em que seja prevista a dedicação exclusiva dos professores e a melhoria salarial; e
- a melhoria da estrutura física, material e tecnológica das escolas.

Apesar de essas condições serem extremamente necessárias, sabemos que não estão dadas. É por isso que os sistemas de ensino e as instituições escolares não podem apenas esperar que elas sejam plenamente atingidas para só então se construir um projeto político-pedagógico em que se acordem os princípios e as bases do ensino médio integrado à educação profissional. Por vezes, é o seu desenvolvimento que fundará as bases para a conquista das condições.

Assim, como esses movimentos não são lineares, não podemos esperar pela consolidação da nova perspectiva apresentada para, somente a partir dela, materializar as novas concepções, cabe-nos construir esse novo caminho nas brechas que cavamos no tecido social, político e econômico vigente.

## REFERÊNCIAS

BARACHO, Maria das Graças; MOURA, Dante Henrique; PEREIRA, Ulisséia Ávila; SILVA, Antônia Francimar. Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio. IN: SILVA, Antônia Francimar; FERNANDES, Carmem Monteiro; MOURA, Dante Henrique e outros (8). **Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para que?** Brasília: MEC, 2006, p.17-39.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf)>. Acesso em: 20.12.2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.) **A formação do cidadão produtivo**. A cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP/MEC, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; e RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Editora Cortez, 2005, 175p.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997, 104p.

LIMA FILHO, Domingos Leite. A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETs. **Perspectiva** - Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 349-380, 2005.

LIMA FILHO, Domingos Leite; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Politecnicia ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional. **Anais da 27ª Reunião Anual da ANPEd**. ANPEd: Caxambu, 2004.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: **TVescola. Programa Salto para o futuro**. Ensino médio integrado à educação profissional. Boletim 07, maio/junho de 2006, p. 51-68. Setembro de 2006. Disponível em <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/>> Acesso 22.09.2007.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Anais da 30ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu: ANPEd, 2007.

MOURA, Dante Henrique; BARACHO, Maria Das Graças. Redimensionamento do Projeto Pedagógico do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte: processo de Construção Coletiva de um Currículo. In: **Anais IV Seminário Regional de Política e administração da educação do Nordeste**, Natal, 2006.

MOURA, Dante Henrique. A função social da rede federal de educação profissional e tecnológica na educação brasileira. **Tecnologia & Desenvolvimento Sustentável**, v. 1, p. 3-23, 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. O “novo ensino médio” à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. **Boletim Técnico do Senac**, vol. 29, n. 2. Rio de Janeiro, pp. 19-27, maio/agosto, 2003.

RAMOS, Marise Nogueira. **Integração Curricular dos Ensinos Médio e Técnico**: Dimensões Políticas e Pedagógicas. Disponível em:

<[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dep/fc\\_integracao.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dep/fc_integracao.pdf)>. Acesso em: 25.04.2008.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. São Paulo: Papirus, 2006.

---

<sup>1</sup> Professor do IFRN. Engenheiro Eletricista. Doutor em Educação.

<sup>2</sup> Para aprofundamento acerca dessas questões sugerimos consultar: Kuenzer (1997); Ramos (2001); Lima Filho; Garcia (2004); Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005); Frigotto; Ciavatta (2006); Moura (2007); Baracho; Silva; Moura; Pereira (2007); e Machado (2006).

<sup>3</sup> Não faremos uma discussão exaustiva sobre o tema. Nosso objetivo aqui é esclarecer nossa compreensão acerca de conceitos centrais no desenvolvimento do restante do artigo. Assim, para um maior aprofundamento sugerimos ver: Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005); Ramos (2003); e Ramos (2001). Disponível em [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dep/fc\\_integracao.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dep/fc_integracao.pdf). Acesso em 25.04.2008 –.

<sup>4</sup> É importante esclarecer que compreendemos o trabalho como princípio educativo, considerando, portanto, o seu caráter histórico e ontológico na produção da existência humana. Nesse sentido, compreendemos que uma prática pedagógica significativa demanda análises sobre o mundo do trabalho (sem reduzi-lo apenas ao espaço onde ocorre o trabalho assalariado), incluindo, a sua cultura, os conflitos nele existentes e suas vinculações aos projetos societários em disputa, suas relações com e implicações sobre a natureza, os conhecimentos construídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na sua produção etc..

<sup>5</sup> Disponível em [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dep/fc\\_integracao.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dep/fc_integracao.pdf). Acesso em 25.04.2008.

<sup>6</sup> RAMOS, Marise Nogueira. O Projeto Unitário de Ensino Médio sob os Princípios do Trabalho, da Ciência e da Cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho**. Brasília, 2004.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 106-127.

<sup>7</sup> GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>8</sup> Essa questão é muito mais complexa, entretanto, como sua discussão não faz parte de nosso objeto de estudo neste trabalho sugerimos ver Moura (2007), onde faço uma análise mais aprofunda acerca dessa e de outras questões relacionadas com a dualidade estrutural histórica entre a educação profissional e a educação básica na sociedade brasileira.

---

<sup>9</sup> O processo que resultou nesse instrumento legal também é bastante complexo e rico, mas não se constitui em objeto de análise deste artigo. Sugerimos consultar: CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. N. A gênese do Decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho necessário**. Revista Eletrônica do neddate. Disponível em <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/MMGTN3.htm>>. Acesso 09.08.2005.

RECEBIDO EM: 03.06.2012

APROVADO EM: 05.07.2012

## **A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DE SOCIOLOGOS FRANCESES AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR BRASILEIRA**

### **SIMBOLIC VIOLENCE IN SCHOOL: FRENCH SOCIOLOGISTS CONTRIBUTIONS TO THE PHENOMENON OF BRAZILIAN SCHOOL VIOLENCE**

**Liliane Pereira de Souza<sup>1</sup>**

#### **RESUMO**

Este artigo aborda o fenômeno histórico e atual da violência escolar, que a partir da década de 1980, no Brasil, vem sendo discutido e adquirindo grande importância para pesquisadores de diversas áreas. Nele a violência considerada não é a do ato praticado no sentido de agressão física, mas a violência simbólica, conceito criado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, segundo o qual a ação pedagógica é objetivamente estruturada e impõe um arbitrário cultural de um grupo de classe a outro grupo de classe. Analisando o fenômeno da violência simbólica é possível identificar sua presença no contexto histórico escolar brasileiro.

**Palavras-chave:** Escola – Violência simbólica – Estado

#### **ABSTRACT**

This article discusses the current and historical phenomenon of school violence, which since the 1980s, Brazil has been discussed and acquiring great importance to researchers in several areas. In it is considered non violence of the act committed in the sense of physical aggression, but the symbolic violence, a concept created by the French sociologist Pierre Bourdieu, in wich the action is objectively structured teaching and imposes an arbitrary one cultural group to another class class group. Analyzing in phenomenon of symbolic violence is possible to identify its presence in the Brazilian school historical context.

**Keywords:** School - Symbolic violence - State

#### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo apresenta-se uma reflexão sobre a violência simbólica presente nas escolas. Trata de um fenômeno histórico e atual, como podemos observar nas referências dos autores como Pierre Bourdieu, Émile Durkheim, Bernard Charlot, Marília Pontes Sposito, Miriam Abramovay dentre outros que contribuem para o melhor entendimento desta violência que devido à problematização do aumento da mesma e suas consequências para toda a

sociedade, vem sendo discutida e adquirindo grande importância para pesquisadores de diversas áreas.

O objetivo é identificar o fenômeno da violência simbólica na realidade do contexto escolar brasileiro. Na perspectiva Bourdieusiana, a violência simbólica se expressa na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante e há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino (definidas em termos de disciplinas, cursos, ramos do ensino, estabelecimentos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes.

Por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo uma forte correlação entre as desigualdades sociais, sobretudo culturais. Essa correlação só pode ser explicada quando se considera que a escola valoriza e exige dos alunos determinadas qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais, notadamente, o capital cultural e certa naturalidade no trato com a cultura e o saber, que apenas aqueles que foram desde a infância socializados na cultura legítima podem ter.

## **O FENÔMENO SOCIAL DA VIOLÊNCIA**

Segundo alguns autores a violência é algo complexo e polissêmico, isso é, apresenta diferentes sentidos, e o seu significado se define a partir do seu contexto formador social, econômico e cultural, de acordo com o sistema de valores adotados por cada sociedade e levando em considerações os seus níveis de tolerância para com a violência (SANTOS, 1999).

No entendimento de Oliveira e Martins (2007), a violência contra o ser humano faz parte de uma trama antiga e complexa: antiga, porque data de séculos as várias formas de violência perpetradas pelo homem e no próprio homem; complexa por tratar-se de um fenômeno intrincado, multifacetado. Podemos então considerar a violência como todo ato ao qual se aplique uma dose de força excessiva e a agressão como uma forma de violência (força contra alguém aplicada de maneira intencional, com a pretensão de causar um dano à outra pessoa).

A desigualdade social é apontada como uma das origens estruturais da violência e suscita nas sociedades contemporâneas. A contradição de uma



sociedade desigual contribui para manifestações da violência física e moral. Favorece impulsos que se expressam através de hábitos, costumes, tradições.

Charlot (2002) evidencia que a violência enfatiza o uso da força, do poder, da dominação, que de certo modo toda agressão é violência na medida em que usa a força. É a violência enquanto vontade de destruir, de aviltar, de atormentar, que causa problema. Todavia, a violência será bem mais provável na medida em que a palavra se torna impossível.

Santos (2004) ressalta que as diferentes formas de violência presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social podem ser explicadas se compreendermos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social.

Ainda para o autor (2002), a matriz teórica vem sendo composta a partir de uma abordagem geral que se nutre dos clássicos do pensamento sociológico. Em Durkheim, as contribuições sobre a divisão social do trabalho, a relação entre norma e conflito, o conceito de anomia, dificultam o bom funcionamento da sociedade. Mais recentemente, as interpretações de Pierre Bourdieu sobre a violência simbólica tiveram relevo para explicar os “sentimentos de insegurança” nos fenômenos de violência.

## **AS PRIMEIRAS PESQUISAS SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR**

A história demonstra que a violência nas escolas não é um fenômeno novo. Contudo, novas formas de violência escolar nascem cotidianamente, fatos estes que têm tornado a violência o objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas, pois ela afeta a sociedade como um todo.

Conforme relata Sposito (2001), a partir de 1980 ocorrem às primeiras pesquisas sobre violência escolar no Brasil, quando o tom predominante era de expor as constantes depredações e atos de vandalismo. Constata-se que a partir dos anos 1990, a violência escolar passa a ser preponderante nas interações dos grupos de alunos, aumentando a complexidade de análise destes fenômenos. Neste sentido, é possível evidenciar, por exemplo, a frequente existência de agressões verbais e ameaças.

Também na década de 1990, na Europa, Charlot em seu estudo sobre a abordagem da violência na escola por sociólogos franceses ensejou a multi-diversificação do fenômeno da violência e, além disso, a importância de preliminarmente distingui-lo perante as diversificações existentes:

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro lugar.

A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...) (CHARLOT, 2002, p. 434 e 435).

Considerando a natureza do fenômeno, é importante destacar que não somente o ato da violência entre alunos deve ser exposto, mas também a capacidade da escola enquanto instituição e de seus gestores de suportar e criar situações de conflito, ligadas à cultura da própria escola, sem que essas situações não esmaguem os alunos sob o peso da violência institucional e simbólica. Em Julia (2001) é possível encontrar uma breve descrição sobre a cultura escolar:

Como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas [...] Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (2001, p. 10).

Para Bourdieu e Passeron até em suas omissões, a ação escolar do tipo tradicional “serve automaticamente os interesses pedagógicos das classes que necessitam da Escola para legitimar escolarmente o monopólio de uma relação com a cultura que elas não lhe devem jamais completamente” (BOURDIEU E PASSERON, 1992, p. 140).

A violência simbólica parte do princípio de que a cultura simbólica ou sistema simbólico é arbitrário, uma vez que não assenta numa realidade dada como natural, o sistema simbólico de uma determinada cultura é uma concessão social, e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através de interiorização da cultura por todos os membros da mesma.

## **CONCEITOS DE *HABITUS* E *CAMPO***

O conceito de *habitus* é a mais conhecida das idéias de Bourdieu. O conceito tem uma longa história (Aristóteles, Boetius, Averroes, Tomás de Aquino, Hegel, Mauss, Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty...). A definição adotada por Bourdieu foi pensada como um expediente para escapar do paradigma objetivista do estruturalismo sem recair na filosofia do sujeito e da consciência. Aproxima-se da noção de Heidegger do modo-de-ser no mundo, mas tem características próprias. “Para Bourdieu, o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 32).

Bourdieu evidencia que:

É a sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles, em todo tempo e lugar, sob forma de *habitus*. Os indivíduos "vestem" os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para "guardar suas distâncias" ou para manipulá-las estrategicamente, simbólica ou realmente reduzi-las, aumentá-las ou simplesmente mantê-las (1983, p. 75).

*Habitus* surge como uma definição para conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Para Bourdieu, *habitus* são determinados pela condição de classe e se refere tanto a uma classe quanto a um grupo.

Para Bourdieu e Passeron consideraram que:

Se, no caso particular das relações entre a Escola e as classes sociais, a harmonia parece perfeita, é que as estruturas objetivas produzem os *habitus* de classe, e em particular as disposições e as predisposições que,

gerando as práticas adaptadas a essas estruturas, permitem o funcionamento e a perpetuação dessas estruturas (1992, p. 213).

Ainda, mostram que o sistema de ensino dentro da sociedade capitalista tem uma dupla função: a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes. Quando integra do conceito de *habitus*, Bourdieu toma as idéias da luta pela dominação e da consciência de classe do marxismo.

Quanto ao conceito de campo, para Bourdieu:

Se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina *quantum* de capital social (BOURDIEU, 1983, p. 21).

Segundo Thiry-Cherques (2006), o sistema de ensino é visto por Bourdieu como empreendimento da cultura de classes. O autor sustentou que a cultura escolar, dominada pela cultura burguesa através dos códigos comportamentais, lingüísticos e intelectuais, reproduz as ilusões (*illusio*) necessárias ao funcionamento e à manutenção do sistema: as crenças compartilhadas em um campo. Sendo que, a família, a escola, o meio não só reproduzem as desigualdades sociais, como legitimam inconscientemente esta reprodução. São aparelhos de dominação. A desigualdade não residindo no acesso ao campo, mas no âmago do próprio sistema.

O campo é delimitado pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação; a dinâmica social no interior de cada campo é regido pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico.

Segundo Bourdieu e Passeron (1992), o *habitus* adquirido na família esteja no princípio da recepção e da assimilação da mensagem escolar, e que “o hábito adquirido na escola esteja no princípio do nível de recepção e do grau de assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural” (BOURDIEU E PASSERON, 1992, p. 54). De acordo com Adorno (1995), a indústria cultural é um instrumento de manipulação das consciências, usada pelo sistema para se conservar, se manter ou submeter os indivíduos.

## A ESCOLA E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Para entender melhor as relações entre as práticas da violência e a escola, é necessário saber que esta se passa pela reconstrução das relações sociais que estão presentes no espaço social escolar.

Para Oliveira e Martins (2007):

A violência que se configura dentro do espaço escolar, manifestada através do comportamento dos alunos, lança professores diante da confusão da possibilidade de um ensino libertador (caso seja esta a sua proposta) e de uma realidade insuportável, na qual os educadores recorrem a expedientes autoritários e até mesmo violentadores, a fim de manter a “ordem geral”. São estabelecidas regras, controles, punições e dominações para disciplinar os alunos em estados de rebeldia (OLIVEIRA E MARTINS, 2007, p. 95).

É neste escopo que emergem os conflitos e as crises dentro da escola, que podemos perceber melhor o seu funcionamento atribuído à sua finalidade. Em *A Reprodução*, Bourdieu e Passeron tratam da questão da escola e, segundo os autores, toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder<sup>2</sup>arbitrário, de um arbitrário cultural. Segundo os autores: “A ação pedagógica inicial deriva seu principal recurso, sobretudo quando tenciona desenvolver a sensibilidade a uma forma particular de capital simbólico<sup>3</sup>, dessa relação originária de dependência simbólica” (BOURDIEU E PASSERON, 2001, p. 202).

Esse poder de violência simbólica só exerce sua função pedagógica “quando são dadas as condições sociais de imposição e inculcação” (BOURDIEU, 1975, p.22).

Como afirma Stoer (2008):

A ação pedagógica reproduz o arbitrário cultural das classes dominantes ou dominadas. A ação pedagógica (institucionalizada) da escola reproduz a cultura dominante e, através desta, a estrutura de relações de força dentro de uma formação social, possuindo o sistema educativo dominante o monopólio da violência simbólica legítima. Todas as ações pedagógicas praticadas por diferentes classes ou grupos sociais apoiam objetiva e indiretamente a ação pedagógica dominante, porque esta última define a estrutura e o funcionamento do mercado econômico e simbólico (2008, p. 15).

O poder arbitrário na escola é responsável pela imposição e inculcação, que são as relações de força, do arbitrário cultural, pois os conteúdos, métodos de

trabalho, avaliação, são impostos pelos agentes como importantes e merecedores de serem ensinados. Sendo assim, através da ação pedagógica, mantêm-se a reprodução, de uma violência simbólica. E defende Bourdieu e Passeron que a condição da prática da ação pedagógica é o não reconhecimento.

Para Adorno (1995):

A imagem do professor sendo aquele que é fisicamente mais forte e que castiga o mais fraco também afeta a vantagem do saber do professor frente ao saber de seus alunos, que ele utiliza sem ter direito para tanto, uma vez que a vantagem é indissociável de sua função, ao mesmo tempo em que sempre lhe confere uma autoridade de que dificilmente consegue abrir mão (1995, p. 104).

O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo, ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável. Nas escolas públicas brasileiras, ignoram-se a origem dos seus alunos, transmitindo o ensino padrão. Bourdieu e Passeron explicam este processo pela Ação Pedagógica, que perpetua a violência simbólica através de duas dimensões arbitrárias: o conteúdo da mensagem transmitida e o poder que instaura a relação pedagógica exercido por autoritarismo.

Segundo Durkheim exige-se na prática que o professor tenha autoridade (1972):

A educação deve ser um trabalho de autoridade. Para aprender a conter o egoísmo natural, subordiná-lo a fins mais altos, submeter os desejos ao império da vontade, conformá-los em justos limites, será preciso que o educando exerça sobre si mesmo um grande trabalho de contenção. Ora, não nos constrangemos e não nos submetemos senão por uma destas razões: ou por força da necessidade física, ou porque o devemos moralmente. Isso significa que a autoridade moral é a qualidade essencial do educador (DURKHEIM, 1972, p. 53-54).

Os agentes que exercem ação pedagógica são investidos de uma autoridade que vem das classes dominantes. Sobre os dominados, Bourdieu (2001) aponta que estes contribuem com frequência à sua revelia, outras vezes contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente, como que por antecipação, os limites impostos:

Tal reconhecimento prático assume, muitas vezes, a forma da emoção corporal (vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade), em geral associada à impressão de uma regressão a relações arcaicas, aquelas características da infância e do universo familiar. Tal emoção se revela por manifestações visíveis, como enrubescer, o embaraço verbal, o desajeitamento, o tremor,

diversas maneiras de se submeter, mesmo contra a vontade e a contragosto, ao juízo dominante, ou de sentir, por vezes em pleno conflito interior e na “fratura do eu”, a cumplicidade subterrânea mantida entre um corpo capaz de desguiar das diretrizes da consciência e da vontade e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais (BOURDIEU, 2001, p. 205).

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, “pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação” (BOURDIEU, 2001, p. 206).

Abramovay (2002) acrescenta ainda que são manifestações de violência simbólica: abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante uso de símbolos de autoridade; verbal; e institucional como a marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.

Esta violência se mostra nas relações de poder, na violência verbal entre professores e alunos, na discriminação indireta de gêneros e raça, entre outras e descreve o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados.

Pode-se atribuir à escola brasileira a reflexão de Bourdieu, segundo a qual:

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (1998 p.53).

A realidade nas escolas brasileiras é o aumento significativo de alunos, a massificação do ensino num cenário onde o índice de pobreza da população é elevado e de poucos investimentos na área educacional. Acrescenta-se que a escola é vista como reprodutora das desigualdes sociais e que a exclusão é uma das grandes causas da violência na escola.

Abramovay (2002) ressaltou a realidade do cotidiano das escolas públicas brasileiras em exemplos de violência institucional, como alunos que relatam que há

professores que têm dificuldade de dialogar com eles, humilhando-os e ignorando completamente seus problemas, não querendo nem sequer escutá-los. Outros tratam mal os alunos, recorrem a agressões verbais e os expõem ao ridículo quando estes não entendem algo ou quando não conseguem responder a uma pergunta.

A escola funciona como um aparelho ideológico de reprodução da ideologia da classe dominante. Segundo descreveu Bourdieu:

A propensão das famílias, e das crianças para investir na educação, que constitui por si só um dos fatores importantes do êxito escolar depende do grau em que dependem dos sistemas de ensino para a reprodução de seu patrimônio e de sua posição social, bem como das oportunidades de seu sucesso prometidas a tais investimentos em função do volume de capital cultural que possuem (2001, p. 264).

O capital cultural designa nichos da atividade humana nos quais se desenrolam lutas pela detenção do poder simbólico que produz e confirma significados. Esses conflitos consagram valores que se tornam aceitáveis pelo senso comum. A posse de capital cultural favorece o desempenho escolar na medida em que facilita a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares.

Para os filhos das classes trabalhadoras, a escola representa uma ruptura no que refere aos valores e saberes de sua prática, que são desprezados, ignorados e desconstruídos na sua inserção cultural, ou seja, necessitam aprender novos padrões ou modelos de cultura. Sendo assim, para os alunos filhos das classes dominantes alcançarem o sucesso escolar torna-se bem mais fácil do que para aqueles que têm que desaprender uma cultura para aprender um novo jeito de pensar, falar, movimentar-se, enfim, enxergar o mundo, inserir neste processo para se tornar um sujeito ativo nesta sociedade.

## **O PAPEL DO ESTADO**

O Estado influencia fortemente as relações de força. O caráter simbólico da violência centra-se nas características fundamentais da estrutura de classes da sociedade capitalista, decorrente da divisão social do trabalho e baseada na apropriação diferencial dos meios de produção.



Formalmente, para o Estado, a escola trataria a todos de modo igual, todos assistiriam as mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances. Todavia, as chances são desiguais, pois alguns estariam numa condição mais favorável do que outros para atenderem às exigências, muitas vezes, implícitas na escola.

A escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais. “A mais profunda e estrutural modalidade de violência perpetrada pelo Estado é a violência simbólica, cujo *modus operandi* se dá à sombra da permanente naturalização de seus objetos e/ou alvos, configurando o que se poderia chamar de um permanente “estado de violência”, onde o que está em jogo não é a integridade física de indivíduos e/ou grupos, mas sim a integridade de sua participação cultural” (MENDONÇA, 1996, p. 2).

Durkheim (2002) defende a idéia que:

O indivíduo é produto da sociedade como um todo e sua existência só se torna real mediante a atuação do Estado. Entretanto, é somente com um equilíbrio de forças entre os grupos secundários e o Estado que o indivíduo pode existir de fato, afinal, “é desse conflito de forças sociais que nascem as liberdades individuais” (DURKHEIM, 2002, p. 88).

Para Bourdieu (2001), a instituição do Estado como detentor do monopólio da violência simbólica legítima atribui, por sua própria existência, um limite à luta simbólica de todos contra todos em torno desse monopólio, ou seja, pelo direito de impor seu próprio princípio de visão.

Neste sentido, o Estado como detentor do monopólio, coloca em dúvida a igualdade de oportunidades e a importância do sistema escolar para que isso aconteça. Sendo que na realidade brasileira, parte significativa da população encontra-se em situação de desemprego, abandono e inúmeras iniquidades características de um Estado agente de opressão e facilitador das realizações da classe dominante.

Segundo Bourdieu (1983):

As entidades metafísicas (“classe dominante” ou “aparelho de Estado”) e as teorias puramente verbais, como as que fazem do Estado um aparelho onipotente ao serviço dos desígnios dos dominantes, cedem, desta maneira, o lugar a uma ciência rigorosa da concorrência pelo poder, em particular nas empresas ou nas administrações públicas, organismos

capazes de concentrar e de redistribuir uma grande parte dos recursos disponíveis, graças ao poderes sobre os meios materiais (sobretudo financeiros), institucionais (regulamentação das relações sociais) e simbólicos, que são controlados pelas autoridades administrativas. Isto coloca uma interrogante sobre a parte que é deixada a ação propriamente política, ao governo, pelas leis tendências que a ciência social estabelece (BOURDIEU, 1983, p. 43).

Não é em grupos sociais ou nos indivíduos que se depara com o mecanismo da distribuição de oportunidades educacionais, mas na própria cultura acadêmica, e esta é ligada efetivamente a classe dominante.

A classe social não se define somente por uma posição nas relações de produção, mas pelo *habitus* de classe, que está normalmente associado a essa posição. O uso da violência simbólica é dirigido por um indivíduo, ou grupo, que controla o poder simbólico sobre os outros, fabricando crenças no processo de socialização, induzindo os dominados a enxergarem e a avaliarem o mundo de acordo com os critérios e padrões definidos pelos dominantes. Neste caso, como o Estado é facilitador das classes dominantes, suas ações para a melhoria ou não das condições das escolas públicas, em âmbito geral, vai depender dos interesses desta classe dominante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade educacional dentro de uma sociedade capitalista, esporadicamente, cumpre sua função como reprodutora de desigualdades sociais e culturais. Como parte do cotidiano escolar, a violência se torna fruto dessas desigualdades, quer seja através da imposição de regras coletivas ou pela repetição dos modelos que os alunos vivenciam no ambiente familiar.

No campo educacional, dada a sua natureza, a violência simbólica muitas vezes passa despercebida. Não obstante, em algumas situações, ela é claramente identificável. Quando as regras da escola não são claras, quando os alunos são pré-julgados ou não são escutados, quando os professores afastam-se muitas vezes porque não conseguem responder aos anseios dos educandos ou, ainda, quando há a imposição de tarefas dobradas a estes, é exercida a violência simbólica.

Quando professores da rede pública brasileira percebem baixos salários e péssimas condições de trabalho, quando são forçados a adotar uma didática

pré-definida e a abdicar a sua criatividade de educador, quando sofrem pela intransigência do Estado na resolução dos problemas educacionais e ensejam greves, materializam-se aí exemplos claros de violência simbólica. Afinal, *a priori*, o Estado mostra-se como detentor de poderes.

Desta maneira, percebe-se que, dentro da escola, a violência simbólica é sofrida multilateralmente, cotidianamente fazendo parte do processo educacional. Neste sentido, o primeiro passo para discuti-la demanda o estabelecimento de agentes e vítimas envolvidas neste fenômeno, o que causa preocupação de relevância e solidifica o comprometimento quanto à esse estudo.

Neste artigo, a escola é tomada como microcosmo da resolução dos problemas sociais, onde é possível identificar agentes, vítimas e o fenômeno da violência simbólica. Todavia, é importante salientar que a escola, como instituição social, mesmo preservando considerável parte da cultura do processo educacional e ao demonstrar-se como espelho dos problemas sociais, não encontrará exclusivamente em seu escopo a solução para a correção de todos os problemas.

A contribuição dos trabalhos realizados por Bourdieu e outros sociólogos no que concerne a educação é considerável, e tem grande valia para entendimento de que o fenômeno social não é unicamente produto das ações individuais, que a lógica dessas ações deve ser procurada na racionalidade dos agentes e sendo assim, que a instituição escola não é neutra.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et. all. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Francisco Alves Editora S/A: Rio de Janeiro, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. Organização: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n.8, p. 432-443, 2002.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

\_\_\_\_\_. **Lições de sociologia**: a moral, o direito e o Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, 2001, p. 9-44.

MENDONÇA, S. R. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.

OLIVEIRA, É.C. S. e MARTINS, S. T. F. Violência, Sociedade e Escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicologia & Sociedade**, 19(1), p. 90-98; jan/abr, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (Orgs.). **A Palavra e o gesto emparedado: a violência na escola**. PMPA, SMED. 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, a. 18, n. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n° 8, jul/dez 2002, p. 16-32.

SPOSITO, M. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 87-103, 2001.

STOER, S. R. A genética cultural da reprodução. **Educação, Sociedade & Culturas**, n.º 26, 2008, 85-90.

THIRY-CHERQUES, H.R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista Administração Pública**. 2006, vol.40, n.1, pp 27-53.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Especialista em Recursos Humanos e Graduada em Administração pelo Instituto Campo Grande de Ensino Superior. E-mail: lilianedesouzaa@gmail.com

<sup>2</sup> Como conceito realista a classe dominante, que designa uma população verdadeiramente real e detentores dessa realidade tangível que se chama poder (Bourdieu, 2004).

<sup>3</sup> O capital simbólico assegura formas de dominação, que envolvem dependência perante os que ele permite dominar (Bourdieu, 2001).

## A BUSCA DA COMPREENSÃO DO HUMANO E SEU MUNDO

### THE SEARCH OF COMPREHENSION OF THE HUMAN BEING AND YOUR WORLD

Iael de Souza<sup>1</sup>

#### RESUMO

Esse artigo tem como finalidade contribuir para a reflexão da função social desempenhada pela magia, pelo mito e pela religião na construção da compreensão do mundo pelos homens, de uma perspectiva ontológica e materialista, analisando como esses diferentes momentos da constituição do pensamento e consciência humanos se interpenetram, e no desenvolvimento processual da evolução do ser pré-humano para o ser social, acabam agindo simultaneamente para a construção das representações de mundo, orientando e justificando as práticas socioculturais das formações sociais em constante complexização.

**Palavras-chave:** Magia – Mito – Religião – Consciência.

#### ABSTRACT

This article aims to contribute to the reflection on the social function performed by magic, myth and religion in building men comprehension of the world, through an ontological and materialistic perspective, by analyzing how these different moments in thought process and conscience of man merge, and the procedural development of evolution from prehuman being to social being, end up simultaneously moving toward the building process of world representations, assisting and justifying sociocultural practices of social formations in a constant cumbersome process.

**Keywords:** Magic. Myth. Religion. Conscience.

#### INTRODUÇÃO

Os seres humanos necessitam justificar e significar o modo como vivem, atribuindo sentido para suas vidas. Essa necessidade aparece quando do salto qualitativo gerado pela tomada de consciência dos homens de sua humanidade e diferenciação dos demais seres e da natureza, como demonstra Lessa (1996), criando o mundo sociocultural, as sociabilidades humanas.

O aparecimento da consciência resulta de um longo processo de mudanças substantivas relativas às formas de respostas dadas pelos hominídeos as

suas necessidades básicas e imediatas de manutenção e reprodução material, que satisfeitas, criam as condições para o surgimento de novas necessidades, para além das naturais, exigindo uma maior manipulação do mundo.

Nesse sentido, a reflexão e análise aqui realizadas, de uma perspectiva ontológica e materialista, demonstra que a magia, o mito e a religião desempenham uma função social fundamental no processo do desenvolvimento do pensamento consciente racional, permitindo uma manipulação mais eficiente do real e a criação dos referenciais proto-éticos que justificam e embasam as ações sociais nas sociabilidades humanas.

Este artigo contribui com as reflexões e análises desenvolvidas na área das humanidades, visando uma compreensão cada vez mais totalizadora do fazer-se homem dos homens, que por terem como característica constitutiva essencial o inacabamento, estão sempre buscando resignificar a compreensão de sua historicidade, explorando outras dimensões e perspectivas, aperfeiçoando e aprofundando o conhecimento de si e do mundo no esforço de ser mais e melhor.

## **MAGIA, MITO, RELIGIÃO E O PENSAMENTO RACIONAL**

As primeiras formações humanas defrontam-se com a questão da sobrevivência no mundo. A existência, sua manutenção e a reprodução das condições de vida são questões primordiais – ainda que a reprodução, num primeiro momento, seja um encargo da natureza, pois os bandos de hominídeos esperam pela sua providência, já que não sabem produzir o próprio alimento. Portanto, o problema central está em buscar conhecer e explicar o mundo para poder sobreviver a ele e nele, embora, num primeiro momento, essa “explicação” não tenha um caráter racional, lógico, como entendemos hoje e segundo a tradição aristotélica.

A primeira forma de conhecimento é a prática-imediata, utilitária, onde os órgãos dos sentidos<sup>2</sup> são e funcionam como os tradutores e organizadores do aparente caos fenomênico que é o mundo. Não há pensamento, mas experiência, reflexos mecânicos feitos através do ensaio e erro<sup>3</sup>.

Eis a essência do reflexo mental: é mecânico, não há ainda consciência. Essas ações reativas são respostas às necessidades imediatas que procuram atender imitando o que observam na natureza, forma encontrada para sobreviver, se

defender e se afirmar perante os demais animais que concorrem pelo espaço e pelos recursos naturais, quase sempre escassos.

A magia é a primeira forma de organizar o mundo, tornando-o operacionalizável, manipulável. O imediato é que dita as ações, as práticas e as representações do imaginário dos hominídeos, mais tarde organizados em comunidades. Nada é sistematizado, compreendido e formulado conceitualmente. São o costume, o hábito e as “tradições” que regem a dinâmica da vida “comunal”, continuados e passados gestualmente, oralmente entre os bandos tornados, em sua evolução, gerações.

A tentativa empreendida pelos hominídeos de imitar e reproduzir a ininteligível força mágica do mundo natural tem como base a própria matéria, a sua legalidade imanente ainda não conscientemente compreendida, decifrada e manipulada, mas intuída. Magia e sentimento têm, nessa fase, certa homologicidade, dado que a primeira não se explica, mas é um desdobramento potencializado e hiperdimensionalizado dos sentidos. É o momento da explosão do natural e da força da natureza existente no interior do metabolismo dos hominídeos e virtuais seres sociais, força que se exterioriza e materializa numa descarga e troca de energias contidas em todas as matérias.<sup>4</sup>

O hominídeo não atribui características humanas – processo de antropomorfização – a esses elementos e fenômenos porque ele mesmo ainda não tomou consciência de sua humanidade e da sua potência de realizar o salto qualitativo que o funda como ser social.

Através da visão de mundo mágica os hominídeos crêem que sua força e coragem ampliam-se mediante a posse de determinados objetos naturais então minimamente aperfeiçoados por eles com o fim de prestar maior eficiência à atividade que se entrega e pela qual é absorvido<sup>5</sup>.

A mente é como um espelho que reflete o que vê e procura organizar esses dados conforme as necessidades imediatas sentidas e vividas. A natureza é o corpo inorgânico da comunidade, sua extensão, que garante as condições objetivas para reprodução da vida material.

Os homens estão subsumidos e submissos às forças naturais, a elas prestam culto em seus cerimoniais de fertilidade, trabalho e outros. Não se difere o bem do mal, que encontram-se entrelaçados; não há, portanto, noções proto-éticas.



A magia põe o homem e a natureza em relação direta, sem a mediação de um DEUS, um demiurgo, como ocorre na religião, gerando um saber imperfeito e não verificado do mundo. Daí dizermos que possa ser compreendida enquanto uma forma de proto-pensamento, um mecanismo de funcionamento mágico que produz um reflexo mecânico, de respostas a necessidades imediatas que encontram sua satisfação na forma de funcionamento da natureza, nas forças naturais, que adquirem a força de condicionar os movimento dos hominídeos e ditar a forma de garantirem sua sobrevivência e convivência, inicialmente instintiva.

O “pensamento” mágico é uma forma específica de proto-pensamento onde não encontramos a lógica, a sistematização, portanto, um não-pensamento; entretanto, estabelece uma forma peculiar de mediação que permite a construção de uma determinada representação de mundo, essencialmente intuitiva, sensitiva.

Daí aproximarmos esse proto-pensamento de uma outra fase, mais aperfeiçoada e relativamente superior, que seria o pensamento mítico, que traz a marca da antropomorfização, produto da mutação qualitativa do hominídeo em ser social (ANDERY, et. al.: 1996), que se distancia e diferencia da natureza e do natural, embora esse distanciamento e diferenciação estejam, inversamente, determinados pelo elo inquebrantável existente entre homem e natureza (ENGELS: 1979).

Porém, no universo mítico ainda há a remanescência da força do desconhecido, do inexplicável, do mágico, que é o acaso – que não deve ser tratado como sinônimo de coincidência –, atuando vez por outra em situações que não apontam saída, nem escapatória. Os mitos gregos são exemplares nesse sentido.

O mito seria, assim, uma fase intermediária para a passagem a um outro estágio do desenvolvimento das formações-socioculturais onde desenvolve-se o pensamento religioso. Segundo Lukács, uma ontologia fictícia que em determinados momentos e períodos da processualidade histórica, produtiva, social joga um papel vital e essencial para plenificar a vida humana de sentido, significando-a.

(...) com o desenvolvimento da sociabilidade, a materialidade social, as relações sociais que articulam os homens entre si e com a natureza assumem uma objetividade própria – com o que, na cotidianidade, elas se relacionam com os atos singulares, com a teleologia de cada indivíduo em cada momento, com a mesma ‘dureza’ que as relações causais dadas, naturais. (...)

Nessa situação, a vida do indivíduo recebe determinações que, na imediaticidade, lhe parecem absolutamente externas – e que do ponto de vista de sua individualidade lhe parecem absolutamente arbitrárias. Que, no

bojo de uma crise econômica, uma parte dos capitalistas irão à falência, e uma parte dos trabalhadores terão seus filhos mortos pelo desemprego e pela fome é algo fácil de ser compreendido (mas, certamente, não de ser aceito). Todavia, que seja o João ou o Antônio quem sofrerá estas consequências negativas da crise – ainda que aqui o comportamento concreto dos indivíduos possua alguma importância – é algo que possui muito de acaso. A confrontação com este acaso – por que eu? Por que comigo? – desperta a necessidade de uma vida ‘plena de sentido’.

Este é o solo pelo qual, através de inúmeras mediações que correspondem à peculiaridade de cada momento histórico, nasce a idéia de um destino, e de uma consciência toda poderosa que conduz esse destino, conferindo um sentido superior, pleno, àquilo que parece carecer de sentido na vida cotidiana. A espontânea teleologia da vida cotidiana, neste sentido, contribui a edificar sistemas ontológicos nos quais uma vida individual sensata aparece como parte, como momento de uma obra teleológica de salvação do mundo. (...) Importante é que a vontade de conservar uma sensata integridade da personalidade – que a partir de um determinado estágio é um problema notável da vida social – encontra uma base de apoio espiritual em uma ontologia fictícia [*a religião, o pensamento religioso, por exemplo*] nascida a partir de tais necessidades.

(...) Uma interpretação falseada, uma ontologia fictícia, pode jogar um papel fundamental no desenvolvimento do gênero humano. Normalmente, tal ontologia fornece uma compreensão provisória do cosmos que situa o homem em uma determinada relação com o existente, influenciando o desenvolvimento de sua visão de mundo e, deste modo, também influenciando, mais ou menos diretamente, a própria reprodução do social.

(...) A religião pode ser uma forma de tomada de consciência, em escala social, de necessidades e dilemas reais que a humanidade enfrenta no seu desenvolvimento e, por isso e nesta medida, jogou em vários momentos um papel importante no devir humano dos homens. A figura do herói clássico, ou a condenação ou salvação no paraíso, ao concederem um sentido transcendente à vida terrena, foram mediações importantes através das quais os indivíduos puderam referir a si próprios as demandas e as exigências postas pelo desenvolvimento do gênero humano enquanto tal. (LESSA, 1996a, p. 40-42. Grifo nosso.)

Enquanto ontologia fictícia, não importa se as máximas e axiomas religiosos são verdadeiros ou não, o que verdadeiramente pesa é se elas adquirem função social, passando a guiar e orientar a ação dos indivíduos sociais, ou melhor, de determinados grupos sociais, influenciando-os nas escolhas entre alternativas que realizam diariamente, fazendo com que ajam, pensem, sejam, percebam a si mesmos e ao mundo de uma determinada maneira e não de outra.

A religião é, pois, um produto da complexidade e complexização da vida societal, da imposição de novas necessidades que ultrapassam a operacionalidade da natureza, quebrando a subsunção e submissão do homem em relação ao natural, proporcionando ações que refletem mais o social, a organização complexa e dinamizada da sociabilidade do que a organização segundo uma lógica natural.

Os homens passam a se enxergar e compreender enquanto seres distintos da natureza. Constroem novas normas e modos de comportamento, e os

legitimam, justificam e representam através da criação de uma ética, posta, num primeiro momento, pelo pensamento religioso, onde o conhecimento do mundo e dos seus fenômenos é revelado e pode ser compartilhado por intermédio da fé<sup>6</sup>.

Não é mais a imediaticidade que regula e rege a dinâmica da vida humana, mas sim reflexões mediativas, embora sejam concepções antropomorfizadas e antropomorfizadoras do mundo, ou seja, os “poderes humanos são potencializados e absolutizados em poderes divinos; o acaso e o desconhecido são explicados pela vontade – esta muitas vezes inexplicável – dos deuses”. (LESSA, 1996b)

Conforme diz Mazzeo:

*[A religião desempenha, num dado estágio do desenvolvimento do ser social,] o papel organizativo no processo de construção de formas mediativas na relação do homem com o mundo material e, conseqüentemente, na estruturação de superiores qualidades ideoreflexivas da realidade objetiva na consciência cotidiana. Portanto, a complexização societal, resultante do alargamento das respostas às necessidades engendradas pelo processo mesmo de objetivação das formas de sociabilidade, propiciam não somente a ampliação do conhecimento prático-imediato, que se desenvolve no sentido da sofisticação técnica, como requer também – e, enquanto elemento da essencialidade –, a construção de mediações que estejam atendendo aos novos problemas postos pela dinâmica histórico-concreta das formas da divisão do trabalho e por relações sociais diferenciadas que se constroem a partir do surgimento da propriedade privada e de uma hierarquização societal – a divisão da sociedade em classes ou estamentos. (MAZZEO, 2003a, n. p. Grifo nosso.)*

Enquanto no mundo mágico a comunidade está diretamente conectada à natureza, mesmo porque vincula-se corporalmente a ela, nas sociedades religiosas, como resultado de um grande e longo processo histórico de ações teleológicas, finalísticas, previamente ideadas, que denotam um grau de complexização societal muito mais denso, a comunidade reordena ou mesmo dissolve os laços de complementaridade com a natureza. A religião engendra novas formas mediativas, novas práxis sociais, ultrapassando os meros reflexos imediatizados da natureza, transformando-se, progressivamente, em reflexos da sociedade. Novamente, segundo Mazzeo:

A convivência e a colaboração dos homens deixa de ser uma óbvia naturalidade regulada por uma tradição de eficácia cotidiana, como o costume. (...) Essa convivência e essa colaboração tornam-se problemáticas, e para a resolução de questões, para a conservação e para a reprodução de uma sociedade que atinge complexas gradualidades de contradições, os homens se vêem obrigados a elaborar novas objetivações,

novos modos de comportamento – para substituir os velhos em processo de consumpção – sendo que um deles é a ética.

(...) Os pressupostos histórico-ontológicos para a construção de uma ética estão dados pela forma religiosa e pela elaboração de uma cosmogonia provedora de satisfações de necessidades que permitem a superação de uma existência imediatizada dos homens. De modo que a ontologia religiosa que surge de maneira oposta àquela científica, contraditoriamente, oferece os fundamentos para um processual distanciamento da imediatividade, mesmo que através de concepções antropomórficas do mundo.

A estrutura religiosa tem como fundamento radical de sua existência a idéia de salvação do homem. (...) A criatura (fenômeno) e a essência (deus) referem-se diretamente ao sujeito em busca de salvação. (...) O comportamento religioso proporciona o destacamento da cotidianidade comum, através de uma enfática acentuação da fé. (...) O conhecimento dado apresenta-se a partir de uma 'revelação superior', onde o empírico surge, também ele, como um elemento componente da revelação, quer dizer, a manifestação fenomênica não se distingue dos fatos comuns a não ser pela ênfase posta pela fé. Daí a possibilidade de se buscar uma harmonização entre religião e conhecimento, isto é, a unificabilidade do empírico e da revelação.

As sociedades que alcançaram formas mediativo-religiosas de representação, em geral, desenvolveram conhecimentos fundamentais que contribuíram para o desenvolvimento de respostas às necessidades essenciais àquela dinâmica social, vivenciando um notável processo de desenvolvimento de forças produtivas, que implicou, inclusive, em grandes conhecimentos científicos e no aperfeiçoamento de técnicas sofisticadas, como o controle de fluxos dos rios (através de sistemas de comportas), de construção de estradas, de templos e de palácios.

[*Entretanto*], a ausência de um tipo de pensamento que possibilite desvincular o trabalho da práxis utilitária [*é a principal limitação*]. Ainda que se produzam inovações científicas e técnicas, a falta de 'circulação' de idéias, determinadas por um sistema extremamente fechado, impede o desenvolvimento de formas mediativo-críticas que apontem para a generalização do conhecimento e para a construção de um pensamento filosófico-especulativo, que possa contrapor-se às concepções antropomorfizadoras do mundo. (MAZZEO, 2003b, n. p. Grifo nosso.)

Logo, o pensamento religioso é uma forma de consciência. A explicação religiosa permite a separação entre homem e natureza através da criação da figura de um demiurgo antropomorfizado, possibilitando aos homens uma margem maior de ação sobre o mundo, ainda que limitada, já que o homem é apenas criatura, imperfeita e pecadora.

A particularidade da religião, enquanto sistematização institucionalizada do saber – portanto, um saber oficializado e reproduzido continuamente por suas instituições sociais correspondentes, que o difunde nas sociedades humanas, legitimando as crenças<sup>7</sup> que justificam a forma de viver dos homens, orientando sua forma de ser, introduzindo uma ética em relação à explicação mítica<sup>8</sup> – só existe para a cultura do mundo ocidental, e muito dela está impregnada e foi internalizada por nós, dificultando exercitar o nosso olhar para o reconhecimento do outro, da

alteridade, da única semelhança que existe entre os homens, da sua unidade, que é o fato de serem diferentes, plurais, polifônicos, assimétricos, o que lhes permite e possibilita um enriquecimento inimaginável através das trocas das práticas socioculturais, tornando-os, cada vez mais, gênero humano, interdependentes e interdeterminantes. (LAPLANTINE: 2005)

Como pudemos notar, magia-mito-religião, apesar de serem momentos distintos da origem do pensamento humano, se interpenetram, se imiscuem, e no desenvolvimento processual da evolução do ser pré-humano para o ser social, acabam agindo simultaneamente para a construção das representações de mundo que orientarão e justificarão as práticas socioculturais das formações sociais em complexização constante.

O que efetivamente difere os homens dos animais não é o fato dos primeiros serem dotados de razão, na verdade, o salto qualitativo que proporciona o nascimento do ser social é a consciência, esta sim capaz de fazer com que esse “ser” se diferencie dos demais animais e da própria natureza, – rompendo-se, assim, o elo mágico – colocando como momento predominante a produção do novo como condição para a reprodução do próprio ser social, de uma segunda natureza, que é a sociabilidade humana, estruturada e organizada segundo necessidades que vão além do intercâmbio entre homem e natureza, que ultrapassam a mera reprodução das condições físico-biológicas, essencialmente ligadas ao mundo inorgânico, à natureza e toda sua magia.

O elo entre homem e natureza é, indubitavelmente, inquebrantável, porém, o ser social, ao dar novas formas e finalidades aos objetos naturais os torna objetos sociais, ainda que suas propriedades naturais permaneçam enquanto parte da legalidade imanente que possibilita a criação e produção de tais objetos para servir aos fins humanos.

O trabalho é a protoforma, isto é, a forma originária do ser social, é o que o funda enquanto homem, o que o humaniza e diferencia, atribuindo-lhe uma identidade singular, específica. Porém, o trabalho funda o ser social, mas o ser social não se resume, nem se esgota, ao e no trabalho. O processo de complexificação da vida e das condições objetivas e objetivadas (criadas pelos homens através de suas atividades, atividades essas que se ampliam, renovam e também se tornam cada vez mais complexas e interdependentes, dependendo cada

vez mais do processo de generalização humana e das intermediações entre os homens de diferentes espacialidades e temporalidades), exigirão a criação de outros complexos, além do trabalho, como a ética, a ideologia, a moral, o direito, a linguagem, a cultura, etc..

Esses demais complexos adquirem uma autonomia relativa em relação ao complexo dos complexos, que é o trabalho. Eles são fruto do desenvolvimento das práticas socioculturais, respostas a situações, circunstâncias, momentos onde o pensamento científico não é capaz de encontrar as respostas e, novamente, entra em cena o pensamento religioso-mítico ou mesmo mágico, onde não raro o acaso e o acidental desempenham relevante função de justificar e plenificar de sentido a vida humana e todos os fenômenos existenciais e experimentais que a cercam.

De modo que devemos tomar cuidado para não separarmos essas formas de mediação intuitivas, primárias, secundárias e superiores, tentando delimitar suas durações espaço-temporais, pois é necessário estarmos cientes de que dependendo das circunstâncias históricas-sociais objetivas, do nível e estágio do desenvolvimento do ser social, essas formas mediáticas poderão ressurgir e cumprir uma importante função social para o avanço progressivo do gênero humano, como bem expôs Lessa através de Lukács.

As variações das ordenações, representações, explicações, concepções e categorias do entendimento e pensamento humanos cumprem a função social de adequar e garantir a adaptação e sobrevivência da cultura de determinada formação social, possibilitando uma transição mais tranquila e menos caótica a níveis de complexização da vida societal exigidos pelas novas necessidades criadas pelos indivíduos sociais quando da satisfação das antigas necessidades, elevando para um patamar superior as forças produtivas e o conhecimento técnico-científico. Ainda assim, há situações e momentos onde a ciência não é capaz de encontrar as respostas e, novamente, entra em cena o pensamento religioso-mítico ou mesmo mágico, como já explicitamos.

Sendo assim, também podemos entender a religião de modo subjetivo, enquanto atitude através da qual a criatura humana se orienta para o Outro divino, e objetivamente, como o conjunto de noções, normas, ritos, rituais, crenças pelos quais nos ligamos a esse Outro.

Apesar dos avanços do pensamento humano e do desenvolvimento produtivo,

histórico-social do ser biopsicosociocultural, da complexização das necessidades naturais pela criação e reposição constante e ampliada das necessidades sociais no tempo e espaço, fazendo avançar as forças produtivas e a interdependência dos homens, tornando-os, indubitavelmente, cada vez mais gênero humano, devido ao crescimento da interdependência ontosociocultural, ainda assim, a máxima grega do “corpo são, mente sã” ecoa como alerta e apontamento para a complexa natureza humana.

Materialidade e imaterialidade são partes dialéticas da totalidade do ser humano, social. Corpo, a matéria; mente, o imaterial; ambos conectados, interdeterminados e, concomitantemente, distintos. Enquanto o primeiro tem sua funcionalidade e operacionalidade exploradas e tornadas, cada vez mais, cognoscíveis, permitindo as intervenções humanas, a segunda tem um lado meio obscuro, quase incognoscível, mas que instiga os estudiosos, pesquisadores e cientistas, que o sondam e perseveram em desvelar.

Dentro dessa perspectiva, podemos asseverar que o mágico e divino está em nós, fazendo parte da própria cosmogonia do universo. Essa divindade inerente ao ser social parece se manifestar quando dos momentos de superação de dificuldades e situações que pareciam ser insolúveis e impossíveis de se resolver. O divino, a divindade são então sentidos como sendo parte constitutiva do ser humano, por mais que ele tente negar, suprimir ou suspender, mesmo os ateus.

Jung, renomado psicanalista, discípulo de Freud, em certa altura de sua vida e execução profissional, relata e testemunha:

Entre todos os meus pacientes de mais de 35 anos, não há um sequer para quem o problema fundamental não seja a atitude religiosa. Em última análise, todos se tornaram doentes porque haviam perdido a força da crença religiosa. Nenhum sarou enquanto não se reencontrou religiosamente. (Pierre Dentin apud VANNCCHI, 1979, p. 35)

Concluindo, ontologia fictícia ou não, cabe aqui ponderarmos sobre a natureza do ser humano, um ser natural e social, uma matéria que carrega em si as forças (nem sempre “cientificamente” conhecidas, embora psicologicamente explicadas) e lógica da reprodução natural; sentida, experimentada, vivenciada ao longo da sua existência, ora racional, ora sensorialmente, em termos afetivos-emocionais, demonstrando o quanto a assertiva “conhece a ti mesmo” é sintomática

e explicita a necessidade de buscarmos compreender o ser humano enquanto parte de um complexo maior que é o metabolismo universal.<sup>9</sup>

## REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália Pie Abib... et al. **Para Compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996.

CAPRA, Fritjof. Trad. Álvaro Cabral. **O Ponto de Mutação** – A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da Arte**. 4 ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

JAEGER, Werner. **PAIDÉIA** – A formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Trad. Marie-Agnês Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LESSA, Sérgio. **Ontologia de Lukács**. Maceió: EDUFAL, 1996. (Didática-EDUFAL; 2).

MAZZEO, Antonio Carlos. **Determinações Histórico-ontológicas da construção das formas político-mediativas no Ocidente Antigo**. (Parte I – Mediação, Magia e Religião no Mundo Antigo: Elementos Teórico-Analíticos para uma Análise Aproximativa). Tese de livre docência, 2003, não paginado.

VANNUCCHI, Aldo. **Filosofia e Ciências Humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.



---

<sup>1</sup> E-mail: iaeldeo@gmail.com. Mestre em Ciências Sociais. Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí. Departamento de Educação.

<sup>2</sup> Conforme Fischer, “a mão é o órgão essencial da cultura, o iniciador da humanização. Isso não quer dizer que tenha sido a mão sozinha que fez o homem; a natureza (particularmente a natureza orgânica) não admite semelhantes simplificações, semelhantes sequências unilaterais de causa e efeito. (...) Já São Tomás de Aquino estava ciente dessa significação única da mão, esse órgão dos órgãos e expressou-o na sua definição do homem: O homem possui razão e mão. E é verdade que foi a mão que libertou a razão humana e produziu a consciência própria do homem”. (FISCHER: 1973, p. 22 e 23) Uma pena que a mão tenha evoluído mais rápido que o cérebro, que parece não acompanhar suas proezas, como já concluía Monteiro Lobato, em *A História das Invenções*.

<sup>3</sup> De fato, o processo de humanização e constituição do ser social foi progressivo, lento, gradual, cheio de avanços e recuos, e antes do pensamento consciente propriamente dito, houve uma fase demorada de experimentações, de ensaios e erros, de tentativas nem sempre bem sucedidas, mas geralmente frustradas, que proporcionaram as condições para as associações, as memorizações, que são, num primeiro momento, reflexos mecânicos, condicionados, e não conscientes, propositados. Eis aí o nó górdio da questão.

<sup>4</sup> A física quântica explica que é possível, conhecendo e sabendo manipular essa “força natural interior”, materializar o pensamento. Por exemplo: imaginar um relógio e torná-lo concreto. Algumas dessas possibilidades são ilustradas através do documentário *Quem somos nós?* Outras ponderações a respeito podem ser realizadas mediante a leitura da obra de Capra (1982).

<sup>5</sup> A eficiência antecede o propósito, a atividade teleológica. É interessante ressaltarmos que mesmo no mundo contemporâneo certos rituais mantidos por determinadas formações sociais remetem à força mágica, como a crença de que ingerir um coração de um oponente de igual ou maior coragem que a si mesmo pode contribuir para aumentar a bravura e destemor de quem dele se serve. O filme *Coração Valente* ilustra bem essa prática sociocultural.

<sup>6</sup> Aqui cabe uma importante e imprescindível ressalva. Ao falarmos da revelação e da fé estamos centrando nossa reflexão principalmente na religião cristã do Mundo Ocidental, pois há religiões naturais onde as revelações não ocorrem. O fato de focarmos o pensamento religioso do mundo ocidental deriva da relativa hegemonia que o mesmo cultivou durante séculos, embora na contemporaneidade possamos falar de uma pluralidade de religiões pela valorização da cultura e identidade de cada povo que se reconhece e legitima enquanto tal.

<sup>7</sup> Por exemplo, na religião católica, Adão e Eva e o pecado original, onde o trabalho é visto como castigo e forma de expiação.

<sup>8</sup> A religião utiliza do recurso mítico para a construção dos exemplos que conformarão a ética e moral que orientará e servirá de parâmetro às ações humanas, influenciando nas escolhas entre alternativas dos indivíduos sociais. Daí dizermos que é uma visão **religiosa-mítica** ou **mítico-religiosa**.

<sup>9</sup> Jaeger expressa, de forma magistral, esse intercâmbio metabólico entre a natureza e o ser social, servindo de base para as considerações que foram tecidas em nosso parágrafo conclusivo. “(...) A vivacidade espontânea, a sutil mobilidade, a íntima liberdade [dos gregos] não têm as suas raízes no cultivo da subjetividade, como atualmente acontece; pertencem a sua natureza. E quando esse povo atinge a consciência de si próprio descobre, pelo caminho do espírito, as leis e normas objetivas cujo conhecimento dá ao pensamento e à ação uma segurança antes desconhecida. Do ponto de vista oriental, é impossível compreender como os artistas gregos conseguiram representar o corpo humano, livre e descontraído, fundado não na imitação de movimentos e atitudes individuais escolhidas ao acaso, mas sim na intuição das leis que governam a estrutura, o equilíbrio e o movimento do corpo. Do mesmo modo, a liberdade sofreada sem esforço, característica do espírito grego e desconhecida dos povos anteriores, baseia-se na consciência nítida de uma legalidade imanente das. Os gregos tiveram o senso inato do que significa ‘natureza’. O conceito de natureza,

---

elaborado por eles em primeira mão, tem indubitável origem na sua constituição espiritual. Muito antes de o espírito grego ter delineado essa idéia, eles já consideravam as coisas do mundo numa perspectiva tal que nenhuma delas lhes aparecia como parte isolada do resto, mas sempre como um todo ordenado em conexão viva, na e pela qual tudo ganhava posição e sentido. Chamamos orgânica a esta concepção, porque nela todas as partes são consideradas membros de um todo. A tendência do espírito grego para a clara apreensão das leis do real, tendência patente em todas as esferas da vida – pensamento, linguagem, ação e todas as formas de arte –, radica-se nesta concepção do ser como estrutura natural, amadurecida, originária e orgânica.” (JAEGER: 1995, p. 10 e 11)

RECEBIDO EM: 03.07.2012  
APROVADO EM: 11.07.2012

## ALIENAÇÃO E O PROCESSO DE SOFRIMENTO E ADOECIMENTO DO PROFESSOR: NOTAS INTRODUTÓRIAS

### ALIENATION AND THE PROCESS OF TEACHER'S SUFFERING AND ILLNESS: INTRODUCTORY NOTES

Flávia Gonçalves da Silva<sup>1</sup>

#### RESUMO

Nos últimos anos vem aumentando significativamente os estudos sobre saúde do trabalhador, em especial do professor, buscando nas condições objetivas e subjetivas do trabalho/trabalhador fatores que possibilitem compreender e intervir nos agravos a saúde. Uma análise marxista desses processos implica não apenas compreender as relações de trabalho no modo de produção capitalista, mas compreender como tais relações promovem sofrimento/adoecimento no trabalhador. O presente texto propõe entender o tal processo a partir da categoria alienação, que se manifesta no psiquismo na consciência, especificamente na oposição e/ou ruptura entre sentidos e significados da atividade e da impossibilidade de realizar a atividade profissional tal como foi realizada e/ou prescrita. Por isso, entende-se que é a alienação um dos principais processos geradores de sofrimento e adoecimento psíquico ocupacional do trabalhador em geral, inclusive do professor.

**Palavras-chave:** Alienação. – Sofrimento – Adoecimento - Professor

#### ABSTRACT

In the last years were increase meanly studies about teacher's health searching in objective and subjective conditions of worker aspects that allow understand and intervene in health aggravated. A Marxist analysis of these processes implicate not only in understand the work relations in the capitalist mode of production, but understand how worker's suffering/illness are promoted by these relations. The purpose of the present text is comprehend these processes on the basis of the category alienation, which manifestation occur, in the psychism, in consciousness, specifically in the opposition and/or rupture between senses and meaning of activity and the impossibility of realization of this professional activity as well was executed or prescribed. Because of this, it is understood here that one of main process in which teacher's psychic suffering and illness are generated, as well the worker in general.

**Keywords:** Alienation – Suffering – Illness – Teacher

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos vem crescendo de forma significativa os estudos sobre a saúde do trabalhador, especialmente do professor que é uma das categorias que mais vem se afastando do trabalho decorrente de processos de adoecimento. A literatura é vasta sobre o assunto, abordando aspectos dos mais variados: motivação, causas do sucesso e fracasso da atuação profissional, identidade, formação de professores, modos de ações docentes e ainda interferências dessas ações cotidianas na saúde do professor, entre tantos outros (Barros, & Athaide, 2001; Carneiro, 2001; Codo, 2002; Lapo e Bueno, 2002; André, 2003; Delcor et al, 2004; Gasparini, Barreto e Assumpção, 2005, Zagury, 2006; Brito, Salim, 2009).

No entanto, em geral a produção sobre a saúde do trabalhador se restringe a descrever as condições objetivas e subjetivas do trabalho, sem explicar como tais condições promovem o sofrimento e adoecimento ocupacional. Além disso, as produções sobre a saúde do professor tem caráter prescritivo e culpabilizador, já que é o professor que não se adapta as mudanças da sociedade, é resistente as mudanças, não tem boa formação ou ainda não gosta do que faz.

É fato que esses são fatores que devem ser considerados na compreensão do processo de sofrimento e adoecimento, mas não explicam sua dinâmica de desenvolvimento. A sociedade capitalista encontra cada vez mais formas “sofisticadas” de explorar o trabalhador retirando gradativamente seus direitos sociais, oferecendo a eles condições de trabalho que intensificam a exploração e velando as mediações que constituem a realidade, que permite compreender por que os indivíduos sofrem e adoecem. Mas, como isso ocorre? Quais os mecanismos que a sociedade capitalista usa para afetar o indivíduo no íntimo de sua singularidade, de modo a fazer com que o que lhe propicia humanização (o trabalho) o desumanize? Entende-se que um dos mecanismos que provoca tal processo é a alienação.

## **A ALIENAÇÃO DO HOMEM EM RELAÇÃO A SI MESMO E A SOCIEDADE**

A compreensão do processo de alienação partirá da concepção da vida cotidiana. A vida cotidiana é aquela que se vive diariamente, normatizada e padronizada de determinados modos, sequencia, com hora e dia marcados.

A vida cotidiana se refere às atividades e ações que o indivíduo executa sem saber bem a gênese e a processualidade dela, é a esfera da vida que lhe permite a praticidade, o *modus operandi*. Não é necessário que o indivíduo saiba quais são os elementos e etapas envolvidos entre apertar um interruptor e ascender a lâmpada, por exemplo. Ele apenas aperta o interruptor e a lâmpada acende e, dependendo do indivíduo, só reflete esse processo se algo acontece: apertar o interruptor e a lâmpada não acende, ou fica piscando, etc.

O indivíduo participa da vida cotidiana de forma integral, com seus sentimentos, paixões, habilidades, ideias (Heller, 1972).

Na vida cotidiana, o homem atua sobre a base da *probabilidade*, da possibilidade: entre suas atividades e as conseqüências dela, existe uma relação objetiva de probabilidade. Jamais é possível, na vida cotidiana calcular com segurança científica a conseqüência possível de uma ação. Nem tampouco haveria tempo para fazê-lo na múltipla riqueza das atividades cotidianas (Heller, 1972, p. 30, grifos do original).

Na esfera da vida cotidiana, o indivíduo utiliza o familiar, o histórico precedente de uma dada situação, o espontâneo para viver, resolver seus problemas, se relacionar com o mundo. Essa dimensão da vida é necessária, pois ela possibilita ao indivíduo executar diferentes operações e ações que de fato não exigem maior conhecimento e/ou reflexão sobre, pois em nada altera a realidade deste. Mas, será que a vida cotidiana tem que ser sempre igual? Será que tem que se levantar todo dia no mesmo horário e fazer as coisas na mesma sequência, em dias pré-determinados? Na verdade não.

Heller (1972) argumenta que é necessário fazer a distinção de tipos de vida cotidiana em determinados momentos históricos da sociedade. A vida cotidiana é intrínseca a realidade, ela é necessária para que múltiplas tarefas sejam executadas sem exigir reflexões elaboradas do indivíduo, por meio da praticidade, da espontaneidade. Mas, a praticidade e a espontaneidade não precisam ter dia e hora marcados para serem executados nem sequências e *modus operandi* rigorosos.

Na esfera do trabalho, apesar de algumas atividades e ações terem uma determinada sequência, não precisa ser levada ao extremo de ser sempre do mesmo modo, horas a fio, como bem satirizou (apesar da sátira ser muito fiel a vida real da época) Chaplin no filme “Tempos Modernos”, na célebre cena em que o ator

aperta parafusos dispostos em uma esteira com as duas mãos, de modo ininterrupto e, mesmo com a “permissão” do relógio para parar, continua com o mesmo movimento em outras situações.

Heller (1972) diferencia a vida cotidiana da vida cotidiana alienada. A primeira é aquela necessária ao indivíduo, a que lhe garante a praticidade; a outra é aquela que faz com que ele fique preso nela mesma, de tal forma a exigí-lo integralmente, fragmentado-o e fazendo com que perceba a realidade fragmentada e natural. “Sabemos que a vida cotidiana é heterogênea, que solicita todas as nossas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade com intensidade especial” (Heller, 1972, p. 27).

A heterogeneização da capacidade do indivíduo, em algumas situações, não altera em nada a sua vida ou a de outrem quando, por exemplo, o professor copia na lousa algo que ele já preparou anteriormente para seus alunos, liberando-o de refletir sobre outras coisas durante essa ação, que podem ou não estar relacionadas com aquela ação ou atividade profissional. Mas, há casos em que a heterogeneização da capacidade incide diretamente no indivíduo ou em outras pessoas; se o professor explicar o conteúdo tendo outras preocupações, de modo a desviar sua atenção, a ação pode ser qualitativamente inferior ao que poderia ser, além de poder interferir no alcance de sua finalidade, que é o aluno entender o conteúdo explicado.

Isso porque a explicação de um dado conteúdo escolar deve partir da vida cotidiana, mas não pode ficar presa a ela, pois no cotidiano se manifesta apenas uma esfera da realidade, a aparente, que deve ser suporte para que o concreto da realidade (a sua essência) seja conhecido pelos alunos.

O movimento de sair da aparência, ou nas palavras de Marx, ascender do abstrato para o concreto, exige do professor toda a sua capacidade de síntese de um dado conteúdo; de adequá-lo aqueles alunos, num determinado nível educacional e contexto, juntamente com estratégias didáticas; de perceber a reação dos alunos frente aquele conhecimento para que a finalidade de transmitir o conhecimento se efetive. Para que isso ocorra o professor não pode estar encerrado no cotidiano tendo outras preocupações, pois, esta atividade, vai exigir dele constantes reflexões que extrapolam o espontaneísmo ou a praticidade.

Mas, não é o que vem acontecendo na educação contemporânea,

tampouco sua finalidade é que os indivíduos consigam ascender do abstrato para o concreto por meio (também) do conhecimento escolar. A cotidianidade contemporânea faz com que o indivíduo fique preso nela mesma, e o impede de homogeneizar suas capacidades em uma tarefa específica e suspende “... *qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, [exige] que empregamos nossa inteira individualidade humana na resolução dessa tarefa*”. (Heller, 1972, p. 27, grifos do original).

A autora húngara ainda argumenta que:

*Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento não devem se cristalizar em absolutos, mas tem de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicação (...). Se essas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana (idem, p.37, grifos do original).*

De acordo com a afirmação de Heller, uma coisa é a vida cotidiana, com todas as suas características, que fazem parte da vida de qualquer indivíduo, outra é quando as características da vida cotidiana dominam não só o cotidiano, mas a forma e a capacidade do indivíduo pensar e sentir, que o afasta cada vez mais das possibilidades que propiciem a emancipação humana.

Esse afastamento entre o indivíduo e as possibilidades de emancipação humana, Heller (1972) denomina de vida cotidiana alienada por esta cotidianidade ser e levar o indivíduo à alienação. O fenômeno da alienação pode ocorrer nas mais diferentes esferas da vida, mas na cotidianidade tem maior possibilidade de se desenvolver justamente por esta ser constituída de características que fomentam a alienação.

Logo no início do Primeiro Manuscrito de 1844, Marx assim se refere ao trabalhador em relação ao próprio trabalho:

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo das coisas. O trabalhador não cria apenas bens, ele também produz a si mesmo e o trabalho como uma *mercadoria* e, deveras, na mesma proporção em que produz bens (Marx, 1983, 1844, p. 90, grifos do original).

Essa desproporção entre produção de riqueza e a aquisição desta por quem a produziu, no caso a grande massa de trabalhadores, ocorre por que o produto do trabalho do indivíduo não lhe pertence, tampouco sua própria força de trabalho, já que ele a troca por um salário por não possuir os meios de produção. O poder que o dinheiro propicia para quem o detém lhe dá o direito de ser proprietário de tudo que o dinheiro possa vir comprar.

Tudo que o dinheiro pode comprar é transformado em objeto e, como a força de trabalho não pode ser comprada sem o próprio trabalhador, ele acaba se transformando também num objeto, especificamente numa mercadoria. Nesse sentido, a alienação nos manuscritos é entendida como o processo pelo qual o indivíduo é destituído dos produtos de seu trabalho e de si mesmo, da própria força de trabalho. Isso ocorre pelo trabalhador não conseguir captar o dinamismo da realidade, as mediações que a constituem especialmente a relação dele como trabalho e a própria realidade.

Essa fragmentação do indivíduo com o produto do trabalho e de si mesmo o leva a afastar-se cada vez mais das possibilidades de desenvolvimento do gênero humano, fazendo com que o indivíduo fique cada vez mais alienado. É nesse sentido que Heller (1972) entende a cotidianidade alienada: quando ela impede o indivíduo de se apropriar e objetivar qualitativamente as possibilidades do gênero humano. O cotidiano alienado tem em sua gênese a produção econômica, que incide para todas as outras esferas sociais da sociedade e da vida do indivíduo.

A proliferação da alienação para todas as esferas da vida do indivíduo ocorre por que, na mesma proporção que os homens se coisificam, os objetos se personificam e ganham poder sobre os homens coisificados. Na esfera do trabalho, a alienação constitui-se, inicialmente, como

Trabalho externo ao trabalhador, [por] não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente a vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é *trabalho forçado*. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um *meio* para satisfazer outras necessidades (Marx, 1983, 1844, p. 93).

A afirmação acima, apesar de escrita em 1844, pode se referir a milhões de trabalhadores que não se realizam em seu trabalho, que se sentem explorados



por trabalharem exaustivamente e pouco conseguem satisfazer as necessidades, tanto as essenciais como as alienadas. Esses trabalhadores que vivenciam o processo de alienação até sabem que produzem muitas riquezas, mas não conseguem entender por que quase não as tem.

É inegável que quando o homem não se reconhece no produto de seu trabalho, tampouco no próprio processo de trabalho, aliena-se também da sua essência humana, das possibilidades que o gênero humano pode lhe proporcionar. Se o indivíduo não é rico em seu corpo inorgânico, riqueza essa advinda das apropriações e objetivações genéricas, não só a satisfação de suas necessidades, mas as próprias necessidades serão pobres e, até mesmo alienadas. Na atualidade isso pode ser exemplificado pelo predomínio do ter para ser (ter competência, flexibilidade, determinados objetos de fabricantes específicos, etc.)

A alienação se manifesta na abstração das características essenciais do trabalho concreto para ter um equivalente entre venda e compra da força de trabalho, equivalente esse que é comum a qualquer relação mercantil capitalista. Quando a força de trabalho tem abstraído suas peculiaridades, torna-se um objeto passível de troca e, como o possuidor da força de trabalho não pode ser dela destituído, ele também se torna objeto.

Tem-se nesse processo de equivalência duas mercadorias: os produtos da força de trabalho e a própria força de trabalho, isto é, o próprio trabalhador. Como essa relação não é evidente, ou seja, não se revela na vida cotidiana, a relação entre as mercadorias se manifestam de forma misteriosa, impossibilitando ao trabalhador compreender estas relações que o afetam diretamente, tanto de forma objetiva (por não conseguir atender as necessidades criadas nessa relação e em outras) como subjetiva (a não satisfação das diferentes necessidades o mortifica, faz com que se sinta cansado física e mentalmente, como Marx já havia descrito em 1844).

Dessa forma:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho, como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas e metafísicas ou sociais (Marx, 1985, 1867, p. 71).

A relação entre os trabalhadores e as mercadorias, Marx (1985, 1867) denominou de fetichismo. O fetichismo é justamente a conversão de relações sociais entre pessoas para relações sociais entre coisas e essa conversão é mediada pela produção de valores de uso e troca, que ocorre pela dupla dimensão do trabalho (concreto e abstrato). Todas as estratégias utilizadas no capitalismo para intensificar a força de trabalho, acabam afetando diretamente o trabalhador tornando-o fragmentado, apenas uma peça necessária na grande engrenagem que move o capital, ou seja, uma coisa.

O fetichismo, ou reificação, é a forma como a alienação se manifesta no capitalismo no processo de produção de mercadorias. Desse modo, todo fetichismo é alienação, mas nem toda alienação tem o caráter fetichista.<sup>2</sup> A alienação surge e permanece enquanto houver a propriedade privada do excedente econômica, e isso é anterior ao capitalismo.

No fetichismo, o processo de coisificação entre o homem e o produto de seu trabalho, e com os próprios homens, os levam a coisificarem suas relações com a humanidade, com as características do gênero humano. Atividades que poderiam promover maior humanização, como aquelas relacionadas a arte, educação, esportes, lazer, entre outras, acabam sendo reificadas quando se tornam mercadorias, transformando-se também em instrumentos mercantilizados e, em alguns casos, fetichizados.

Há diferentes tipos de alienação, que segundo Vazquez (1977) pode ser política, religiosa e ideológica, em que os diferentes objetos (Estado, Deus, ideias, respectivamente) são estranhos ao indivíduo, colocando-o em contradição com o gênero humano. Claro que a alienação econômica (o fetichismo) faz com que as outras formas de alienação não sejam idênticas àquelas manifestadas em modo de produção anteriores, pois é esta (a economia) que determina as demais esferas sociais.

A alienação predominante no trabalhador professor é a ideológica, pois a relação dele com o produto do seu trabalho é o conhecimento. Vazquez (1977) afirma que:

Na alienação ideológica (...) trata-se de investigar o modo de ser desses produtos humanos que são as idéias, descobrir como e em que, a seu turno, a objetivação dessas relações se apresenta como uma contradição entre sua essência interna e sua forma de manifestar-se (p. 453).

Apesar do conhecimento por ele transmitido poder lhe ser estranho, principalmente quando este lhe é imposto (como é o caso do construtivismo no Brasil) ele não assume a dimensão de coisa (fetiche). O produto da atividade docente não é expropriado dele, como ocorre com o operário, pois não se tem como expropriar conhecimento tal como se expropria a mais-valia. A exploração do professor ocorre em outro nível: um deles se refere a forma como o conhecimento a ele e por ele foi transmitido, conhecimento esse que objetiva relações sociais; e outro é em que medida essa objetivação afasta ou não o professor e o produto de sua atividade das mediações constitutivas da realidade.

No caso do professor que é funcionário público e atua na educação básica inserido no atual contexto educacional brasileiro, a alienação ideológica reside no fato dele desconhecer a sua função na sociedade; o como determinados conhecimentos e formas de transmissão destes podem (ou não) mascarar ainda mais a realidade (tanto dele mesmo como de seus alunos), como estes conhecimentos podem promover (ou não) desenvolvimento psíquico de modo a diminuir ou erradicar o abismo entre o indivíduo e o gênero humano.

As condições para o exercício profissional por ele enfrentadas cronifica ainda mais esse processo de alienação. O professor, em geral, até reconhece o produto de sua atividade, mas como o processo de execução dessa lhe é imposto, esse processo acaba sendo estranho a ele. Quando reconhece o produto de sua atividade, e sabe que não é condizente com o que idealizou, o processo de execução da atividade torna-se ainda mais estranho.

Em outras palavras a alienação do professor pode se manifestar também quando a finalidade idealizada de sua atividade não coincidir com o resultado final, seja pelo processo de execução impor outras finalidades ou pelo professor não saber como alcançá-la.

Até aqui podemos afirmar que a alienação pode ser decorrente do estranhamento do trabalhador com o produto do seu trabalho ou com o processo do trabalho. No entanto, há também alienação em que o indivíduo não reconhece a si mesmo. Schaff (1979), ao analisar diferentes formas de alienação, explica que uma delas é a confrontação entre o que o indivíduo é e o que gostaria de ser e, nesse confronto, o que o indivíduo é não o satisfaz "(...) mas pelo contrário, desperta sua mais viva auto-crítica" (Schaff, 1979, p. 240). O autor prossegue a análise ressaltando que nos casos em que o eu real e o ideal são bem contraditórios, o

distanciamento pode fazer com que o indivíduo não respeite a si mesmo, e até mesmo se deprecie. Tendo em vista a idealização de um tipo de profissional e o que realmente é, a análise de Schaff pode também servir a esse caso (mas não apenas para ele).

As diferentes análises sobre a alienação feitas por Schaff (1979) se referem, predominantemente, ao que o autor denomina de alienação subjetiva, que implica no estranhamento do mundo criado pelo homem e até do próprio eu. Esse estranhamento subjetivo só ocorre porque há um estranhamento objetivo, que se refere à alienação do homem diante do produto de seu trabalho. A alienação subjetiva é secundária em relação à alienação objetiva (que é primária); a primeira (a secundária) só existe e se cronifica pela existência e ampliação da segunda (primária). A contradição entre o eu ideal e o real é uma das alienações subjetivas.

Outra forma de alienação subjetiva é quando o indivíduo percebe suas próprias capacidades e habilidades como algo estranho a si, quando, por exemplo, o professor ensina apenas e exclusivamente de acordo com as demandas pragmáticas ou o que lhe é imposto, mesmo quando tem condições objetivas e subjetivas para ir além dessas determinações. Há ainda a alienação em que o indivíduo perde sua própria identidade numa forma tão extrema que o leva a desenvolver patologias psíquicas mais graves, como a esquizofrenia, ou numa forma mais amena, quando as ideias e os comportamentos travam luta entre si (Schaff, 1979).

Assim, podemos sintetizar que na alienação subjetiva, o estranhamento pode ser pela confrontação entre o que o indivíduo é e gostaria de ser; o estranhamento em relação as próprias capacidades e o estranhamento entre o trabalho idealizado, prescrito e/ou realizado. Há situações em que o professor até consegue realizar sua atividade de acordo com o que foi idealizado, ou ainda com o que foi idealizado e prescrito, mas sob intenso desgaste físico e mental, rompendo com seu limite. Quando a rompimento desse limite, ou seja, quando o indivíduo se adapta as demandas impostas a ele, ocorre o processo de sofrimento e dependendo da situação, o adoecimento do trabalhador. Quando o indivíduo não consegue se adaptar, pode se sentir culpado, e também pode vir a sofrer ou adoecer em consequência do trabalho.

A esfera psíquica que está diretamente relacionada ao processo de

alienação é a consciência (apesar de não ser a única), especificamente pela oposição entre os sentidos e significados da atividade (inclusive o trabalho). A consciência é que mediatiza a satisfação das necessidades pelo trabalho. Citando um exemplo, na atividade individual de caça tem ações voltadas de forma imediata para matar a presa (encurrular e matá-la), e numa atividade coletiva o caçador pode assustar a presa e direcioná-la para os indivíduos que irão matá-la. Assustar a presa só tem relação com a caça se for considerada numa atividade coletiva.

Nesse caso, o objeto e o motivo da atividade não coincidem imediatamente, mas há mediações que fazem com que haja pontos comuns entre eles. No caso do animal, basta matar a presa para comer enquanto nos homens, a satisfação da necessidade de comer implica em matar a presa, prepará-la para o cozimento e, só depois, comê-la.

Por isso, a relação entre o objeto de satisfação de necessidades e o motivo da atividade jamais terão coincidência imediata. O mesmo ocorre com os significados e os sentidos da atividade na consciência do indivíduo. A caça, que pode ter o significado de “matar” a fome, pode até ter esse sentido para o indivíduo, mas também o de ser uma possibilidade de exercitar suas habilidades (físicas e mentais), de estar com os companheiros ou ainda de mostrar força e agilidade para o grupo com que vive.

O mesmo pode ocorrer com o professor em relação a sua atividade profissional. O significado da docência é o de educar os indivíduos por meio de conhecimentos socialmente construídos de forma sistematizada. O sentido dessa atividade para o professor pode ser esse, mas também de ter contato com pessoas de determinada faixa etária que lhe agrada, de buscar mais conhecimento, de participar do processo de construção de indivíduos mais emancipados, propiciando uma sociedade que visa à emancipação humana e, obviamente, uma maneira de satisfazer outras necessidades pelo recebimento do salário. Nesse caso, há diferentes sentidos para o mesmo significado, mas, de modo geral, os primeiros estão relacionados com o segundo.

No entanto, há situações em que o sentido não tem qualquer relação com o significado, sendo, em alguns casos, opostos uns aos outros. Essa oposição ou ruptura de qualquer ligação entre sentidos e significados é um dos principais mecanismos psicológicos relacionados à alienação.

Considerando que a alienação é o estranhamento do indivíduo em relação a determinados fenômenos, isso significa que o que este fenômeno representa socialmente não é a mesma representação que o indivíduo tem dele, daí o estranhamento. Dito por outras palavras, o conteúdo objetivo da atividade não concorda com o seu conteúdo subjetivo (Leontiev, 1978).

O que incita o professor a lecionar pode não ser o fato da educação ser necessária e importante para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, mas apenas o de ter um salário que lhe possibilita atender necessidades que não podem ser satisfeitas no exercício profissional. Apesar de lecionar ter o significado de ensinar ou educar, na sua consciência há pouca ou nenhuma relação entre esse significado e o sentido da própria atividade profissional.

O mesmo pode acontecer com o professor, principalmente se for considerada as atuais condições para o exercício profissional que ele vem enfrentando no Brasil. As condições a ele oferecidas para a execução da atividade docente são tão alienadoras que muitas vezes faz com que não perceba as possibilidades de satisfação de necessidades relacionada a essa atividade, tampouco novas atividades são criadas.

Quanto maior for o rompimento de relações entre os significados e os sentidos da atividade docente, maior também é o estranhamento entre o professor e seu exercício profissional, até chegar ao ponto em que não há relação alguma: não importa se ele (o professor) educa, ensina, transmite ou facilita o conhecimento para o aluno, o que lhe importa, o que faz sentido a ele é a possibilidade de seu exercício profissional lhe proporcionar, pelo salário, o atendimento de outras necessidades. No caso do professor que é servidor público, além do salário poder ser um dos principais sentidos relacionados à docência, a estabilidade no emprego também pode ser um dos sentidos.

A diminuição de relações entre sentidos e significados também podem ocorrer pela discrepância no indivíduo entre a execução da atividade idealizada por ele e a que de fato foi realizada. A impossibilidade de realizar objetivamente a atividade tal como foi idealizada pode ser decorrente tanto das condições objetivas para a execução do mesmo (no caso do professor pelo número excessivo de alunos na sala de aula, pela falta de recursos didáticos e de estrutura, pouco ou nenhum planejamento de aula, não ter formação profissional adequada, etc) como de

condições subjetivas (baixa auto-estima, sentimento de impotência, frustração, não gostar do que faz, etc).

A atividade idealizada, não executada objetivamente, pode também ser alienada, assim como qualquer atividade realizada de fato. Isso porque as necessidades, mesmo as mais primárias e naturais (como a alimentação) são sociais para o homem, e quanto mais o homem se apropria da realidade, mais necessidades vão sendo geradas. Como na sociedade há o fenômeno da alienação, a apropriação da realidade alienada pode gerar necessidades também alienadas.

Todas essas formas de alienação revelam que as situações em que o professor está envolvido são tão desgastantes e degradantes que podem levá-lo não só a um processo de sofrimento, mas também de adoecimento psíquico, o que evidencia, no mínimo, a necessidade dele se esquivar por completo dessas situações ou delas terem que ser radicalmente modificadas.

Tanto num caso como noutro, há um intenso dispêndio de energia física e/ou mental durante a atividade ocupacional e esse gasto depende, diretamente, das condições objetivas e subjetivas para a execução da atividade. Assim, faz-se necessário analisar quais são as condições oferecidas ou encontradas pelo indivíduo para executar a sua atividade. No caso do professor, algumas delas podem ser trabalho coletivo com a equipe técnica-pedagógica, planejamento de aula, busca de novos conhecimentos e recursos didáticos, controle dos alunos para que preste atenção, motivação dos alunos, avaliação dos conteúdos ensinados, entre muitos outros.

Para avaliar se o planejamento de aula exige muito esforço do professor, por exemplo, é necessário saber os conhecimentos que ele tem sobre como planejar, quais as condições que ele tem para o planejamento e qual a importância deste para o profissional (os significados e os sentidos dessa ação ou atividade), que estão intimamente imbricados. Esses aspectos se referem às condições subjetivas. As exigências relacionadas às condições objetivas ao professor como tempo para fazer o planejamento, acesso a diferentes conhecimentos e materiais didáticos, espaços e momentos de troca entre os colegas e a direção escolar também fazem parte dessa avaliação.

O êxito ou não da atividade determinará para o professor até que ponto todo o seu desgaste compensou. Tanto num caso como noutro, é possível que ele

modifique as suas estratégias para não se esforçar tanto, tendo em vista o produto da atividade. Mas, isso exige que o professor avalie suas próprias ações, refletindo o modo como foram idealizadas e feitas, o quanto isso exigiu dele, se as finalidades foram alcançadas e se poderia ter sido feito de forma diferente.

Tanto as ações idealizadas como as realizadas devem ter como fundamento uma teoria educacional, de modo a orientar o professor na sua atividade. No entanto é justamente aqui que reside um das principais dificuldades do professor, ter a teoria como guia de ação, e não como uma receita que deve ser seguida. É muito comum ouvir de professores (assim como de outros profissionais) que “na teoria tudo é muito bonito e fácil, mas na prática não, é outra coisa”.

De fato, essa concepção do professor é verdadeira se ele tentar enquadrar a sua atividade, o seu aluno dentro de teorias, buscar receita de como se deve fazer. A função da teoria é de orientar, guiar a atividade profissional, logo, é ela que deve se adequar à realidade, e não o contrário. Para que isso ocorra, é necessário que o professor tenha sólido e profundo conhecimento teórico da teoria educacional por ele adotada, para que as finalidades da educação sejam alcançadas. Esse tipo de reflexão o professor não consegue fazer preso à cotidianidade, pois é necessário sair dela, ir além das dimensões aparentes que se manifestam nessa esfera da vida, o que nem sempre esse profissional consegue fazer pelas próprias condições para a execução da atividade e das ações.

Outro aspecto é importante ser ressaltado, que é o fato do alcance das finalidades da atividade poder garantir maior aproximação entre os sentidos e os significados da atividade docente, não significa que eles não se distanciem e que este professor não possa a vir a sofrer ou adoecer em decorrência de sua profissão. Isso porque mesmo não tendo a alienação entre o professor e o produto de sua atividade, por ele não apenas se reconhecer nele, mas também por conseguir alcançar suas finalidades, isso ocorre sob intenso esforço, que pode desgastá-lo até o adoecimento. A alienação não se opera na relação deste profissional com o produto de sua atividade, mas na relação deste com a própria atividade ocupacional, o que pode provocar o distanciamento entre sentidos e significados. A análise de sua atividade, rompendo com a esfera da vida cotidiana, pode evitar ou diminuir as possibilidades desse distanciamento de modo a levar o professor a pensar em outras estratégias de ação, mas não garante que este não possa sofrer ou adoecer psicologicamente.



## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. (org.). **Formação de professores no Brasil (1990-1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/formacaodeprofessores>> Acesso em 29 mai. 2003
- BRITO, J., BARROS, M. N. & ATHAIDE, M. (org.) (2001) **Trabalhar na escola? “só inventado o prazer”**. Rio de Janeiro. IPUB/CUCA.
- CARNEIRO, M. C. B. G. C. **A saúde do trabalhador professor**. São Carlos, s/n, 2001, Dissertação Mestrado.
- CODO, W. (org.) **Educação: carinho e trabalho** 3. ed. São Paulo: Vozes, 2002.
- DELCOR et al. (2004) Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. v.20, n.1, pp.187-196.
- GASPARINI, M. S., BARRETO, S. M. e ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, maio.jun 2005. Disponível em <[www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br)> Acesso em: 12 dez. 2006.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1972.
- LAPO, F. R. e BUENO, B. O. (2002) O abandono do magistério: vínculos e rupturas com trabalho docente. **Psicologia USP**. v.13, n.2, pp. 243-276.
- LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.
- MARX, K. (1844) Trabalho alienado. In: FROMM, E. **Conceito marxista do homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp. 89-102.
- MARX, K. (1867) **O capital: crítica da economia política volume 1**. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- SALIM, C. A. (coord.) **O trabalho e os agravos a saúde dos professores da rede privada de ensino do estado de Minas Gerais**. Relatório Técnico. Belo Horizonte: FUNDACENTRO/SAAE-MG/SINPRO-MG/FITEE, 2009.

SHAFF, A. **La alienación como fenómeno social**. Barcelona: Crítica, 1979.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

ZAGURY, T. **O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP. Docente do departamento de Educação Física da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
E-mail: flaviagonsalves@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Essa diferenciação Marx só faz a partir de 1857-1858.

RECEBIDO EM: 01.07.2012  
APROVADO EM: 06.07.2012

## DA MANUFATURA À MAQUINARIA MODERNA: A SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO AO CAPITAL

## FROM MANUFACTURE TO MODERN MACHINERY: SUBSUMING REAL LABOR UNDER CAPITAL

Osmar Martins de Souza<sup>1</sup>  
 José Joaquim Pereira Melo<sup>2</sup>  
 Renan Willian Fernandes Gomes<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente texto tem como intento discutir sobre o processo de transformação que ocorreu no modo de produção capitalista com a passagem da manufatura à indústria moderna, pois essa modificação na forma de produção, possibilitou a transição da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital. Para compreender essa modificação, recorreu-se, principalmente, à análise que Karl Marx desenvolveu em sua principal obra: ***O Capital: crítica da economia política***. Nesta obra, o autor escreveu dois capítulos intitulados: *Divisão do trabalho e manufatura e A maquinaria e a indústria moderna*, nos quais procurou explicar historicamente que a transição da manufatura à indústria moderna foi o meio fundamental para a subsunção real do trabalho ao capital e para consolidação do modo capitalista de produção. A partir disto, o sistema capitalista tornou-se o modo de produção hegemônico, pois teve condições materiais para aumentar a produtividade do trabalho, o lucro e remover os entraves que a produção manufatureira impunha à expansão do capital.

**Palavras-chave:** Manufatura – Maquinaria – Trabalho - Capitalismo.

### ABSTRACT

This paper aims at discussing the transformative process taking place amidst the rise of the capitalist mode of production, as a result of the substitution of manufacture for modern machinery. Bearing the capital in mind, the aforementioned process made it possible to switch from the subsuming formality of labor to a real subsuming one. In order to comprehend that modification, this work veers into Marx's analyses expressed in *Capital: a critique of political economy*. In his book, the author wrote two chapters entitled: *The division of labor and manufacture and Machinery and modern industry*, in which he, under a historical perspective, sets out that the transition from manufacture to modern industry was a paramount factor to indeed subsume labor under capital — furthermore, that undergirded the capitalist mode of production. Since which point on, the capitalist system became a hegemonic mode of production, given the fact that it had material conditions/means to increase labor productivity and profits as well as remove manufacture, once the latter hindered the expansion of capital.

**Keywords:** Manufacture – Machinery – Labor - Capitalism.

## INTRODUÇÃO

A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário de absoluta (MARX, 1975, p. 89).

Neste texto, tem-se a intenção de discutir o processo de transformação que ocorreu no modo de produção capitalista com a passagem da manufatura à indústria moderna, pois essa modificação na forma de produção possibilitou a transição da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital. Essa discussão terá como referencial a análise que Karl Marx<sup>4</sup> desenvolveu na sua principal obra, *O Capital: crítica da economia política*, nos capítulos, **Divisão do trabalho e manufatura e A maquinaria e a indústria moderna**. A partir dessa mudança na forma de produção, o capitalismo consolidou-se como modo de produção hegemônico, pois submeteu o trabalhador aos seus interesses, teve condições materiais para aumentar a produtividade e remover os entraves que a produção manufatureira impunha à extração de mais-valia<sup>5</sup>. Nesse sentido, são expressivas as afirmações de Marx:

Com a subordinação real do trabalho no capital efectua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário (MARX, 1975, p. 89).

Com a introdução das máquinas-ferramenta na produção, o capital subsumiu não só formalmente, mas efetivamente o trabalho aos seus ditames e pode aumentar a sua exploração com a extração de mais-valia relativa, ou seja, encurtando a parte do dia que o trabalhador trabalha para si, e aumentando a parte que ele trabalha para o capital.

Por isso, no capitalismo, busca-se, constantemente, fomentar o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos para aplicá-los no desenvolvimento de novos instrumentos de produção com o objetivo de ampliar a acumulação de capital e o domínio da burguesia.

Nessa perspectiva, argumenta Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes (MARX; ENGELS, 1996, p. 69).

O desenvolvimento de novos instrumentos de produção é uma necessidade constante do sistema capitalista, que procura maximizar a produção e minimizar o tempo gasto para produzir mercadorias. Esse processo só se tornou possível, na medida em que se desenvolveram conhecimentos com vistas à expansão da produção. Assim, esses conhecimentos tornaram possível a introdução da maquinaria na produção, que, por sua vez, revolucionou a estrutura produtiva da sociedade, com base na manufatura. A força de trabalho vivo era o alicerce da produção manufatureira, e o emprego de máquinas na produção demoliu esse fundamento, pois colocou o trabalhador apenas como um meio. Esse processo de desqualificação do trabalho vivo foi paulatinamente se efetivando, mas não pode ser pensado e nem compreendido, sem colocar na ordem do dia as contradições sociais que se evidenciaram a partir do desenvolvimento da indústria moderna.

### **DA MANUFATURA À INDÚSTRIA MODERNA: DA SUBSUNÇÃO FORMAL À SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO AO CAPITAL**

Com o desenvolvimento das forças produtivas, patrocinadas pelo capital, intensificou-se a desvalorização do trabalhador, e sua exploração alcançou níveis desumanos. Essa situação produziu as contradições entre burgueses e proletários e gerou os principais conflitos de classes no século XIX, em diversos países da Europa. Esse quadro de conflitos torna-se compreensível quando se analisa essa sociedade, levando em consideração as contradições que são inerentes a sua própria essência. Ela subordina, constantemente, o trabalho real às necessidades do capital, gerando a sua própria autodeterminação, e, dentro desse processo, o trabalhador passa a ser apenas uma peça no processo de produção (MAZZUCHELLI, 1985, p. 18). Por isso, a

afirmativa de que as contradições são inerentes ao sistema de acumulação da sociedade capitalista.

O movimento de acumulação de capital, na medida em que implica elevação contínua da produtividade do trabalho e elevação contínua de composição técnica e orgânica do capital; na medida em que se funda numa base técnica em que a arte produtiva está concentrada no capital e plasmada nas máquinas, o que determina a desqualificação e o entorpecimento do trabalho vivo; na medida em que avança progressivamente, destruindo formas pretéritas de produção e tornando “livres” os produtos diretos – o movimento de acumulação, por sua própria dinâmica interna, cria não só a demanda como também a oferta de trabalho [...] (MAZZUCHELLI, 1985, p. 19).

Com o desenvolvimento e aplicação da máquina na produção de mercadorias, promoveu-se a superação da forma de produção manufatureira de mercadorias, e com essa substituição na produção, o capital subsumiu o trabalho aos seus interesses. A produção manufatureira tinha como referencial a força de trabalho vivo e dependia quase que exclusivamente desta. A maquinaria moderna foi substituindo o que era considerado o centro da produção na manufatura (o homem) e, com isso, foi promovendo uma verdadeira transformação na sociedade, pois provocou a independência em relação ao trabalho vivo. Na grande indústria, o capital subordina por inteiro (formal e realmente) o trabalho pelo controle do processo de trabalho: o trabalhador passa a ser apenas um apêndice das máquinas (NETTO; BRAZ, 2007, p. 112).

A esse respeito afirma Benedito R. Moraes Neto:

A montagem do grande autômato, objetivando o processo do trabalho pela via do sistema de máquinas, pela incorporação da ciência através sistema de máquinas. A façanha do capital, no sentido de moldar o processo de trabalho às suas determinações, descrita por Marx, vem a ser a subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto. A ação do capital se dá pelo lado dos elementos objetivos do processo de trabalho: 'na manufatura, a revolução operada no regime de produção tem como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o instrumento de trabalho' (MORAES NETO, 1989, p. 28).

Nesse sentido, para entender essa dinâmica do modo de produção capitalista, torna-se fundamental retroceder aos escritos de Marx, pois a sua análise materialista do desenvolvimento da sociedade burguesa é a que melhor explica o seu nascimento, a sua expansão e a possibilidade de sua superação. Em *A ideologia*

*Alemã*, Marx e Engels enfatizaram a necessidade e a importância de se entender materialmente e não idealmente a sociedade, com as seguintes palavras:

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. A produção de idéias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Por isso, a compreensão sobre a passagem da manufatura à maquinaria moderna é uma condição fundamental para o entendimento das principais transformações produtivas introduzidas pelo capital, bem como dos conflitos decorrentes destas modificações na sociedade e suas implicações no campo das idéias (educação/formação). Ver-se-a que, o que se apresenta como “novo”, Marx já tinha sido enfático em seus escritos, marcando os efeitos que a maquinaria moderna trouxe em relação à forma de produção anterior (manufatura) e os resultados para a organização da sociedade. Visualizou que o capitalismo, ao aprofundar o modo de produção capitalista, através do desenvolvimento tecnológico, com a hegemonia da máquina aplicada na produção, iria ocupar progressivamente o espaço de trabalho humano, tornando-os cada vez mais obsoletos e dependentes do capital.

O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório da máquina, do qual só se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender (MARX; ENGELS, 1996, p. 72).

Isso posto, a preocupação será em verificar nas conclusões feitas por Marx, nos textos já citados e em outros, que sinalizam a mudança no modo de produção capitalista que marcou a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Esses dão o

fundamento para o entendimento da produção da vida na sociedade contemporânea, pois só através da análise da produção da vida, alicerçada no campo econômico e histórico, dão uma visão totalitária do que se pretende verificar, e da sociedade em geral.

Dado que a maquinaria inaugurou uma nova etapa no sistema capitalista de produção, pretende-se entender esse processo na sua especificidade, marcando o fenecimento do modo anterior e enfatizando as mudanças que vieram à tona a partir das novas conquistas. Não se pode negar que, em certa medida, exista uma continuidade nos acontecimentos, pois não existe evento que não se possa ligar de uma maneira racional aos eventos anteriores e posteriores. Assim, colocando-se no nível mais profundo das estruturas, conseguirá desvendar as rupturas, as grandes transformações, que marcam as mudanças na história da humanidade, que são os momentos de transição. Esses momentos revelam os saltos de desenvolvimento nunca antes vistos (ARRUDA ANDRADE, 1988, p.17). E isso se evidencia de forma plástica com o advento da indústria moderna, pois esta colocou em xeque a organização do modelo de produção baseado na manufatura.

A manufatura pode ser considerada uma forma evoluída de produção, pois intensificou a divisão do trabalho, impulsionando, significativamente, um desenvolvimento na produção e circulação de mercadorias. Porém, ainda era limitada a partir das habilidades dos trabalhadores parciais que determinavam o nível de produção, pois ela dependia, exclusivamente, do desempenho de cada trabalhador em sua função particular na execução de sua tarefa (ARRUDA ANDRADE, 1988, p.17).

Um artífice que executa, uma após outra, as diversas operações parciais da produção de uma mercadoria, é obrigado ora a mudar de lugar, ora a mudar de ferramenta. A passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho e forma por assim dizer lacunas em seu dia de trabalho. Essas lacunas somem quando executa o dia inteiro continuamente uma única operação, ou desaparecem na medida em que diminuem as mudanças de operação. O acréscimo de produtividade se deve então ao dispêndio crescente da força de trabalho, de trabalho num dado espaço de tempo, isto é, à intensidade crescente do trabalho, ou a uma decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho. [...] A produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas. (MARX, 1987, p. 391).



Um dos princípios característicos da manufatura é a sua extrema divisão do trabalho, privilegiando as diferentes fases da produção e gerando uma relativa independência entre os diversos trabalhadores. Com isso, torna-se necessário uma ponte, de um trabalhador para o outro, que proporcione o contínuo fluxo na produção.

A divisão do trabalho, o princípio característico da manufatura, exige o isolamento das diferentes fases de produção e sua independência recíproca como outros tantos trabalhos parciais de caráter artesanal. Para estabelecer e manter a conexão entre as diferentes funções isoladas, é necessário o transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro. Isto representa, confrontando-se com a grande indústria mecanizada, uma limitação peculiar, custosa e imanente ao princípio da manufatura (MARX, 1987, p. 395).

Na manufatura, o aumento produção se esbarra na própria limitação da divisão social do trabalho e dos mecanismos empregados na fabricação de mercadorias, pois ela é totalmente dependente das qualidades e habilidades de cada indivíduo e das técnicas que são utilizadas (ferramentas), para que haja uma expansão na cadeia produtiva.

O mecanismo específico do período manufatureiro é o trabalhador coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais. As diferentes operações executadas sucessivamente pelo produtor de uma mercadoria e que se entrelaçam no conjunto de seu processo de trabalho, apresentam-lhe exigências diversas. Numa tem ele de desenvolver mais força, nutra mais destreza, numa terceira atenção mais concentrada etc (MARX, 1987, p. 400).

A ferramenta principal na manufatura era a força de trabalho e essa impunha limites à produção que são de ordem natural (físico) e racional (conhecimento do processo produtivo por parte do trabalhador), e chega-se a um momento em que não é mais possível explorar as habilidades do trabalhador e, com isso, a expansão do capital sofreria uma estagnação, contrariando os próprios objetivos do capitalismo. “Fica claro, portanto, que a dependência em relação ao trabalho vivo, enquanto dependência em relação à habilidade do trabalhador manual caracterizava-se um entrave para o império do capital. Era crucial para o modo de produção capitalista se independentizar do trabalho vivo. [...]” (MORAES NETO, 1989, p.27).

Isto posto, era preciso superar as limitações que a manufatura impunha ao pleno desenvolvimento do capital, através da implantação de novos métodos, que possibilitariam uma ampla produção de mercadorias sem depender exclusivamente do trabalho vivo e das antigas técnicas (ferramentas).

Eric Hobsbawm propõe três condições essenciais que promoveriam uma transformação no modo de produção manufatureiro: uma limitação externa para a expansão dos velhos métodos, que tornavam difícil aumentar a produção além de um certo ponto com os métodos existentes; uma perspectiva de expansão do mercado, tão ampla que justificasse a diversificação e o aperfeiçoamento dos métodos antigos; uma expansão tão rápida do mercado que a simples modificação dos antigos métodos de produção não lhe pudesse fazer frente (ARRUDA ANDRADE, 1988, p.31).

Com esse quadro, pode-se pensar que as novas exigências impostas pela transformação social (exigências da acumulação de capital) tornaram possível a superação da produção manufatureira e, com isso, a implantação de novas técnicas, plasmada na construção de máquinas, era uma necessidade para o capitalismo prover seus interesses. A produção manufatureira criou condições materiais para promover a revolução industrial e desobstruiu os empecilhos para que o processo de trabalho fosse comandado pela lógica do capital.

Por isso, segundo Marx:

Ela desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista, e não para o trabalhador, e, além disso, deforma o trabalhador individual. Produz novas condições de domínio do capital sobre o trabalho. Revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade, e, de outro, meio civilizado e refinado de exploração (MARX, 2004, p. 420).

Só é possível a realização desse comando efetivo – a subsunção real do trabalho ao capital, nas palavras de Marx, com a consolidação dos processos produtivos possibilitados pela Revolução Industrial, que deu seus primeiros passos no último terço do século XVIII, e tem suas bases na manufatura. É então que se instaura a produção especificamente capitalista, implementada através de máquinas (fundamentalmente através das máquinas-ferramenta) e típica da grande indústria (NETTO; BRAZ, 2007, p. 112).

Assim, essa transformação atingiu um nível amplo e concretizou-se na Revolução Industrial. Esta deve ser entendida como um conjunto de transformações que ocorreram não só na indústria, mas nos transportes, comércio, etc. Representou em suma, o processo de mecanização das indústrias e a efetivação do modo de produção capitalista, dividindo a sociedade em duas classes básicas: a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, que só possui sua força de trabalho.

A maquinaria tornou-se o “meio para os capitalistas produzirem mais valia” (MARX, 1987, p. 424), pois no regime anterior não era mais possível obter os lucros desejados e, com ela, torna-se possível explorar ainda mais a força de trabalho, pois o trabalhador acaba sendo obrigado a vender sua força de trabalho por uma quantia muito pequena. Segundo Marx: “o emprego da maquinaria, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias [...] (MARX, 2004, p. 427) e não melhorar as condições de vida do trabalhador. Isso é compreensível, pois é da lógica de funcionamento desse modo de produção a ampliação dos lucros com a acumulação privada de capital. Nessa perspectiva, era necessário subverter os instrumentos de produção (manufatura para maquinofatura), para que o capital pudesse se reproduzir “livremente”. Nesta modificação, ocorreu uma inversão nas posições determinantes para a produção de mercadorias, colocando o trabalhador simplesmente como um instrumento na cadeia produtiva e a máquina ocupando o seu lugar. Marx, ao analisar este processo, usa as seguintes palavras: “na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho” (MARX, 1987, p.424).

Com a introdução da máquina-ferramenta, surge a necessidade de substituir a força humana por uma energia motriz, tornando-se imprescindível revolucionar a geração de energia que pudesse ocupar a força humana, pois esta limitava o funcionamento da grande máquina. A criação da máquina a vapor efetivou esse processo, pois o homem sendo considerado apenas uma força motriz numa máquina, passa a ser substituído por outro tipo de força (vento, vapor, etc). As novas tecnologias desqualificam o trabalho do homem, que assume o caráter de acidental na produção, e não é visto mais como necessário.

A máquina- ferramenta, é portanto um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com sua ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Provenha a força motriz do homem ou de outra máquina, a coisa não muda em sua essência. Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta. a Diferença salta aos olhos, mesmo quando o homem continua sendo o primeiro motor. [...] O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar (MARX, 1987, p. 426 – 427).

Revolucionando o modo de produção com a introdução da máquina-ferramenta, a produção agora é executada por uma máquina e não depende mais, exclusivamente, do trabalhador e das suas ferramentas. Na produção mecanizada, o trabalhador é suprimido pela própria organização da produção, não prevalecendo os princípios subjetivos da divisão social do trabalho na manufatura (ARRUDA ANDRADE, 1988, p. 50).

Nesse sentido, Marx considerou:

Na manufatura, a organização do processo de trabalho é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria, com exceções a mencionar mais tarde, só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho (MARX, 2004, p. 442).

Por isso, na produção mecanizada, o trabalhador não detém o controle do processo de trabalho, ou seja, ele é obrigado a se adaptar ao processo de produção (e não mais o contrário, como acontecia na manufatura). A máquina passa a determinar o ritmo do trabalho e é responsável pela qualidade do produto. Também a quantidade de produção e o tempo de trabalho necessário à elaboração de um produto deixam de ser determinados pelo trabalhador. Ao analisar concretamente a produção mecanizada e suas consequências sobre o trabalhador, Marx destacou nos Grundrisse que:

O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. Ao contrário, o trabalho aparece unicamente como órgão consciente, disperso em muitos pontos do sistema mecânico em forma de trabalhadores vivos individuais, subsumido ao processo total da própria maquinaria, ele próprio só um membro do sistema, cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que, diante da atividade isolada, insignificante do trabalhador, aparece como organismo poderoso. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo no próprio processo do trabalho como o poder que o governa, poder que, de acordo com sua forma, o capital é como apropriação do trabalho vivo. A assimilação do processo do trabalho como simples momento do processo de valorização do capital também é posta quanto ao aspecto material pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e o trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, como meio de sua ação (MARX, 2011, p. 581).

Assim, o modo de produção capitalista tirou das mãos dos trabalhadores quase por completo o poder de produção, pois suplantou o ponto de partida da manufatura, que era a força de trabalho. Na maquinaria moderna, o trabalhador torna-se um instrumento de trabalho e é engolido pelas novas invenções. Na indústria moderna, serve à máquina, não detendo mais o controle da produção, pois cabe a ele obedecer ao tempo e a velocidade que ela lhe impõe se quiser garantir sua sobrevivência.

Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si, não só por meio da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção (MARX, 2011, p. 581).

A rigor, pode-se afirmar que a introdução das máquinas na produção foi o ponto decisivo em que o capitalismo tornou a força humana (seu trabalho), dispensável. Isso posto, pode-se entender que a passagem da produção manufatureira para a produção industrial em massa constitui-se no fator decisivo para o domínio de classe da burguesia e para a consolidação do modo de produção capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se concluir que com a passagem da manufatura para a indústria moderna, a partir século XVIII, permitiu a ampliação da produtividade do trabalho humano, mas o mesmo deixou de ser o fator determinante do processo. A introdução

das máquinas no processo produtivo foi uma condição fundamental para que o capital pudesse subsumir realmente o trabalho aos seus interesses e dessa forma se reproduzir e se concentrar nas mãos de uma classe (burguesia), pois contribuiu com o barateamento da força de trabalho, com a ampliação do exército de reserva (desemprego) e com a fragilização do trabalho frente ao capital.

O domínio da burguesa (do capital) em relação aos operários não se deu simplesmente pelo uso da força, mas fundamentalmente com a implementação das novas tecnologias à produção, e, com ela, a ameaça do desemprego tornou-se um forte instrumento que a burguesia utilizou para atemorizar os proletários e enfraquecer suas lutas. Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista já compreendiam esse processo ao afirmar: “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 1996, p.69). Por isso que a substituição da manufatura pela máquina na produção foi o ponto decisivo para o domínio de classe da burguesia e para a consolidação e manutenção do modo capitalista de produção.

Esse domínio do modo capitalista de produção não elimina as suas principais contradições (capital X trabalho) e todas as transformações executadas pelo capital têm como objetivo a ampliação da taxa de lucro por meio da exploração da força de trabalho. Nesse sentido, argumenta Marx e Engels: “A condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado” (1996, p. 77).

Enfim, o modo capitalista de produção tornou-se hegemônico com a passagem da manufatura para a indústria moderna, e para continuar seu domínio é necessário revolucionar constantemente os instrumentos de produção por meio do desenvolvimento tecnológico. Entretanto, esse processo não pode ser conduzido ao infinito, principalmente, porque ele se funda em bens finitos, como os recursos naturais e o próprio trabalho humano. Assim, não é possível o capital continuar se ampliando indefinidamente sem ampliar as suas contradições a patamares insustentáveis, o que

nos permite pensar em sua superação ou na destruição completa de todos os recursos fundamentais para a vida humana.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA ANDRADE, José Jobson de. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ática, 1988.

JAPIASSU, Hilton. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Bertrand Brasil- DIFEL, 1987. 1.1, v. 1.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **Capítulo Inédito do Capital**. São Paulo: Escorpião, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição e processo: o capitalismo e suas crises**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford**: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia, Mestre em Educação, Doutorando em Educação e Professor do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão – PR. Email: msouza.32@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História, Docente do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Email: jjpmelo@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Email: billmchollow@gmail.com

<sup>4</sup> Filósofo alemão, nascido em Trier de família judia convertida ao Protestantismo. Sua obra teve grande impacto em sua época e na formação do pensamento social e político contemporâneo. Estudou direito nas Universidades de Bonn e de Berlim, doutorando-se na Universidade de Iena (1841), com uma tese sobre a filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro. Ligou-se aos jovens hegelianos de esquerda, escrevendo em jornais socialistas. Depois de um intenso período de militância política, marcado pela fundação da liga dos comunistas (1847) e pela redação, com Engels, do Manifesto do Partido Comunista (1848), exilou-se na Inglaterra (1849), onde viveu até a sua morte, desenvolvendo as suas pesquisas e escrevendo grande parte de sua obra na biblioteca do Museu Britânico, em Londres. Suas principais obras são: A crítica da filosofia do direito de Hegel (1843); A sagrada família (1845); A ideologia alemã (1845 – 1846); A miséria da filosofia: a resposta à filosofia da miséria de Proudhon (1847); A luta de classes na França (1850); Crítica da economia política (1859); O capital, 3 vols. (1867 – 1895). (JAPIASSU, 1993, p. 161).

<sup>5</sup> Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas partes componentes da jornada de trabalho (MARX, 2004, p. 366).

RECEBIDO EM: 26.06.2012

APROADO EM: 09.07.2012



## **ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO EMPREGO BANCÁRIO PÚBLICO.**

### **BETWEEN DISRUPTIONS AND CONTINUITIES: A STUDY ABOUT THE PROCESS OF RESSIGNIFICATION OF THE PUBLIC BANK EMPLOYMENT**

**Fernando Ramalho Martins<sup>1</sup>**

#### **RESUMO**

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as percepções e significados atribuídos ao emprego bancário público por trabalhadores de um banco federal. O primeiro movimento foi analisar, por meio de uma revisão da literatura, o processo de reestruturação produtiva, iniciado na década de 1990. Num segundo momento, via análise de documentos disponíveis no Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, buscamos caracterizar os principais fatos e mudanças ocorridos no banco pesquisado durante a década de 1990. Por fim, vinte entrevistas semi-estruturadas foram realizadas, sendo: dez com Escriturários, ou seja, funcionários contratados na primeira metade da década de 1990, ou em período anterior, e que, por isso, vivenciaram a reestruturação produtiva no setor bancário; e dez com Técnicos Bancários, isto é, funcionários que ingressaram no banco por meio do concurso de 1998 ou de concurso posterior. Constatamos que para a nova geração de bancários a percepção oriunda de uma comparação sincrônica, na qual o emprego aparece como uma alternativa diante de experiências de trabalho temporário, instável ou flexível, parece amoldar a percepção advinda de uma análise diacrônica, que evidencia as perdas históricas do emprego bancário. É dessa maneira, que a estabilidade, sobretudo para os Técnicos Bancários, dissociada da remuneração e do status, se agiganta, tornando-se o elemento central no processo de re-significação do emprego bancário público.

**Palavras-chave:** Setor bancário – Reestruturação - Percepção do emprego bancário público.

#### **ABSTRACT**

The object of this study is the perceptions and meanings attributed to the public bank employment by employees of a federal bank. The first step was to analyze the productive restructuring process on the sector and its implications on work and workers. The second step was to try to characterize the major facts and changes occurred in the bank during the 1990s and early 2000s, via analysis of documents available at Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo (documentation department of to the bank workers union in São Paulo). Finally, semi-structured interviews were carried out with two groups of workers; group one consisted of ten clerks; group two consisted of ten bank technicians, representing the new generation of bank workers, hired after the 1998 recruitment process. As a result, we found that, for the new generation of bank workers, the perception originated from a synchronic comparison, where the job appears as an alternative to temporary, unstable or flexible work experiences, seems to shape the perception

originated from a diachronic analysis, which evinces the historical losses of bank work. The stability, now dissociated from status and salary, has been perceived as the central point in the opinion of clerks and bank technician when they define this job.

**Keywords:** Bank sector - bank restructuring - perception of a state bank employment.

## INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi um período de intensas mudanças para o setor bancário, marcado pela fusão, aquisição e privatização de bancos públicos; intensificação do trabalho; expressiva extinção de postos formais de trabalho, precarização das relações trabalhistas, terceirizações e deterioração do padrão de assalariamento; e, ao final, pela recuperação dos lucros. Diante desse contexto, esta pesquisa teve como objetivos investigar e analisar como os trabalhadores de um banco público federal percebem o emprego bancário após as mudanças decorrentes do processo de reestruturação da década de 1990.

Partimos de duas hipóteses inter-relacionadas. A primeira é que a reestruturação produtiva afetou negativamente o modo como o emprego bancário público passou a ser percebido pelos bancários, culminando em um processo de ressignificação. No entanto, como segunda hipótese, acreditamos que a ressignificação do emprego bancário público pelos bancários só pode ser compreendida à luz de um processo de significativas mudanças ideológico-institucionais inerentes ao capitalismo flexível. Entendemos que, em alguma medida, a ressignificação do emprego bancário público, forjada sob o contexto ideológico-institucional do capitalismo contemporâneo, figura importante papel na compreensão das respostas dos trabalhadores às transformações que vêm ocorrendo no setor, dentre as quais a própria aceitação, ainda que parcial ou relativa, da intensificação do trabalho.

Para a verificação dessas hipóteses, o primeiro movimento desta investigação consistiu em analisar os novos padrões de utilização da força de trabalho no contexto da reestruturação econômica do período em referência. Em um segundo momento, buscou-se, por meio da análise de documentos disponíveis no Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, analisar os

principais fatos e mudanças ocorridos no banco pesquisado (doravante Banco X ou X), durante a década de 1990. Por fim, vinte entrevistas semiestruturadas foram realizadas com dois grupos de trabalhadores: o primeiro, formado por dez empregados que aderiram à carreira bancária como Escriturários, contratados por volta de 1990, tendo vivenciado o processo de reestruturação levado a cabo nessa década; e o segundo grupo, formado por dez empregados que ingressaram como Técnicos Bancários, nova denominação cunhada para os contratados a partir do ano de 1998.

## **A DÉCADA DE 1990, A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Os anos 1990 representaram um período de grande importância para a história econômica do país em geral e para o setor bancário nacional em particular. A importância histórica dessa década deve-se aos movimentos políticos e econômicos ocorridos em um contexto caracterizado, a princípio, por uma economia desestabilizada e com elevadas taxas inflacionárias. No início desse período, o governo brasileiro lançou mão de uma série de políticas de caráter neoliberal, cujos resultados foram, em linhas gerais, a abertura comercial e a internacionalização da economia (ARAÚJO; CARTONI; JUSTO, 2001). Nesse contexto, diversas instituições bancárias que não se (re)adaptaram ao novo ambiente competitivo faliram ou foram adquiridas por instituições maiores. As crises do Banco Econômico, em agosto de 1995, e do Banco Nacional, em novembro de 1995 (respectivamente, quarto e terceiro maiores bancos no ranking nacional), sinalizavam uma crise sistêmica no setor (CORAZZA, 2008).

Frente a esse contexto, tem-se início um processo de reestruturação do sistema financeiro no Brasil, coordenado pelo Banco Central, que resultou, em linhas gerais, em três tipos ou modalidades de ajustes (SEGNINI, 1999). A primeira modalidade diz respeito ao número de empresas no setor, destacando-se o processo de incorporações, fusões e privatizações de bancos nacionais, o qual possibilitou a expansão da participação do capital estrangeiro no sistema bancário. Assim, faz-se necessário destacar os dados apresentados por Brito, Batistella e Famá (2005) acerca do declínio no número de bancos durante o período de 1994 a

2002, indo de 246 bancos para 167.

A segunda modalidade de ajustes diz respeito às mudanças ocorridas na composição dos produtos bancários, as quais “se referem às estratégias do setor objetivando a manutenção e a ampliação das carteiras de clientes e de lucratividade, num contexto de intensa concorrência entre os bancos” (SEGNINI, 1999, p.187). Jinkings (2002), nessa direção, defende que, no período de implementação do plano real, os bancos foram forçados a adotar novas estratégias de rentabilidade, devido a mudanças no quadro econômico ocasionadas pelos programas de ajuste financeiro e combate à inflação. Dentre essas novas estratégias, a autora destaca: 1) a expansão das atividades do setor para atividades que não se restringem ao âmbito financeiro, tais como: serviços de intermediação de negócios e engenharia financeira; 2) a venda de produtos financeiros e a cobrança de tarifas bancárias; 3) a redefinição do perfil operacional, “segmentando a clientela e restringindo os serviços e produtos mais sofisticados às camadas sociais de renda mais elevada, consideradas ‘clientes preferenciais’” (JINKINGS, 2002, p. 46).

Por fim, a terceira modalidade de ajuste refere-se às mudanças ocorridas no “aparato regulatório do sistema bancário, envolvendo mudanças no sistema de garantia de crédito” (SEGNINI, 1999, p. 187, grifos nossos). Destacam-se que: 1) o total de ativos necessários à abertura de um banco foi aumentado para 32% em 1996; 2) o Banco Central passou a ter maior poder de intervenção na administração dos bancos.

Somadas a essas mudanças de caráter macroambientais, uma série de adaptações, em nível organizacional, tem início. Assim, um sistema de gerenciamento da força de trabalho mais alinhado a um modelo flexível de gestão desta encontra solo fértil para assentar suas raízes, passando a ser um importante fator no processo de organização do trabalho. Segundo Jinkings (2002), os programas de “Qualidade Total” foram introduzidos nos bancos estatais nos primeiros anos da década de 1990, buscando inserir, nesse contexto, a mesma lógica norteadora das instituições privadas, isto é, a lógica do mercado.

Como resultado dessa série de mudanças, houve, em primeiro lugar, uma forte redução no número de trabalhadores do setor bancário durante a década de 1990. Nesse sentido, conforme dados apresentados por Segnini (1999, p. 190), podemos observar um período de queda acentuada no número de empregos no

setor financeiro, sobretudo no período que vai de 1989 a 1996. Se, no primeiro período, o número de empregados era de pouco mais de 800 mil, no segundo período passa a ser de aproximadamente 500 mil. É interessante notar também a diminuição no número de trabalhadores por posto de atendimento, indicando uma menor necessidade de mão de obra e comprovando, em certo sentido, a eficiência organizacional das mudanças realizadas. Assim, conforme Antunes (2001, p. 45), durante o período de 1990 a 1999, as médias de empregados por agência e por ponto de atendimento caíram, respectivamente, de 43,3 para 25,3 e de 28,2 para 17,4.

Acompanhando o cenário de redução de postos de trabalho e de tendência de queda na remuneração média da categoria, que caracterizou a década de 1990, houve, por fim, a privatização, liquidação ou federalização (visando à futura privatização) de vinte bancos estatais (JINKINGS, 2002). Em síntese, três fenômenos caracterizam o processo de reestruturação no setor bancário: 1) desemprego; 2) terceirização e precarização do trabalho, e 3) intensificação do trabalho (SEGNINI, 1999).

De modo geral, analisando os impactos e efeitos de todo o processo de reestruturação do setor bancário, vemos que este se mostrou bastante positivo do ponto de vista dos bancos e banqueiros, considerando-se, em especial, a recuperação dos resultados negativos ocorridos durante os anos de 1995 e 1996, e a tendência de crescimento no lucro desse setor, que se concretiza, sobretudo, a partir do ano de 2002 e, em 2006, quase atinge a marca de R\$ 30 bilhões (DIEESE, 2007, p.7).

## **A DÉCADA DE 1990 PARA O BANCO X**

A década de 1990 foi um momento bastante controverso para o Banco X e seus bancários, no qual a imagem de instituição pública, grande, lenta, pesada e ultrapassada passa a ser constantemente atribuída ao banco, cuja imagem associava-se a um “Grande Mamute” (O MAMUTE..., 1992) ou ao automóvel Galaxie, “enorme, reluzente e gastador” (SOARES, 1992, p. 84).

No início daquela década, diante de um prejuízo estimado em US\$ 3,5 milhões (SOARES, 1992), o Banco Central sugeria “soluções emergenciais e

estruturais” para o banco (CORRÊA, 1992, p. 84). Após a substituição do presidente dessa instituição, era anunciado um pacote de ajuste econômico e financeiro, visando modernizar, capitalizar e revitalizar a instituição (CALMON, 1992; PRADO, 1992), que incluía políticas como: fechamento de 149 agências do interior do país, dispensa de estagiários, boys e funcionários terceirizados (FREIRE, 1994). Foi ainda nesse período, marcado pelo governo Collor de Mello e pela “caça aos marajás”, que ocorreu a demissão de 2.500 empregados do X, os quais se encontravam em estágio probatório (ENTULHOS, 2010).

Como fruto dessas mudanças, os primeiros sinais de melhoria foram anunciados em outubro de 1994. Estimava-se em R\$ 70 milhões por mês a redução da despesa administrativa alcançada pela empresa (CRISTINO; TRINDADE, 1994) e lucro de CR\$ 43,643 bilhões referente ao exercício de 1993 (MATTOS, 1994). Em dezembro de 1994, o então Ministro da Previdência assumia o comando do X e colocava como desafio retomar o perfil de banco público, porém, ao mesmo tempo, sem deixar de lado sua face comercial.

Em meados da década de 1990, os custos burocráticos eram denunciados pela imprensa: “De cada três funcionários do X, um é chefe. São quase 2 mil agências em todo o país, 65 mil empregados concursados, mais 40 mil prestadores de serviços (...). O governo se assusta com o luxo” (DESPERDÍCIO..., 1995). Cristino (1995) denunciava que a matriz e as superintendências do banco eram “verdadeiros castelos da burocracia”. O custo do corpo funcional também fora objeto de denúncia. De acordo com Sousa (1996), o custo médio mensal dos funcionários do X era o maior do mercado (R\$ 1.634,00 por mês), ao passo que o custo médio mensal dos funcionários do Bradesco, por exemplo, era de R\$ 926,00. Durante a greve de 1995, em represália aos grevistas, uma portaria cortando duzentos Cargos Comissionados foi assinada pelo presidente. Ainda no final daquele ano, era anunciado o Programa de Demissões Voluntárias do banco, cujo objetivo consistia em reduzir o quadro funcional em 10% (SOUSA, 1995).

Em 1996, um lucro líquido de R\$ 221,3 milhões (referente ao exercício de 1995) era anunciado, frente a um prejuízo de R\$ 4 bilhões do Banco do Brasil (A BUSCA..., 1996). Segundo Alves e Fernandes (1996), “o ajuste das contas foi obtido à custa de muito esforço”, destacando-se: a) a eliminação de seis mil cargos comissionados e a demissão de funcionários contratados (terceirizados) e

estagiários, o que fez que a empresa passasse a ter 99,8 mil funcionários em lugar de 112,8 mil; b) a renegociação dos R\$ 20 bilhões de dívidas atrasadas de estados e municípios, de modo que o X recebeu, aproximadamente, R\$ 2 bilhões de prefeituras e governos estaduais no ano de 1995; c) a renegociação de dívidas de, aproximadamente, R\$ 1,7 bilhões das sociedades de crédito imobiliário liquidadas no passado pelo Banco Central.

Diante de um lucro mais modesto referente ao exercício de 1996 e como forma de aumentar sua rentabilidade, o X incorporou, a partir de 1997, as casas lotéricas como canais alternativos de atendimento (GRAMACHO, 1997). Com isso, desafogou-se grande parte do atendimento bancário a um custo bastante interessante e inferior ao do atendimento na agência tradicional: pagava-se entre R\$ 0,10 e R\$ 0,18 por conta recebida na lotérica.

Em 1998, em tom de denúncia, Freitas (1998), atribuía à passividade do governo FHC “a quebra da estabilidade [do funcionalismo público] e os três a quatro anos sem correção”. Destacava, ainda, o jornalista que “o assombro, porém, é que tudo acontece sem reação. (...) Os raros atos de protesto, no entanto, contam só com punhadinhos compostos pelos minguidos protestadores de sempre”. No que diz respeito às greves, a revista FENAE Agora (REAÇÃO..., 1998), à luz de um estudo do Dieese e frente a uma taxa de desemprego de 16,6% no ano de 1997, atribuía ao medo do desemprego a diminuição no número de greves ocorridas no país em 1997.

Foi nesse contexto que se criou um novo Plano de Cargos e Salários (PCS) destinado aos Técnicos Bancários, designação conferida para diferenciar os novos bancários concursados dos Escrivães. Dentre as diferenças entre os PCS dos Técnicos Bancários em relação ao PCS dos Escrivães, destacamos:

**Tabela 1: Plano de Cargos e Salários (PCS)**

	<b>PCS Escrivães</b>	<b>PCS Técnicos Bancários</b>
Teto	2.483,00	1.051,00
Níveis	78 <sup>2</sup>	15
Promoção	Mérito e antiguidade <sup>3</sup>	Antiguidade

Fonte: FENAE Agora, (HISTÓRICO..., 2008, p. 18)

Como visto, não se tratava de mera mudança semântica, mas sim da

criação de duas diferentes categorias de trabalhadores, ainda que desempenhassem tarefas idênticas. A criação do cargo de Técnico Bancário foi, a nosso ver, o marco (simbólico e institucional) fundamental de um processo que representa o nascimento de uma nova geração de bancários, cuja identidade profissional passa a ser forjada em meio a um novo padrão de relações de trabalho.

Foi nesse cenário que, em julho de 1999, a revista da Federação Nacional das Associações do Pessoal do banco (FENAE) avaliava que as políticas adotadas pela empresa – a venda de ações da empresa de seguros do X, a terceirização crescente dos serviços bancários e a criação de um novo plano de aposentadoria baseado na ideia de contribuições definidas em lugar de benefícios definidos – eram indícios de que o banco estava sendo preparado para ser privatizado (DIREÇÃO..., 1999). Muito embora a privatização não tenha chegado às vias de fato, a pressão exercida pelos seus defensores deixou suas marcas. Dentre elas, podemos destacar o RH 008, lançado em 2000, o qual demarcou uma importante alteração na relação entre capital e trabalho na instituição. De acordo com o Banco X (NEGOCIAÇÃO..., 2006), o RH 008 “foi um manual normativo que disciplinou a demissão sem justa causa no X.” Esse dispositivo foi criado em 2000, tendo sido extinto no ano de 2003, em atendimento às reivindicações da categoria.

Por fim, destacamos, ainda, que no ano de 1999 ocorreu o reajuste de 1% nos salários, considerado um avanço por Ubiratan Campos do Amara, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, pois significou a quebra de um jejum de três anos sem reajustes salariais (1996, 1997 e 1998), rompendo com a política de congelamento salarial iniciada em 1996 (CASTANHEIRAS, 1999).

## **O SIGNIFICADO DO EMPREGO BANCÁRIO PÚBLICO: RELATOS DE ESCRITURÁRIOS E DE TÉCNICOS BANCÁRIOS**

Após a análise das mudanças ocorridas durante a década de 1990 no setor bancário e também da apresentação de alguns dos fatos que caracterizaram a história do banco X durante aquele período, passaremos agora a analisar os relatos das duas categorias de trabalhadores existentes no contexto do banco analisado: os Escriturários, trabalhadores contratados antes de 1998, e os Técnicos Bancários,



trabalhadores contratados após 1998.

Para as finalidades deste artigo, focaremos nossa atenção na percepção desses dois grupos de trabalhadores em relação ao emprego bancário público. Assim, apresentaremos parte do resultado da nossa pesquisa de campo realizada durante os anos de 2009 e 2010. Abaixo apresentamos duas tabelas-resumo com o perfil dos empregados entrevistados.

**Tabela 2: Perfil dos Escriturários entrevistados**

Entrevistado	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Pós-graduação	Admissão	Cargo
Adão	M	51	Casado	Superior Completo: Engenharia Civil	Não	1989	Escriturário
Érika	F	43	Casada	Superior Completo: Contabilidade	Gestão Empresarial	1990	Analista Júnior 8h
Isaac	M	51	Casado	Superior Incompleto: Economia, Engenharia, Gestão de Pessoas	Não	1990	Escriturário
João	M	54	Casado	Superior Completo: Tecnologia Civil	Não	1984	Analista Sênior 8h
Maria	F	51	Divorciada	Superior Completo.	Recursos Humanos	1990	Técnico de RH
Mário	M	52	Casado	Superior Completo	Não	1982	Escriturário Superior
Marta	F	51	União Estável	Superior Completo: Fisioterapia	Não	1982	Analista Júnior 8h
Pedro	M	51	Casado	Superior Completo	Finanças	1990	Analista Pleno 8h
Rosa	F	43	Casada	Superior Completo: Direito	Não	1989	Técnico de RH
Vagner	M	50	Casado	Superior Completo: Direito	Gestão Empresarial	1982	Analista Pleno 8h

**Tabela 3: Perfil dos Técnicos Bancários entrevistados**

Entrevistado	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Pós-graduação	Admissão	Cargo
Abel	M	30	Solteiro	Superior Completo: Direito	Não	2006	Técnico Bancário
André	M	43	União Estável	Superior Completo: Agronomia	Gestão Empresarial	1998	Técnico de Fomento 8h
Aparecida	F	28	Solteira	Superior Completo: Direito	Gestão de Pessoas	2005	Técnico Bancário
Caio	M	36	Solteiro	Superior Completo: Engenharia Civil	Não	2003	Técnico Bancário
Joana	F	38	Casada	Superior Completo: Tecnologia de Processamento de Dados	Informática	2005	Técnico Bancário
Paulo	M	32	Solteiro	Superior Completo: Administração	Não	2008	Técnico Bancário
Roberta	F	26	Solteira	Superior Completo: Fonoaudiologia	Não	2005	Analista Júnior
Simão	M	31	Solteiro	Superior Completo: Geografia	Geoprocessamento	2000	Gerente de Atendimento
Teresa	F	31	Casada	Superior Completo: Jornalismo	Não	2007	Técnico Bancário
Tomé	M	43	União Estável	Superior Completo: Geografia	Não	2001	Técnico de Fomento 8h

## ESCRITURÁRIO: SER OU NÃO SER UM BANCÁRIO DO X?: IMPRESSÕES DE ONTEM E DE HOJE

A fim de compreender o significado do emprego bancário público e de sua(s) mudança(s), indagamos os empregados escriturários acerca de suas percepções relacionadas à década de 1990 e dos significados de ser um bancário de uma instituição pública em dois momentos: no início de suas carreiras e na época atual.

De forma geral, a década de 1990 foi descrita como: momento de transição, de redefinição na empresa, na qual os administradores “botaram as mangas de fora no sentido de baratear os custos das agências” (Mário); o fim da época de ouro (Adão); árido como um deserto (Mário); trágico, pesado (Vagner); tenebroso, de medo, em que ocorreu um processo de desvalorização da categoria (Rosa); de retrocesso nas relações humanas, na qual os empregados tornavam-se mais “loucos” ao passo que os bancos tornavam-se mais lucrativos (Maria).

A deterioração das relações entre os colegas de trabalho e o crescimento do individualismo foram outros elementos apontados, processo este relacionado com a criação de “castas” e de bradescalização das relações de trabalho no banco, segundo Mário.

É interessante destacar que alguns dos entrevistados, ao serem indagados sobre os motivos das mudanças ocorridas em relação ao trabalho bancário, apontam para um contexto maior, ou seja, para um contexto que extrapola o banco. Nesse sentido, as mudanças são vistas como um movimento adaptativo, seja ao próprio mundo, porque “mudou o mundo. O mundo não é mais estanque” (Vagner); seja à Globalização (Maria, Mário, Adão, Vagner), “até porque, contra a Globalização, o que se espera?”; ou ao Neoliberalismo (Adão). No tocante a essa questão, os entrevistados apresentaram, de forma geral, um sentimento de impotência e de inevitabilidade, como expresso, por exemplo, na fala de Vagner:

Olha, eu não falo se ela [a mudança] é boa ou ruim, eu falo que ela é necessária. São mudanças necessárias, que não tem como evitar. E por mais que você esperneie e tal, [por mais] que [você] vai defender o seu corporativismo, chega um momento em que muda. Porque a mudança é contínua. A mudança ela vem mesmo. De uma forma ou de outra ela vem e você tem que se adaptar a ela. Não tem outro caminho... Ou você cai fora. Vem outra mudança aí? Vem! E daí? Você tem que se adaptar.

A mudança, assim, está posta, não cabendo questionar suas determinações e seus efeitos sobre os trabalhadores. Ao sujeito isolado resta apenas a adaptação funcional às novas imposições do sistema. O não ajustamento assume um caráter de fraqueza do indivíduo, incapaz de atender ao imperativo de adaptação. O enfrentamento ou questionamento das mudanças é caracterizado como uma atitude infantil (o esperar de uma criança) ou corporativista, por seu caráter supostamente não realista. Em última análise, percebemos aqui um processo discursivo de legitimação das mudanças.

No tocante ao emprego bancário público em si, a existência de uma diferença entre o significado atual e o passado foi um ponto pacífico nas narrativas dos entrevistados. Diferença esta que é embasada no declínio salarial e de status da profissão.

A questão salarial é reiteradamente assinalada pelos entrevistados quando falam do início de suas carreiras no banco. De acordo com Pedro, “naquela época o bancário ganhava mais. Isso aí não tem discussão! O bancário, pelo menos o empregado do X, ganhava bem mais; conseguia mais coisas”. Chama a atenção para a existência de décimo terceiro salário, que incidia inclusive nos tickets alimentação e refeição. Vagner, por sua vez, defende que “antigamente tinha o peso da remuneração que era melhor, bem melhor!”; Isaac acrescenta que “foi de um bom tempo para cá que [o salário] caiu muito”, e João complementa que “se comparar o salário de vinte e cinco anos atrás com o de hoje, ele era muito maior. Era muito mais do que se ganha hoje. Então, daquela época para cá, nós viemos acumulando várias perdas salariais”. Rosa, por fim, compara o emprego do passado à atual carreira de um Promotor de Justiça. Em sua opinião, o emprego no X “era assim, estável, o salário era muito bom, não se compara”.

No que concerne ao prestígio social da profissão, Rosa pondera que, atualmente, “já não é aquele status”. Essa opinião é também partilhada por Pedro, Maria e Vagner. Pedro destaca que “não era qualquer um que trabalhava no Banco X, no Banco do Brasil. Então, você era destacado”. Situação diferente da atual na qual, em sua opinião: “eu acho que hoje você não tem mais muito disso não. Defasou bastante. E o salário era muito bom”. Maria destaca que, quando entrou no X, tinha a visão de que era muito difícil entrar em um banco público: “e hoje a gente já não tem mais essa... já não é dada mais essa importância que se dava ao status

de ser um funcionário do Banco X”. Vagner defende que o emprego no X “era um emprego bem cogitado perante a população. (...) Hoje também é respeitado, mas não tem aquele peso. (...) Antigamente tinha o peso da remuneração que era melhor”. João complementa que se tratava de “um emprego almejado por muitos”.

No entanto, é necessário ressaltar que a crítica ao declínio salarial é sempre ponderada quando se leva em conta o contexto socioeconômico atual. Dessa forma, Rosa, por exemplo, reconhece que “O salário de um TB é R\$ 1.400,00. Mas, por estar no RH, a gente ainda sabe que tem muita gente que valoriza isso. Eu não cuspo no prato que eu como”. Igual ponderação aparece também nas narrativas de outros entrevistados. Marta, dessa forma, considerando o contexto de uma cidade interiorana e levando em conta o próprio ambiente de trabalho (de área-meio e não de agência), declara que: “Aí você olha para a cidade e você fala: ‘é um puta salário!’ Porque é! R\$ 1.300,00 para poder trabalhar de calça jeans, de tênis. (...) Basta você bater o ponto, não perturbar ninguém, não roubar, ser cordial e pronto, você fica”. Por fim, Mário nos lembra que “ainda hoje, em relação aos bancos privados, continua sendo menos mal que nos bancos privados. (...) é claro que ainda hoje existe uma diferença tremenda entre você ser um bancário de banco público e ser um bancário de um banco privado. Nós estamos em um período de greve e você está vendo a diferença”.

Outro interessante ponto que surge nos depoimentos diz respeito às percepções sobre as mudanças ocorridas no relacionamento entre os empregados. De acordo com o moderno discurso organizacional, esperava-se encontrar um ambiente bastante propício à cooperação entre os funcionários, devido à necessidade de promover o trabalho em equipe. Em princípio, parece que a percepção dos entrevistados não segue nessa direção. Nesse sentido, Marta enfatiza a diferença entre o discurso e a prática: “Que é diferente de quando falam lá na área onde estou, ah, isso tem que ser um trabalho em equipe. Ah, dá vontade de falar assim, vai tomar banho! [risos] Isso daí é da boca pra fora.” De modo geral, a principal mudança percebida foi o aumento do individualismo, o qual é acompanhado da percepção de deterioração na qualidade da relação entre os colegas de trabalho. Marta defende que se trata de uma questão geracional, relacionada ao crescimento do que chama de “geração empregada”. Conforme destaca Maria, “antes, existia uma maior preocupação com o outro. (...) Hoje eu vejo

muito individualismo. Antes existia mais amizade até nas relações de trabalho”. Rosa, que trabalha na mesma unidade de Maria, apresenta um ponto de vista semelhante: “eu acho que antigamente tinha mais coleguismo do que hoje em dia. Parece que antigamente um não queria comer o fígado do outro para tentar subir. (...) A gente podia confiar em todo mundo”. Pedro defende que as greves são um importante exemplo de como os empregados antigamente eram mais unidos. Para ele, “por exemplo, as greves daquele período eram fervorosas! Até as pessoas com funções, elas entravam em greve, o pessoal era mais unido”. Nessa mesma direção, Érika, ratificando a opinião de Pedro, afirma que: “a gente ia [para a greve] com o objetivo de lutar pela classe. (...) eu sentia isso, que o pessoal era mais unido, todo mundo com aquela cabeça”.

No que concerne à relação dos novos empregados com o emprego, duas posturas são identificadas por Isaac: a primeira, daqueles que, em geral, com menor idade, tomam o emprego como um bico “para pagar a faculdade, para fazer um outro concurso” ; a segunda relaciona-se àqueles que entram no banco com maior idade “só para não ficar parado, ou, então, para se aposentar”. Érika defende que os novos bancários possuem uma perspectiva de transitoriedade, diferentemente do que ocorria com os Escriturários: “antigamente a gente entrava com o objetivo de ficar, porque o salário era bom, porque você sabia que tinha uma carreira para seguir dentro do X. Então, era uma coisa para a vida”. Já para os novos empregados, “principalmente o pessoal novo, que nem você, (...) é como se fosse um trampolim! (...) ‘ah, esse serviço, vou dar um tempo e depois vou estudar para outras coisas””. As narrativas acima insurgem no contexto de comparação entre o antes e o depois, entre o que foi e o que é. Nesse sentido, o trabalho como provisório é um fenômeno atribuído por esses entrevistados ao contemporâneo, e não ao passado.

Isaac, como vimos, revela ainda a existência de um segundo grupo de novos bancários que também difere do grupo para o qual o trabalho é visto como provisório: este grupo é formado por aqueles que, mesmo sendo mais velhos, optam pelo banco. Em meio a um contexto de deterioração salarial e de status, resta a pergunta: o que leva tais pessoas a optar pelo setor bancário? O relato em questão nos permite apenas inferir algumas respostas: falta de opção frente a um mercado altamente competitivo; resquícios de memória acerca do emprego público em

um passado já distante; estabilidade, visando à aposentadoria.

Os depoimentos dos escriturários acima expressam a ideia de carreira no serviço bancário público, tomando a transitoriedade como marca que os diferencia da nova geração de bancários. Contudo, convém notar, retomando a categorização de Romanelli (1978), que a perspectiva de transitoriedade era assumida por parte da geração dos Escriturários, e, em certo sentido, aparece nas próprias narrativas de alguns entrevistados ao tratarem do início de suas carreiras no banco. Assim, acreditamos que, para a grande maioria dos Escriturários entrevistados nesta pesquisa, o emprego bancário público, embora não tenha aparecido como a primeira opção de vida para a maioria deles, torna-se, ao longo do tempo, de fato, uma carreira.

Porém, o emprego de outrora não parece ser o mesmo oferecido aos novos bancários. Após o congelamento salarial e com o advento dos processos de criação de “castas”, da bradescalização das relações de trabalho e do aumento do individualismo, a significação social do emprego parece não ser mais a mesma quando considerada historicamente. A dimensão da carreira, seja ela almejada de antemão ou construída com o tempo, parece estar se enfraquecendo. O emprego transitório, traduzido pela imagem de um “trampolim”, capaz de assegurar uma condição que vá além da estabilidade, parece estar ocupando cada vez mais espaço na percepção de nossos entrevistados ao se referirem à relação dos Técnicos Bancários com o emprego bancário público.

## **O EMPREGO NO BANCO PÚBLICO FEDERAL NA PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS BANCÁRIOS**

Aqui, um primeiro ponto que merece nossa atenção é o fato de que, para esses empregados, o ingresso no banco é explicado, mesmo que sem muito entusiasmo, como uma ascensão profissional e social que tem por base a comparação com a situação passada. No entanto, o ponto de apoio dessa ascensão parece estar se deslocando do tripé salário-status-estabilidade para, meramente, a questão da estabilidade. A estabilidade, assim, se apresenta como o grande motivador dos que procuram essa profissão, compensando até mesmo a perda histórica em termos salariais e de status.

Nesse sentido, Joana considera o emprego no Banco X como “um emprego normal”, assim como Aparecida, quando afirma enxergar este “como um trabalho comum, como outro qualquer”. Entretanto, é importante destacar que, mesmo que essa última tenha afirmado tratar-se de um emprego “qualquer”, ela prontamente pondera que este significa “estabilidade! Não é mais status. Acho que a questão do status foi há muito, muito tempo atrás. Acho que quando meu pai entrou no Banco do Brasil; e ele já se aposentou”. Paulo, um pouco mais enfático, defende que trabalhar no X “não significa muita coisa não. O salário é muito baixo. É um salário que não... pelo menos o meu salário é do nível de operário. Então, o nível do status social é quase nenhum”. Já Caio, mais ponderado, afirma que o significado de ser um bancário “(...) agora já está meio sucateado, vamos dizer, mas mesmo assim tem uma certa estabilidade. Dá para fazer planos a longo prazo. Porque você sabe que você não iria ser mandado embora como seria em um banco particular”.

É interessante notar que, embora a questão da estabilidade pareça ser o grande denominador comum nas entrevistas, a questão do status também se mostra presente, mesmo que em menor grau. Ademais, diferentemente da estabilidade, o prestígio social aparece no relato dos entrevistados geralmente de modo ambíguo e relativo. Nesse sentido, é importante destacar o contexto social no qual tanto a questão do status quanto a questão salarial estão sendo consideradas. Parece que, na qualidade de primeiro emprego, para uma pessoa recém-formada, em um mercado de trabalho extremamente competitivo e com alto número de trabalhadores desempregados, o emprego no banco X ainda mantém certo status, ao menos aos olhos dos familiares, conforme pode ser notado nos discursos de Roberta e Aparecida, quando relatam a alegria de seus pais ao tomarem ciência da convocação delas para trabalhar no banco. No entanto, deixa claro o limite do reconhecimento desse status ao revelar que seus pais “pegam no seu pé até hoje: ‘tem que estudar, tem que estudar. Tem que melhorar, tem que crescer, tem que sair de lá’”.

O limite da positividade desse emprego também é evidenciado no momento em que os Técnicos Bancários mostram-se reticentes quanto ao futuro profissional no banco. A grande maioria, com exceção dos dois funcionários que, coincidentemente, vivenciaram a experiência do emprego terceirizado no X, manifestou a intenção ou desejo de buscar outras oportunidades fora do banco. É

essencial apontar que não se trata de quaisquer oportunidades, mas sim de oportunidades também estáveis, porém com melhores condições salariais e de status. Portanto, essas novas oportunidades almejadas parecem ter por base o tripé que outrora deu sustentação ao emprego bancário público. Entretanto, parece-nos que a recuperação do salário e do status também pode se dar por vias internas, ou seja, por meio dos Cargos Comissionados, justificando a hesitação dos Técnicos Bancários quanto aos seus futuros profissionais.

Dessa forma, constata-se a existência de uma relação segundo a qual: quanto mais reduzidas se mostrem as possibilidades internas de crescimento profissional, tanto mais forte torna-se a ideia (ou mito) do emprego bancário como uma passagem, tanto mais se renova a ideia do provisório. Todavia, a possibilidade de concretização dessa ideia está diretamente relacionada às condições externas de compra e venda da força de trabalho, o que, em última análise, determinará a transitoriedade ou permanência no banco.

A possibilidade (ou não) de crescimento profissional também parece estar diretamente associada à participação sindical dos novos bancários. Considerando o contexto no qual as condições para prosperar dentro do ambiente bancário são limitadas e a existência de uma política salarial é bastante desfavorável para aqueles que se encontram nos níveis mais baixos da hierarquia, a possibilidade de crescimento, agindo como uma força sedutora, parece influenciar na decisão de envolvimento ou não envolvimento com o sindicato, e, com isso, direcionando, em última análise, uma tensão antes em sentido vertical (entre trabalho e capital) para uma tensão horizontal (entre funcionários em igual nível hierárquico) (BURAWOY, 1979), como pode ser inferido a partir dos discursos de Aparecida: “Quando eu entrei no X, na área em que eu entrei, de 28 funcionários, apenas dois ou três participavam da greve. Havia, assim, uma pressão da gerência (...) Havia a nossa expectativa de crescimento. Mas o tempo vai passando, as fichas vão caindo”.

A sedução exercida pela hierarquia funcional e salarial parece também impactar a própria ideia/ percepção de categoria, na medida em que concorre para sua cisão, podendo estar, em alguma medida, relacionada à questão do individualismo apontada pelos entrevistados da primeira etapa. Nessa direção, Paulo defende que “a categoria é cada um por si. Quem tem cargo não está nem aí; não faz greve, que eu veja... Não participa, porque ganha cinco, seis vezes mais do que



o funcionário em início de carreira. Eles não reivindicam”. Conclui esse entrevistado que “quem precisa reivindicar é quem ganha pouco”. Tomé avalia que o bancário médio pensa da seguinte maneira: “o sindicato não vai fazer nada por mim. Então eu tenho que puxar o saco aqui, fazer minhas coisas(...). O sindicato não vai resolver minha vida”.

A nosso ver, tais constatações expressam-se no discurso de Roberta, ao revelar sua alienação em relação à participação nos movimentos reivindicatórios da categoria: “É uma coisa que não me interessa muito, apesar de que eu deveria”. Como forma de solucionar esse “dilema”, a entrevistada conclui que “eu também não penso em morrer no X, então eu nem...”. Destacamos que essa afirmação reticente é reveladora de uma possível relação entre a percepção do emprego bancário mais como uma fase passageira do que como uma carreira propriamente dita, daí o seu não envolvimento nos movimentos formais de reivindicação no setor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após uma breve apresentação dos impactos da reestruturação produtiva da década de 1990 no setor bancário e no banco analisado, procurou-se analisar a percepção de dois grupos de bancários acerca do significado do emprego bancário em um banco público federal.

Quando indagados sobre o emprego analisado, notamos que, enquanto nos relatos dos Escriturários, ao falarem do início de suas carreiras, encontramos referências ao prestígio social associado ao emprego no Banco X e aos bons salários, os Técnicos Bancários referem-se a um salário que pode ser considerado razoável, enfatizando, em sua grande maioria, essencialmente, o vínculo estável de trabalho. Diante de tal quadro, surge a indagação: por que a estabilidade se sustenta como força central e catalisadora para os novos bancários do X? Não seria o processo de deterioração salarial e de status razão suficiente para repelir novos entrantes?

Parece-nos que as respostas a esses questionamentos devem ser buscadas a partir do entendimento das condições objetivas do atual mundo do trabalho e da reconfiguração das instituições e valores dentro do capitalismo contemporâneo. Assim, acreditamos que se deve levar em conta o fortalecimento do

modelo de acumulação flexível que “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1993, p. 140) e não mais na produção e no consumo em massa e no modelo de relação de trabalho normal (GODOY, 1991). Desse novo modelo, decorrem: o crescimento exponencial do trabalho (e do salário) hifenizado, passando a ocupar cada vez mais o lugar que antes cabia ao trabalho em tempo (e salário) integral (salário família) (BEYNON, 2002). Assim, acreditamos que a aceitação desse novo emprego bancário se dá tendo por base esse mundo novo do salário parcial, do contrato esporádico, dos laços fracos, da organização em rede e da empresa flexível (SENNETT, 2008), próprios da era do grande desengajamento (BAUMAN, 2003). Portanto, parece-nos que é à luz de experiências episódicas de trabalho que a estabilidade (mesmo estando manca devido à deterioração do salário e do status) destaca-se e sustenta-se nos discursos de nossos Técnicos Bancários. Dentre estas experiências, frisamos as que seguem: bolsista de mestrado (André); trabalhador casual que fazia bicos no ramo de informática (Simão); ex-bancário e Agente Censitário (Tomé); padeiro temporário (Caio); professor autônomo (Joana e Aparecida); ex-adolescente aprendiz e ex-trabalhador terceirizado de banco público (Abel, Teresa e Paulo); trabalhador de banco privado (Aparecida e André); e ainda para um recém-graduado sem emprego (Caio, Abel, Teresa, Roberta). Assim, a percepção oriunda de uma comparação sincrônica, na qual o emprego no X aparece como uma alternativa diante de experiências de trabalho temporário, instável ou flexível, parece amoldar a percepção oriunda de uma análise diacrônica, que reconhece as perdas históricas do emprego bancário.

No entanto, dentro de um contexto de difícil obtenção de reconhecimento e de limitadas possibilidades de crescimento, o emprego bancário passa a ser visto, para o Técnico Bancário, antes como um emprego transitório do que como uma carreira propriamente dita, corroborando a tese segundo a qual o emprego bancário público trata-se mais propriamente de um intermezzo, ou, segundo palavras dos entrevistados, de uma passagem ou trampolim, o que evidencia, aqui, o limite do olhar positivo para com esse trabalho. Esse processo de ressignificação de emprego bancário público, certamente impacta sobre o envolvimento político e sindical dos trabalhadores bancários. Nesse sentido, acreditamos que as mudanças objetivas e subjetivas relacionadas a esse trabalho alimentam, por um lado, a percepção do

aumento da competitividade e do individualismo entre aqueles que almejam ser “campeões” (MACHADO, 2002) e que, para tanto, devem se destacar da condição inicialmente assegurada pelo concurso, mas, por outro lado, provocam o sentimento de hesitação em relação à carreira bancária, que, em última análise, pode culminar no sentimento de “desencantamento” e perda da identidade com o “ofício bancário” (DRUCK, 2002). A nosso ver, tanto o desencantamento com o ofício bancário (e com a categoria), quanto a adesão ao novo ideário organizacional, sobretudo por parte daqueles que almejam compor a “casta” dos comissionados, figuram importantes elementos para compreender o menor envolvimento dos bancários nas ações político-sindicais.

Em síntese, o que parece nitidamente ter permanecido como elemento central da percepção e significação do emprego bancário no setor público foi a questão da estabilidade em um trabalho considerado pelos trabalhadores mais recentes como: “estruturado”; que oferece um “salário razoável” para um início de carreira ou considerando o contexto regional; visto com bons olhos pelos pais; e com “menor carga horária” (jornada de 6 horas diárias). Estabilidade esta, importante lembrar, muito valiosa quando consideradas as condições de trabalho dos empregados do setor privado ou mesmo considerando o atual mercado de trabalho, extremamente competitivo e incerto. Acreditamos que esta percepção parece ser essencial para o entendimento do porquê de os trabalhadores do banco estudado virem aceitando, mesmo que parcial ou relativamente, as mudanças organizacionais e a conseqüente intensificação do ritmo de trabalho em um contexto de desvalorização salarial e de reconhecimento social desse trabalho.

## REFERÊNCIAS

A BUSCA de ajuste nos bancos estatais. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 mar. 1996.

ALVES, R.; FERNANDES, C. Caixa Econômica fechou balanço do ano passado com lucro de R\$ 221,3 milhões. **O Globo**. Rio de Janeiro, 18 mar. 1996.

ANTUNES, L. R. **Reestruturação produtiva e sistema bancário movimento sindical bancário brasileiro nos anos 90**. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2001.

ARAÚJO, A. M. C.; CARTONI, D. M.; JUSTO, C. R. D. M. Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, fev. 2001.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: Antunes, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 9-38.

BRITO, G. A. S.; BATISTELLA, F. D.; FAMÁ, R. Fusões e aquisições no setor bancário: avaliação empírica do efeito sobre o valor das ações. **RAUSP**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 353-360, out./nov./dez. 2005.

BURAWOY, M. **Manufacturing Consent**: changes in the labor process under monopoly capitalism. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

CALMON, C. Saneamento da Caixa. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 dez. 1992.

CASTANHEIRA, A. Funcionários da Caixa terão primeiro reajuste em 3 anos. **Diário Popular**. São Paulo, 12 mar. 1999.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORAZZA, G. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil**. Disponível em:<[http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000\\_08.pdf](http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf)>. Acessado em: abr. 2008.

CORRÊA, M. Relatório revela desordem e crise na CEF. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 set. 1992.

CRISTINO, V. ; TRINDADE, R. Caixa vai tornar-se saudável. **Jornal do Comercio**. Rio de Janeiro, p. 21, 02 a 04 out. 1994.

CRISTINO, V.; ALENCAR, S. Arida defende reestruturação da Caixa. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 abr. 1995.

DESPERDÍCIO na CEF provoca susto no governo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 jun. 1995.

DIEESE. O lucro recorde dos seis maiores bancos do país no primeiro semestre de 2007. **Nota Técnica**, n. 53, out. 2007.

DIREÇÃO da Caixa prepara a empresa para privatização. **FENAE Agora**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. FA16, jul. 1999.

DRUCK. et. al. Bancário: um emprego de múltiplos riscos. **Caderno CRH**. Salvador, n. 37, p. 217-233, jul./dez. 2002.

ENTULHOS neoliberais em dose dupla. **FENAE Agora**, ano 13, n. 64, p. 18-23, maio/ jun. 2010.

FREIRE, G. CEF Vai Fechar 149 agências até o final de junho, mas não vai demitir. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 31 mar. 1994.

FREITAS, J. O mais assombroso. **FENAE Agora**. São Paulo. Ano 1. Número 1. Fev. 1998.

GODOY, L. Cambios en el mercado de trabajo y relaciones de pareja: el punto de vista de los hombres. In: Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS, 23, 2001, Antigua, Guatemala. **Anais...** Disponível em: <[http://dwt.oit.or.cr/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=20&Itemid=5](http://dwt.oit.or.cr/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=20&Itemid=5)>. Acessado em: out. 2010.

GRAMACHO, L. Um banco com 7.600 agências. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 17, 24 abr. 1997.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HISTÓRICO das distorções do PCS. **FENAE Agora**, ano 11, n. 56, p. 18, jun./jul. 2008.

JINKINGS, N. **Trabalho e resistência na 'fonte misteriosa'**: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

MACHADO, E. G. **Campeões, curingas e robôs**: os funcionários e a reestruturação no Banco do Brasil. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2002.

MATTOS, E.M. Como a CEF obteve lucro. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 23 nov. 1994.

NEGOCIAÇÃO Coletiva – 2006. **Caixa Econômica Federal**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/popup/Negociacao/Asp/Duvidas\\_Frequentes.asp](http://www1.caixa.gov.br/popup/Negociacao/Asp/Duvidas_Frequentes.asp)>. Acessado em: jan. 2009.

O MAMUTE está sem fôlego. **Exame**. São Paulo, p. 42-43, 10 jun. 1992.

OLIVEIRA, R.G. Gerações de trabalhadores no trabalhobancário estatal: uma disputa pela dominação do espaço. **ENFOQUES on-line**. V.8, n.1 (junho, 2009). - Rio de Janeiro: PPGSA, 2009.

PRADO, M. C. R. M. Medidas para sanear a CEF. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 11 dez. 1992.

REAÇÃO inibida. **FENAE Agora**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 24, fev. 1998.

SCHMITZ, A.; MAHL, A. A. Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90. **Teor. Evid. Econ. Passo Fundo**. v. 8, n. 15, p. 67-82, novembro 2000.

SEGNINI, L. R. P. Reestruturação nos Bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 67, ago. 1999.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOARES, G. O prejuízo revelado. **Veja**. São Paulo, p. 84-85, 2 set. 1992.

SOUSA, V. CEF usa seguradora para ganhar mercado. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 set. 1996.

SOUSA, V. Programa da CEF prevê 6.300 demissões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 dez. 1995.

---

<sup>1</sup> Professora da UFGD. E-mail: ramartins@ig.com.br

<sup>2</sup> A conclusão do estágio probatório representava a imediata ascensão em cinco níveis salariais para os escriturários.

<sup>3</sup> A partir de 1993, a empresa não mais promoveu a promoção por mérito (HISTÓRICO..., 2008).

RECEBIDO EM: 10.05.2012  
APROVADO EM: 22.06.2012

## FLEXIBILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO LABORAL: MANIFESTAÇÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O TRABALHADOR

## FLEXIBILIZATION AND LABOUR INTENSIFICATION: MANIFESTATIONS OF THE PRECARIZATION OF WORK AND ITS CONSEQUENCES FOR THE WORKER

Camilla Alves Lima<sup>1</sup>

Edgla Maria Costa Barros<sup>2</sup>

Cássio Adriano Braz de Aquino<sup>3</sup>

### RESUMO

Os termos *flexibilização* e *intensificação* laboral tem sido abordados, muitas vezes, como equivalentes à *precarização*. Percebemos esses conceitos como distintos e consideramos que a intensificação e a flexibilização se configuram como consequências de um processo generalizado de vulnerabilização das condições de trabalho, característico das últimas décadas. Partindo de tais pressupostos, o objetivo deste artigo é apresentar a flexibilização e a intensificação, marcas do atual cenário laboral, como manifestações do processo de precarização do trabalho. Para atingir esse propósito, teceremos considerações e reflexões históricas sobre o surgimento dos fenômenos em questão, sobretudo, a partir dos processos de reestruturação produtiva da década de 1970. Partiremos de um breve resgate histórico, que possibilite compreender o momento atual, e posteriormente traremos concepções antagônicas do termo flexibilização. Por fim, apresentaremos tal processo como uma oportunidade para intensificação do trabalho e os consequentes danos que acarreta ao trabalhador.

**Palavras-chave:** Flexibilização – Intensificação – Precarização – Trabalho.

### ABSTRACT

The terms flexibilization and work intensification have been addressed, many times, as equivalents to precarization. We see these concepts as distinct and consider that the intensification and flexibilization may be configured as consequences of a generalized process of vulnerability of the work conditions, typical of the last decades. Based on these assumptions, the aim of the present paper is to present flexibilization and intensification, marks of the current labor scenery, as manifestations of the work precarization process. In order to achieve this purpose, we will consider historical reflections on emergence of the phenomena in question, especially from the productive restructuring processes of the 70's. We will start from a brief historical review that allow us understand the current moment and then we will bring antagonistic conceptions of the term flexibilization. Finally, we will present this process as an opportunity to work intensification and the consequent damages to the worker.



**Keywords:** Flexibilization – Intensification – Precarization – Work.

## PERCURSOS DO TRABALHO PRECÁRIO

O trabalho, enquanto atividade, remonta aos primórdios das civilizações, sendo considerado inclusive como atividade fundamental para o processo de hominização. Trabalhar, em sua essência, é praticar uma modificação no meio visando ao atendimento de necessidades individuais e coletivas. É a atividade a partir da qual o homem modifica seu ambiente, sendo também afetado e modificado.

É certo que, ao longo do tempo, o trabalho ganhou contornos e sentidos diversos, os quais estão relacionados à estrutura social e econômica de cada época. Observa-se também que o trabalho ganhou complexidade à medida que as necessidades humanas se diversificaram e evoluíram para além da pura sobrevivência. Como salienta Navarro e Padilha (2007, p. 14), o trabalho “[...] não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, é também fonte de identificação e de auto-estima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade”.

A partir de tais colocações, compreende-se que as condições, a partir das quais o trabalho é desenvolvido, bem como a relação do sujeito com sua produção, geram impactos à sua subjetividade, ocasionando consequências diversas.

Muitos estudos abordam as condições do trabalho, envolvendo o surgimento do capitalismo e o seu desenvolvimento até os dias de hoje. A dor e o sofrimento oriundos do trabalho, muitas vezes, são abordados como típicos desse momento histórico, havendo frequência no uso dos termos ‘trabalho precário’ para caracterizar o labor capitalista. Entretanto, ao consultarmos o significado da palavra, somos levados a acreditar que a precariedade do trabalho pode ser identificada em tempos ainda mais remotos.

Na Língua Portuguesa, “precário” significa *difícil, minguado, estreito. Escasso, raro, pouco, insuficiente. Incerto, vários, contingente; Inconsistente. Pouco durável, insustentável. Delicado, débil* (FERREIRA, 1987, p. 1379).

Albornoz (1986) faz uma interessante viagem genealógica apontando que ao longo das civilizações é possível observar as diversas formas de produção

empreendidas pelo homem, onde é possível identificar “imagens” que reforçam a ideia acima colocada.

Dando um salto histórico e fazendo uso do recurso das teorias sociais é possível chegar ao século XX e aos dias atuais onde posições estruturalistas rivalizam com visões racionalistas e com o enfoque dado pelos atores (GARZA-TOLEDO, 2006). É fundamentalmente com a configuração da sociedade salarial, ao longo do século XX, que nos aproximamos do tema que queremos abordar.

Em artigo sobre os dilemas do trabalho no contexto capitalista atual, Navarro e Padilha (2007) resgatam algumas ideias de Karl Marx sobre a nova relação do homem com o seu trabalho. Os autores afirmam que o capitalismo gerou a perda da dimensão original do trabalho, tendo este perdido a função primeira de produzir coisas úteis às necessidades humanas, passando a atender prioritariamente às necessidades do capital.

A partir desse momento, o homem se viu distante do produto final de seu trabalho, passando a produzir apenas uma peça ou parte do todo. “O produto do trabalho aparece, no final, como algo alheio ou estranho ao trabalhador, como um objeto que não lhe pertence” (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 15).

Segundo Borsói (2011) durante o século XX, nota-se grande “efervescência” do capitalismo e grandes modificações na relação entre o homem e o trabalho. Observam-se rápidos e intensos avanços tecnológicos, o surgimento de modelos de gestão do trabalho (taylorismo, fordismo e toyotismo), a acumulação que possibilitou a produção e o consumo em larga escala, conquistas sociais e trabalhistas e uma “profunda crise que forçou uma não menos intensa reestruturação produtiva, principalmente a partir da década de 1970, atingindo o mundo do trabalho em termos globais” (BORSOI, 2011, p. 115).

A configuração do quadro social lidou com profundas mudanças ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 70. Nardi (2006) salienta que o mundo do trabalho passou a sofrer grandes transformações a partir da crise do fordismo, inicialmente nos países industrializados. Já nos países de terceiro mundo, ou de economia periférica como o Brasil, as mudanças puderam ser sentidas no final dos anos 80 e início dos 90.

Até meados de 1970, o século XX ficou marcado pelos modelos de

produção taylorista-fordista. Borsói (2011) traduz algumas das características do trabalho, segundo o modelo fordista, permitindo, mais uma vez, percebermos marcas do trabalho precário em nossa trajetória histórica. Segundo a autora (2011, p, 123),

[...] o modelo fordista de organização do trabalho conduz o trabalhador à mortificação tanto física – pela obrigatoriedade de conter movimentos rápidos e precisos – como também, psíquica, pela necessidade de atenção concentrada em uma atividade, muitas vezes, monótona e sem sentido.

As mudanças ocorridas nos anos 1970 caracterizam-se por um grande salto tecnológico, pela automação dos processos produtivos e pela nova estrutura do trabalho no universo fabril. De modo geral, percebe-se que “novos processos de trabalho emergem, nos quais o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 2000, p. 210).

Nesse período, adotaram-se formas transitórias de produção em que o toyotismo ganhou espaço, se relacionado ao modelo taylorista-fordista de momentos anteriores. Esse modelo toyotista foi marcado, sobretudo, pela introdução da tecnologia, visando o aumento da produtividade, e da utilização da inteligência, e não apenas o uso da força dos trabalhadores.

Caracterizou-se também pelo acúmulo de atividades, devido à redução do quadro de pessoal, pois o toyotismo pregava a empresa “enxuta”, ou seja, a eliminação de desperdícios e utilização do mínimo possível de funcionários, almejando maior lucratividade. A inserção deste paradigma no mundo do trabalho apresenta, de forma sutil e obscura, as novas formas de intensificação do trabalho.

Nesse cenário, o desemprego ganhou ainda mais relevo dentre as questões de vulnerabilidade social. A acentuação desse quadro ocasionou um impacto profundo nos direitos do trabalho. Segundo Antunes (2000) houve desregulamentação e flexibilização do trabalho, dotando o capital de instrumental necessário para adequar-se à nova fase. Analisaremos a flexibilização e seus efeitos mais adiante.

Navarro e Padilha (2007, p. 18), apresentam os contornos do trabalho,

segundo o modelo toyotista:

[...] o trabalhador no toyotismo, estaria transformado em um trabalhador 'altamente qualificado', 'polivalente', 'multiprofissional'. Na prática, várias pesquisas demonstram que estas mudanças, de forma geral, ao invés de qualificar o trabalhador o sobrecarrega com mais trabalho.

A partir de então, o trabalho precário ganha nova forma de manifestação e provoca novos efeitos ao trabalhador. O modelo toyotista além de manter o quadro de exploração objetiva, amplia os modos de exploração subjetiva.

Nota-se, nos atuais discursos neoliberais, uma concepção voltada exclusivamente para o mercado e que pretende reduzir a força de mobilização social dos trabalhadores, como forma de fragilizá-los e os levarem a aceitar as condições impostas pelos detentores do capital. Esses possuidores do capital defendem a redução dos direitos sociais como forma de ampliar as contratações, por parte dos empresários, e melhorar a situação dos que se encontram sem emprego, porém deixando hasteada a bandeira defensora de uma taxa "ótima" de desemprego, a fim de resguardar a saúde econômica dos empresários e do Estado. Nardi (2006) demonstra que a redução dos direitos sociais não levou a uma melhoria da condição de vida daqueles que estavam desempregados. Ao contrário, aumentou a vulnerabilidade dos trabalhadores empregados e desempregados.

Ainda que as estatísticas muitas vezes retratem uma elevação do número de empregados, tais contratações correspondem, muitas vezes, a um trabalho precarizado e incapaz de reverter a miserabilidade social. Na realidade, tais medidas geraram um aumento das desigualdades, ocasionando um verdadeiro fosso entre os detentores das riquezas e os trabalhadores.

Apesar de tecer uma análise sobre os países de capitalismo avançado, Nardi (2006, p. 57) deixa claro que o ocorrido na realidade brasileira não foi muito diferente: "[...] no Brasil, a implantação das políticas econômicas neoliberais produziu um aumento ainda maior das desigualdades sociais (apesar do controle da inflação) fato este intrinsecamente relacionado às altas taxas de desemprego do final dos anos 90".

Esse posicionamento apresentado pelo autor se contrapõe a uma visão irreal sobre a implantação da política neoliberal, enquanto possibilidade de

crescimento econômico e de empregos no país, e possibilidade de melhoria de vida. Ao contrário, o crescimento econômico foi gerado, na realidade, à custa de muitas perdas aos trabalhadores.

Antunes (2000) considera que o referido processo de mudança possui uma face quantitativa e outra qualitativa. Quantitativa quando se observa a redução do trabalho operário, fabril e “estável”, ou ainda a redução dos empregos. Qualitativamente, a alteração do mundo do trabalho foi bipolar: em um extremo existem ramos de maior qualificação do trabalhador, os quais detêm cargos de chefia, supervisão e “vigias” do processo de produção. Em outro, houve intensa desqualificação de outros ramos e diminuição de outros tantos, como metalúrgicos e mineiros.

O mundo do trabalho e a classe trabalhadora se tornaram complexos, heterogêneos e multifacetados. Em linhas gerais:

[...] o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*, maior *interpenetração*, entre atividades produtivas e improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital, possibilitando a emergência de processos produtivos pós-tayloristas e pós-fordistas. (ANTUNES, 2000, p. 223).

Assim, tornou-se essencial “[...] encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada [...]*” (ANTUNES, 2000, p. 22). Diante de uma planta produtiva constituída por maquinários, supostamente, capazes de substituir habilidades humanas, o empresariado viu-se diante de trabalhadores que precisavam ser redirecionados às atividades laborais. É nesse contexto que encontramos o trabalho precário com características peculiares na contemporaneidade, as quais serão apresentadas um pouco mais adiante.

## **PRECARIIDADE E PRECARIZAÇÃO: FENÔMENO E PROCESSO**

Apontamos acima uma espécie de percurso histórico do trabalho precário. Nesse feito, demonstramos que o trabalho precário não é fenômeno recente, tendo em vista que, em vários momentos, o homem se viu diante de atividades de difícil

execução, com retornos insuficientes para suprir suas necessidades. Assim, em certa altura, o trabalho se colocou como possibilidade escassa, o que ainda permanece, tendo em vista o quadro de desemprego que assola inúmeros países, na contemporaneidade.

Entretanto, nos diversos estudos sobre as transformações sofridas no mundo do trabalho, bem como as características do trabalho/trabalhador contemporâneo, é comum se fazer menções à precarização laboral, sobretudo, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo. Faz-se necessário esclarecer os termos.

Baseamos nossa visão nas considerações de Aquino (2008) o qual apresenta a proposta de desnaturalizar a precariedade, defendendo a importância de se considerar o seu desenvolvimento e a sua atual configuração. Nesse sentido, entendemos a precariedade como fenômeno que acompanhou as transformações do mundo laboral, ganhando contornos específicos, a partir das condições de cada época.

A *precarização*, por sua vez, pode ser entendida como o processo crescente e generalizado de instabilidade, de flexibilização e de perda de garantias sociais, condições que caracterizam o trabalho precário. O autor deixa clara sua posição ao afirmar que “a opção por denominar precarização e não precariedade não é ingênua. Ela se insere na mesma perspectiva processual que se aplica nos mesmos moldes da exclusão social [...]” (AQUINO, 2008, p. 171).

Desta forma, entendemos a precariedade como fenômeno e a precarização como um processo que atribuiu ao trabalho precário suas configurações atuais: instabilidade, flexibilização e insegurança.

Conforme assinala Borsóí (2011, p. 123) “é possível dizer que o precário mundo do trabalho vai apenas assumindo novas configurações e novos modos de expressão, pois muito da precariedade anterior permanece associado às formas atuais de precarização”.

Logo percebemos que a alteração dos modelos de sociedade se expressa na forma de adoecimento, de sofrimento e de implicações que a cada momento se apresentam aos trabalhadores. Entretanto, se nota que atualmente ocorre um aprimoramento da estrutura precária do trabalho imposta aos indivíduos em períodos

anteriores. É o que discutiremos a seguir.

## **FLEXIBILIZAÇÃO: MARCA DO PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO**

As reflexões desenvolvidas até esse momento retratam uma metamorfose no mundo laboral, ocorrida a partir da década de 70, a qual se convencionou chamar de 'crise da sociedade do trabalho'.

O desemprego ganhou relevância como problema social e se tornou terreno fértil para que os profissionais aceitassem condições laborais desprotegidas pela lei. Instaurou-se um processo de flexibilização, com a justificativa de maior geração de postos de trabalho. Na configuração desse cenário sócio-econômico, algumas das mudanças que consideramos mais significativas, tendo em vista as consequências para o trabalhador e para a sociedade, foram a perda da antiga estabilidade vivida pela sociedade salarial, o desemprego e a intensificação do trabalho.

Observa-se um processo com ocorrências simultâneas: verifica-se a desproletarização do trabalho industrial e fabril, especialmente nos países de capitalismo avançado, mas com reflexo nos países em desenvolvimento industrializados, porém, em concomitância, ocorre "um processo de intensificação da subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado" (ANTUNES, 2000, p. 211).

Nesse caso, a flexibilização pode ser compreendida como o processo de heterogeneização dos vínculos de trabalho. Segundo Nardi (2006, p. 58), "a formação clássica do trabalho como empregos se transformou radicalmente". Instauram-se novas relações de trabalho, como: os contratos temporários, a terceirização da mão-de-obra, as subcontratações, a sazonalidade das contratações, as remunerações por produtividade, o trabalho no domicílio e etc.

No mesmo sentido, Aquino (2008, p. 174) compreende a flexibilização como "[...] descentralização das unidades de produção, substituição da força de trabalho pela utilização de novas tecnologias, subcontratação de obras e serviços, novas formas de organização do trabalho".

Apesar de parecer representar um avanço devido à introdução de

tecnologias, tal ação foi responsável, também, por novas formas de exploração laboral, criando as condições para trabalhos cada vez mais precários. É possível observar que nesse processo de flexibilização o trabalhador perdeu, especialmente, a estabilidade e a segurança, enfraquecendo sua capacidade de revidar aos ditames do mercado de trabalho. O trabalho passou a ser um “bem escasso” e que poderia ser perdido a qualquer instante.

Uma aproximação dos trabalhos desenvolvidos sobre precariedade e precarização, explorados por Aquino (2008) e Bilbao (1999), permite apreender a consideração de interesses econômicos mascarados em um discurso que enaltece as melhorias sociais. Para Aquino (2008, p. 171) “o raiar do século XXI nos brindou com a crescente expansão desse modelo de relação laboral, que é considerado ao mesmo tempo coerente economicamente e falacioso socialmente”.

Assim, a flexibilização pode ser entendida como fenômeno que marca o processo de precarização laboral, apresentando-se como “uma resposta contemporânea do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores” (AQUINO, 2008, p. 174).

Entretanto, seria um equívoco acreditar que tal variedade de vínculos e de consequências da flexibilização possam atingir todos os profissionais de maneira uniforme.

Como efeito da crise do trabalho, observa-se a especialização e a valorização de uma pequena parcela dos trabalhadores, em detrimento da subproletarização da grande maioria deles. Mulheres, jovens e velhos são os que mais sofrem as consequências do processo em estudo. As consequências para a subjetividade do trabalhador são inúmeras e os seus efeitos podem alimentar ainda mais a estrutura precarizada do mundo laboral.

## **FLEXIBILIZAÇÃO E VÁRIOS OLHARES**

A definição de trabalho já foi empreendida e abordada por muitos, podendo ser esse considerado como atividade humana, através da qual o homem modifica a natureza visando atender às suas necessidades, sendo também



modificado nesse processo. Nesse sentido, se difere do emprego, o qual é concebido como uma forma específica de relação contratual que se estabeleceu a partir dos ditames do assalariamento da sociedade.

Entretanto, ao longo do que se chama “sociedade salarial”, o trabalho e o emprego se viram imbricados de tal forma que ter um emprego formal, com vínculos estabelecidos e com direitos assegurados passou a ser o sinônimo de valoração social, confundindo-se muitas vezes com a noção de cidadania.

Com o processo de mudança, sofrido no mundo do trabalho a partir da década de 70, arriscamo-nos a dizer que foi gerado um movimento de nova separação entre os conceitos, sobretudo por parte dos empresários.

Observa-se, no atual discurso empresarial, o interesse pelo rompimento com vantagens e garantias presentes nas atuais relações contratuais. Emprego, nessa perspectiva, estaria vinculado a essas condições obtidas pelos assalariados em séculos de lutas, visando proteger seus direitos. Entretanto o peso dessas conquistas incomoda ao empresariado, mormente, por diminuir sua lucratividade com o pagamento dos encargos trabalhistas. Dessa maneira, emprego tornou-se sinônimo de relações estáveis, duradouras, e onerosas, enquanto trabalho passou a ser visto como seu reverso.

Assim, considera-se que empregos são vistos como um modelo de relação mais formalizada, enquanto o trabalho seria mais flexibilizado. Este compreende uma atividade com jornadas mais flexíveis, remunerações dependendo diretamente dos resultados, ou seja, da quantidade de trabalho, esforço e produtividade empreendida na tarefa. Nessa perspectiva, para conseguir um salário satisfatório é necessário que o trabalhador empreenda mais esforço, tanto para aceitar as condições definidas e impostas pelo contratante, como para manter seu emprego.

Outra face dessa realidade revela o “benefício” para os empresários em ofertar trabalhos flexibilizados. O mais relevante dos motivos é compatível com a lógica do capital: lucro, já que se minimiza a obrigatoriedade de pagar encargos trabalhistas. Tendo em vista que o valor pago por estes tributos representam praticamente o dobro do salário oferecido ao trabalhador, o “peso” desses impostos são vistos como “fardos” ao empresariado.

De acordo com a consultora Moya (2004)<sup>4</sup> se considerarmos um empregado cujo salário mensal é de R\$ 1,5 mil, haverá um custo por parte da empresa de, no mínimo, R\$ 1.013, além do próprio salário. Isso sem mencionar o pagamento de horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade, periculosidade etc., bem como os encargos previdenciários e FGTS<sup>5</sup> sobre tais verbas. Por isso muitos empresários se viram tentados a pensar formas de vínculos mais baratos e, portanto, mais lucrativos possibilitando atender a demanda de competitividade advogada pela máxima do mercado.

Diante desta realidade podemos constatar que a flexibilidade apresenta dimensões diversas, segundo seus pontos de vista. Este termo ganhou força devido ao *marketing* positivo, porém ambíguo, que recebeu socialmente. Com isso queremos dizer que a flexibilidade é “vendida” como algo positivo, pois se opõe à rigidez e demonstra que o trabalhador poderá ter controle sob o seu trabalho, regulando a sua carga horária. Assim, ser flexível, segundo alguns contextos de análise, é ter maleabilidade, versatilidade, aptidão para várias coisas e rapidez para se adequar ao mercado.

Podemos visualizar este *marketing* através do enaltecimento da figura de profissionais tidos como polivalentes, realizando diversas atividades, porém incansáveis. Atualmente, um funcionário ser chamado de “*workholic*”<sup>6</sup> é considerado um elogio. O oposto é ilustrado pelo profissional cansado, velho, muitas vezes representado por servidores públicos, estáveis. Logo, é dito que o paradigma a ser seguido é do protótipo do trabalhador flexível.

A partir da prática em algumas organizações ressaltamos que treinamentos realizados pela área de Recursos Humanos têm sido uma das formas de difundir essa imagem “positiva” da flexibilidade. Não pretendemos nos estender nesta questão e nem generalizarmos, mas é no mínimo incoerente que profissionais, como os psicólogos, que se ocupam com o bem-estar do indivíduo, fortaleçam e propaguem métodos nocivos de flexibilização no trabalho. Compreendemos que esta postura crítica deveria ser inerente às profissões ligadas às áreas humanas, evitando assim que esses reproduzam passivamente as ordens do empresariado e das máximas do mercado.

A flexibilidade foi divulgada, a partir dos ditames do capital, como a

possibilidade que o trabalhador teria de fazer o seu próprio ritmo de trabalho, e também seriam os responsáveis pelo valor que receberiam. Neste cenário, ilustramos casos de mulheres que buscavam ter mais tempo para seus filhos e entraram em facções de costura com a promessa da flexibilidade. Todavia esta mostrou seu lado oculto, o que não é encontrada nas vantagens apregoadas pelo discurso empresarial.

Borsói (2011) ilustra o exemplo das costureiras de facção ao abordar uma das formas de manifestação do processo de flexibilização: a terceirização. Esta pode ser vista como uma junção do trabalho formal a determinados vínculos informais.

Aqui, os trabalhadores, em geral, são contratados sem garantias trabalhistas, recebem salários por peça e estão submetidos a condições ainda piores. Para alcançar as metas impostas, muitas vezes envolvem a família, inclusive as crianças, num trabalho que tem hora para começar, mas não para terminar. (BORSÓI, 2011, p. 16).

A terceirização e a informalidade<sup>7</sup> ganham espaço neste panorama e, segundo Lima (2007) “a informalidade torna-se funcional num quadro de flexibilidade no qual a relação capital-trabalho muda de configuração, pois as empresas tentam se livrar, cada vez mais, do ônus da força de trabalho”.

Acreditamos que a flexibilidade caracteriza-se, atualmente, como uma falsa autonomia, pois ganhou adesão entre os trabalhadores devido à promessa de um controle pessoal do próprio horário de trabalho, contudo se revela como mais uma manifestação dissimulada da precarização laboral.

Por isso, concordamos com Aquino(2008) ao considerar a flexibilidade como a vulnerabilização de vínculos laborais, com a perda dos direitos básicos de trabalhadores. Parece-nos pertinente questionar a quem interessa a propagação deste modelo de flexibilização, ou quem está lucrando com isso, afinal quem está perdendo são os trabalhadores.

Contudo, não podemos afirmar que todos os trabalhadores estão se prejudicando com este novo paradigma adotado, que é o da flexibilidade. É possível que alguns profissionais estejam satisfeitos em trabalhar, segundo princípios de uma gestão autônoma da jornada laboral e da variabilidade das retribuições do seu

esforço, mas certamente não é a maioria. Ressaltamos aqui que este sistema tem revelado mais perdas do que ganhos aos trabalhadores.

## **FLEXIBILIZAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO**

Atualmente, um exemplo de flexibilidade é o sistema de remuneração por resultados, o qual reduz sobremaneira o pagamento de horas extras. Nesse novo sistema, o trabalhador precisa dedicar mais tempo ao trabalho, ou trabalhar mais, caso deseje aumentar os seus rendimentos.

Entretanto, o trabalho na contemporaneidade não é marcado somente pelo aumento da jornada laboral, até por que esta implicaria em uma revolta social e em uma mudança constitucional. Ocorreu, como efeito da flexibilização, a intensificação do ritmo laboral com os novos trabalhos, caracterizados por horários flexíveis e ganhos por atividade executada.

A intensificação do trabalho é outro conceito que vem ganhando relevo neste contexto precarizado e relaciona-se ao sujeito que trabalha e não aos meios e instrumentos laborais. O desempenho avaliado não incide sobre o maquinário, mas sobre o trabalhador, em seus aspectos físicos, intelectuais e psíquicos. Essa noção é essencial à categoria intensidade, pois se refere à maneira como o sujeito realiza seu trabalho, e ao dispêndio de energia envolvido na atividade. “Falamos de intensificação quando os resultados são quantitativa ou qualitativamente superiores, razão pela qual se exige um consumo maior de energias do trabalhador” (DAL ROSSO, 2008, p. 21).

De acordo com Melchior (2008) esse processo (aumento de resultados) pode decorrer do crescimento da produção sem, necessariamente, corresponder a um aumento do efetivo, ou pode ocorrer pela diminuição do efetivo sem haver mudança na produção. Ainda segundo o autor, mudanças organizacionais no bojo da evolução dos sistemas e de suas reformas também podem corroborar com mecanismos que aumentem a demanda de trabalho. É no âmbito da atividade, porém, que o processo de intensificação se expressa, pois cabe ao trabalhador, ou aos seus superiores, regular os efeitos da ampliação da complexidade ou do aumento do número de tarefas a serem realizadas na mesma unidade temporal por

uma mesma pessoa ou equipe.

A intensificação do trabalho corresponde ao aumento da intensidade da atividade, em um mesmo período de tempo. Podemos ter como exemplo uma fábrica hipotética, na qual os funcionários produziam dez mil garrafas de água por dia, e que segundo determinação do gestor de produção, estipulou uma meta diária de vinte mil garrafas. Para conseguir dobrar a produtividade na mesma carga horária foi preciso eliminar os períodos de descanso dos trabalhadores, e ainda assim eles aumentaram o ritmo do trabalho realizado.

A relação entre a intensificação e a estipulação de metas nas organizações é direta e penosa ao trabalhador. Isso porque, em muitos casos, são estabelecidas metas praticamente inatingíveis, fazendo com que o trabalhador utilize toda a sua capacidade física, intelectual, emocional para alcançar o objetivo proposto. Ressalta-se que o estabelecimento de metas é apresentado ao sujeito como um desafio a ser cumprido, e o fracasso desta meta resulta na culpabilização do indivíduo.

Constata-se que a intensificação não está presente apenas em atividades que demandam capacidade física, como as popularmente conhecidas como atividades de “chão de fábrica”. Com a revolução tecnológica, a era da informação desencadeou o processo de intensificação entre os trabalhadores imateriais.

É um erro grosseiro supor que intensificação ocorre apenas em atividades industriais. Em todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e fronteiras, tais como nas atividades financeiras e bancária, [...] saúde, lazer e em outros serviços imateriais o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento do trabalhador. (DAL ROSSO, 2008, p. 31).

O objetivo da manipulação da intensidade pelas organizações visa elevar a produção quantitativa ou melhorar qualitativamente os resultados da empresa. Por isso, a intensificação do trabalho não se restringe às atividades concretas, mas também ao trabalho intelectual, aos prestadores de serviços. Nesses casos os resultados podem ser obtidos com a melhoria da qualidade de um atendimento e com a pressão pelo aumento da quantidade de atendimentos.

Um exemplo de intensificação é percebido no gradativo rompimento da linha que separava os momentos de trabalho, de lazer, e de descanso. A revolução

tecnológica possibilitou um aumento da extensão laboral, através de ferramentas como *internet*, celular, *ipad* e outros, nos quais o trabalhador permanece conectado ao trabalho, mesmo nas horas em que deveriam ser dedicadas ao lazer. Visando cumprir metas abusivas, aquelas atividades que não foram executadas durante o turno de trabalho podem ser realizadas após a jornada de trabalho.

Outra forma da intensificação ocorre com a redução dos tempos mortos, durante a jornada, eliminando-se a porosidade da tarefa. Este termo foi cunhado por Marx para designar os momentos de não-trabalho pertencentes à jornada laboral. Assim, o tempo morto ou poroso compreende o período em que o sujeito não trabalha e, portanto, não produz valor. Como exemplo, podemos citar as interrupções ao ir ao banheiro, ao fazer um lanche, ou até mesmo as conversas “paralelas” durante o expediente.

Logo, o capitalista irá buscar reduzir ao máximo os poros, a fim de tornar mais densa e concentrada a atividade. Em consequência, o aumento da intensidade irá resultar em ganho na produtividade.

Entretanto, cabe pontuar que esses conceitos são distintos, pois a produtividade é um termo oriundo da economia e representa um crescimento de resultados, independente dos meios para obtê-los. Estes resultados podem advir de avanços tecnológicos, como a aquisição de uma maquinaria desenvolvida ou uma mudança organizacional. Já a intensificação, demanda consumo de energia por parte do trabalhador e a atenção é voltada ao desempenho, esforço e dispêndio de energia em todas as dimensões.

Conforme assinala Dal Rosso (2008) a intensidade desvela o engajamento dos trabalhadores, significando que eles produzem mais trabalho, ou de qualidade superior, em um mesmo período de tempo considerado e que a noção de produtividade está limitada aos efeitos das transformações tecnológicas.

## **FLEXIBILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO LABORAL: OPORTUNIDADES PARA O CAPITAL E DANOS PARA O TRABALHADOR**

Para Sennett (2006) o capitalismo flexível, caracterizado pelas alterações capitalistas das últimas décadas do século XX, possui como pontos expressivos da

exploração laboral: a reinvenção contínua das instituições; a especialização flexível da produção e a concentração do poder sem centralização.

Pensamento similar é apresentado por Montenegro (2008) ao considerar que a atual organização das instituições substitui a estabilidade das relações laborais e a prática de funções fixa pela competição interna de grupos de trabalhadores que implicitamente devem ser melhores e mais rápidos uns do que os outros.

Ainda para o autor “a reinvenção contínua em que há perda de controle das funções leva também a uma perda da noção de tempo linear não só na realização de trabalhos determinados como também na perspectiva de realização pessoal em longo prazo e de sonhos individuais e familiares” (MONTENEGRO, 2008, p. 4).

A sociedade salarial proporcionou empregos estáveis e a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira dentro de uma mesma empresa. Isto gerou no lado pessoal uma possibilidade de organização financeira que fazia com que os trabalhadores planejassem a compra de um bem material com mais segurança, por exemplo.

Assim, percebemos que os efeitos nocivos da precarização e da flexibilização do trabalho não se restringem ao *locus* trabalho, mas têm repercussão na organização da vida dos sujeitos. Para Sennet (2006) uma das mais drásticas consequências pessoais na vida do sujeito é a perda da noção linear e precisa de organização do trabalho e da vida.

Montenegro (2008) desenvolve argumento que se coaduna com as ideias de Sennet (2006), por postular que as excessivas demandas de trabalho e o paradigma da flexibilidade acabam por interferir, diretamente, na vida pessoal dos sujeitos. Assim, o autor destaca: “são notórias as perdas dos trabalhadores que tiveram não somente suas condições de trabalho deterioradas em nome da ‘santificada’ flexibilidade, mas toda sua estrutura e organização” (MONTENEGRO, 2008 p. 2).

Dessa forma o gerenciamento da vida do sujeito está condicionado ao seu ritmo de trabalho, e os valores adquiridos nesse ambiente serão perpetuados em sua vida fora do local de trabalho.

As formas de intensificação perpassam a fragmentação, uma distribuição do número de horas adequadas às necessidades da instituição, porém prejudicial ao trabalhador. A evidência clara dessa realidade pode ser percebida no setor de serviços.

Numa pesquisa em andamento, realizada por nós, percebeu-se que os profissionais de bares e restaurantes têm que trabalhar um período durante a manhã para preparar ou mesmo servir o almoço, um período à tarde para limpar a cozinha e o restaurante, e um período à noite para preparar e servir o jantar para os clientes. Logo, para muitos profissionais desse ramo, as suas oito horas diárias são distribuídas entre manhã, tarde e noite.

Esses profissionais ficam disponíveis o dia todo em seu trabalho e tem de organizar a sua vida em função do mesmo. Por não terem um período do dia em que possam desvincular-se da atividade laboral, esses terão limitados os momentos de lazer com a família, e terão fragmentos de descanso entre a jornada para resolver suas pendências ou atividades não relacionadas ao trabalho. O trabalho flexível possibilitou a fragmentação das jornadas, trazendo consequências árduas à organização da vida social e familiar.

Ressaltamos, conforme discutido anteriormente, que esta desorganização da vida pessoal e submissão aos horários flexíveis impostos ao trabalhador, revela um lado sombrio e oculto da flexibilização que, muitas vezes, no discurso oficial é vendida como profundamente positiva.

Embora muitos trabalhadores consigam perceber os danos advindos desta lógica capitalista, obrigam-se a aceitar tais condições devido à necessidade do emprego e ao conseqüente temor perdê-lo.

Este cenário se torna a base para a sustentação e expansão da precarização do trabalho. Segundo Díaz-Salazar (2003) a dificuldade de encontrar emprego e, também de encontrar um bom emprego, estável e com garantias mínimas, faz com que as pessoas se sintam obrigadas a aceitar péssimas condições que lhes são impostas pelo mercado laboral.

Conforme pesquisa realizada em 2011<sup>8</sup>, o número de brasileiros que tem medo de perder o emprego aumentou 3,1% em março de 2011 na comparação com dezembro de 2010. O Índice de Medo do Desemprego subiu para 81,7 pontos, ante



os 79,3 de dezembro, quando alcançou o menor nível da série iniciada em 1996, informa a pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice é de base 100, e quanto maior ele for, maior o medo das pessoas perderem o emprego. Conforme o economista Marcelo Azevedo, analista de Políticas e Indústria da CNI, “com a queda na atividade industrial registrada desde dezembro do ano passado cresceu o receio em relação à estabilidade nos empregos”.

Entretanto, o país apresenta atualmente um panorama salutar economicamente, notadamente a partir do governo Lula, quando ganhou destaque internacional pelas políticas de combate à fome e ao desemprego. A taxa de desemprego apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seis regiões metropolitanas do país ficou em 6,4% em maio, o mesmo índice de abril é inferior à marca registrada em maio de 2010 (7,5%)<sup>9</sup>.

Contudo devemos enfatizar que os empregos no país foram criados, sobretudo em bases precárias, logo as estatísticas apresentam apenas os dados numéricos, e não deixam claro que ter emprego não significa necessariamente a existência de condições dignas de trabalho. Esses números também não revelam a quantidade de trabalhadores informais, submetidos à lógica da flexibilidade das relações de emprego.

De acordo com Bilbao (1999) um trabalho já não significa a saída da instabilidade e da precarização, ao contrário, consolida essa condição.

Si consideramos el paro com el único problema, cualquier empleo es la solución. Per ni el paro es el único problema ni cualquier empleo es la solución. Um contrato hoy no es la salida de la inestabilidad sino la consolidación de la inestabilidad. Precisamente, la solución que nos dan contra el paro masivo es la precariedad masiva. (BILBAO, 1999, p. 11).

Assim evidencia-se a relação, ou a ausência dessa, entre o processo de precarização hodierno e a perda da estabilidade nas relações laborais. Este fato resulta na resignação dos trabalhadores a situações de intensificação responsáveis pelo próprio adoecimento e desorganização da vida pessoal.

## **CUSTO HUMANO DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO**

trabalho: desgastes físico, intelectual e emocional. As consequências negativas podem ser percebidas pela incidência de estresse e de acidentes no trabalho, pelo aumento do absenteísmo em decorrência de Ler/Dort (Lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho), enfim pelo adoecimento que afeta o trabalhador, que repercute sobre sua família, com custos para a sociedade. Os efeitos da intensificação na saúde do trabalhador são diferenciados, de acordo com os ramos de atividade.

Borsói (2011) salienta que as consequências têm determinado acidentes típicos e doenças ocupacionais, questões já antigas, mas que continuam frequentes, devido às péssimas condições trabalho. A sobrecarga física e psíquica, que se expressa em modos de sofrimento como depressão, transtorno psicossomático, transtorno de ansiedade além da já mencionada LER/DORT, sendo este, segundo a autora, problemas que se tornaram uma espécie de “bola da vez” nas últimas décadas.

Com a implantação de processos de reestruturação produtiva nas organizações, a inclusão de certificações ISO e outros diferenciais do mercado, as empresas pressionam os trabalhadores a excederem suas cargas horárias em benefício da organização, podendo, entretanto, apresentar prejuízos significativos à saúde e ao bem-estar desses funcionários. Não basta mais “vestir a camisa da empresa”, é preciso “suar pela camisa da empresa”. Essa expressão representa a passagem de um período de exigência à pressão infinita de uma doação completa do trabalhador à empresa, resultando muitas vezes em esgotamento físico e psíquico.

O economista David Fairris (2002) buscou pesquisar qual a causa do aumento da produtividade nas empresas. Ele encontra indícios, ou pelo menos questiona se este ganho empresarial não foi obtido à custa da saúde do trabalhador, do crescimento nos acidentes de trabalho, da elevação da insegurança e intensificação laboral ou de fatores de ordem organizacional ou institucional.

Fairris (2002) faz uma crítica severa à reestruturação produtiva implantada pelas mais avançadas organizações, por afetar diretamente a saúde e vida dos trabalhadores. A busca incessante pelo aumento da produtividade, a disputa pelo mercado entre a concorrência e o acréscimo financeiro são

desencadeadores da deterioração das condições de trabalho.

Ainda de acordo com o autor, as empresas poderiam ter ganhos substanciais, se melhorassem as condições de trabalho dos seus funcionários, pois evitariam os acidentes de trabalho, as doenças e as faltas, decorrentes das péssimas condições oferecidas. Ele não pretende romper com os ideais capitalistas, pois vislumbra o lucro do empresariado, porém não considera que este ganho deva ser proveniente do sofrimento do trabalhador.

Já Antunes (2001) aponta para uma crise estrutural que atinge a “dessociabilização contemporânea”, ou seja, a destruição da força humana que trabalha, estimulando sem precedentes a competitividade e individualismo, e eliminando-se os direitos sociais garantidos ao longo de intensas e duradouras lutas e adoecem aqueles que vivem do trabalho. Enfim, o ser humano é “destruído” e precarizado em prol da manutenção do ciclo reprodutivo do capital.

Antunes (2001) discorre também sobre os rumos que as transformações têm ocasionado no mundo do trabalho em várias dimensões e, especialmente sobre o papel do homem na manutenção desse sistema.

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo ‘mundo empresarial’ são expressões de uma lógica societal onde o capital vale, e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital [...] pode precarizar o trabalho e desempregar parcelas imensas, mas não extingui-lo. (ANTUNES, 2001, p. 38).

Assim, de acordo com o autor, embora exista um aumento dos processos de precarização do trabalho é impensável a eliminação completa da força humana do trabalho, pois são os trabalhadores os responsáveis pela reprodução e manutenção do capital.

O exposto nos leva a concluir que em prol da manutenção do lucro gerado pelo sistema capitalista, o custo aos trabalhadores repercute em sua própria saúde, uma vez que adoecem em consequência das manifestações da precarização do trabalho.

## CONCLUSÕES FINAIS

O trabalho, assim como as demais atividades que se referem à existência humana, precisa ser compreendido em um contexto, levando-se em conta as condições sócio-econômicas de uma época. Diante de inúmeras transformações já sofridas por esta atividade, consideramos que, em vários momentos históricos, é possível perceber traços de trabalho precário. Interessaram-nos, no presente estudo, as mudanças ocorridas a partir da “queda” da sociedade salarial e do surgimento de novos modelos de produção, como o *toyotismo*, em meados dos anos 1970.

O surgimento de novas tecnologias nessa época fez emergir a necessidade de reorganizar a planta produtiva, e com isso, novas exigências foram traçadas para os trabalhadores. A inteligência ganhou relevância em relação à “força braçal” e se tornou necessário ao trabalhador o desenvolvimento de uma polivalência, a fim de atender a demanda da “empresa enxuta”.

A partir desse contexto de base, tecemos reflexões iniciais sobre o processo generalizado de precarização e flexibilização do trabalho, que emergiu na década de 70 e configura o cenário contemporâneo, pondo acento no processo de intensificação laboral e seus reflexos na subjetividade do trabalhador.

Atentamos para a percepção acerca da intensificação laboral, como uma oportunidade percebida pelos empresários para a manutenção do capital, elevando a produtividade em suas empresas, mas submetendo os trabalhadores às precárias condições de trabalho. Buscamos, ainda, demonstrar que tal intensificação se sustenta em um discurso empresarial economicamente coerente, mas socialmente falacioso.

Visando sustentar a flexibilização como estratégia, o empresariado apresenta um discurso social e economicamente razoável, já que ressalta a possibilidade de expansão do mercado de trabalho com tal flexibilização. Entretanto, ao serem alvos de um olhar mais crítico, tais discursos se descortinam como falaciosos e extremamente habilidosos em promover o embotamento da consciência dos trabalhadores que acabam por serem anestesiados diante de tanto sofrimento físico e emocional, em nome da sobrevivência e da permanência no mercado de trabalho em um momento de perpetuação de crise.

Aquela que se configura como a mais humana das necessidades (auto-realização) perde relevo diante da necessidade de segurança, a qual emerge ao indivíduo trabalhador como um grito de alerta para protegê-lo das condições de vulnerabilidade, inerentes ao capitalismo neoliberal.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha**: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

AQUINO, C. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. **O Público e o Privado**, v. 11, p. 169-178, 2008. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&q=o+p%C3%BAblico+e+o+privado+Cassio+Brz&meta>>. Acesso em: 19 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Transformações no modelo industrial, “novos” trabalhos e nova temporalidade. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822007000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000400005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BILBAO, A. El empleo precario. Seguridad de La economia e inseguridad Del trabajo. 1 ed. Madrid: Los libros de la catarata, 1999.

BORSÓI, I. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. **Convergencia**, v. 18, n. 55, p. 113-133, enero-abr. 2011. Universidad Autónoma del Estado de México. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=10515210005>>. Acesso em: mar. 2011.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DÍAZ-SALAZAR, R. (Ed.). **Trabajadores precarios: el proletariado del siglo XXI**. Madrid: HOAC, 2003.

FAIRRIS, D. **Towards a theory of work intensity, seminário sobre intensificação do trabalho do Centre d'études de l'emploi**. Paris, 2002, p. 3.

FERREIRA, A. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GARZA-TOLEDO, H. **Teorías sociales y estudios del trabajo: nuevos enfoques**. Mexico: UAM, 2006.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARX, K. **O manifesto comunista**. São Paulo: Abril Cultural, 1847.

MÉSZAROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1995.

MONTENEGRO, D. Desemprego, Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil Contemporâneo: Ensaio sobre uma tragédia anunciada. In: VI Seminário do Trabalho. **Anais do VI Seminário do Trabalho**. São Paulo, 2008.

NARDI, H. **Ética, trabalho e subjetividade**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2006.

NAVARRO, V.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822007000400004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000400004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 25 jul. 2011. doi: 10.1590/S0102-71822007000400004.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

---

<sup>1</sup> Camilla Alves Lima, Mestranda em Psicologia pela UFC. Contato: millalves@hotmail.com.

<sup>2</sup> Edgla Maria Costa Barros, Mestranda em Psicologia pela UFC. Contato: edglabarro@hotmail.com

<sup>3</sup> Cássio Adriano Braz de Aquino, Doutor em Psicologia pela Universidad Complutense de Madrid e Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Contato: brazaquino@ufc.br

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/noticias/encargosfolhapagamento.htm>>.

<sup>5</sup> FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

<sup>6</sup> Workaholic é uma expressão americana que teve origem na palavra alcoholic (alcoólatra). Serve para designar uma pessoa viciada, mas em trabalho.

<sup>7</sup> Não pretendemos nos estender na definição destes termos, devido as limitações estruturais e de conteúdo deste artigo. Sugerimos a leitura de Lima (2007) para maior aprofundamento.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/04/05/cresce-medo-do-desemprego-aponta-pesquisa-da-cni.jhtm>>.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2011/06/22/taxa-de-desemprego-permanece-em-64-em-maio-nota-ibge.jhtm>>.

ENVIADO EM: 24.05.2012

APROVADO EM: 11.06.2012

## RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO AÇÃO CIDADÃ? DESMASCARANDO A PRÁTICA DISCURSIVA DE UMA NOVA EXIGÊNCIA DA ÉTICA DE MERCADO

### SOCIAL RESPONSIBILITY AS CITIZEN ACTION? UNMASK THE DISCURSIVE PRACTICE OF A NEW REQUIREMENT OF THE ETHIC OF MARKET

Iael de Souza<sup>1</sup>  
Ryan Ribeiro de Azevedo<sup>2</sup>  
Cléverson Vasconcelos da Nóbrega<sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo propor a reflexão e apresentar algumas falácias e práticas discursivas que envolvem a ética empresarial, a responsabilidade social, o desenvolvimento sustentável e a valorização do sujeito trabalhador como rearranjos e renovações necessários às novas exigências da base técnico-material da produção capitalista flexibilizada. É feito um esforço pelos autores no sentido de tentar desmascarar tais estratégias, adotadas por algumas empresas, que aparentemente passam a atuar em prol da qualidade de vida e bem estar dos trabalhadores transformados em colaboradores, demonstrando as novas modalidades de extração do mais valor com o consentimento do trabalhador. Desinverter a realidade propositalmente invertida a fim de que o social retome o controle e gestão do social para o social, com o social e pelo social. Para isso se faz necessário uma reflexão que tenha por método a análise concreta de situações concretas, o que procuramos aqui realizar, pois a mudança de atitude começa pela mudança daquele que vê.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social – Mercado – Trabalhador - Capitalismo.

#### ABSTRACT

The following paper aims to propose a reflection and present some fallacies and discursive practices which involve business ethics, social responsibility, sustainable development and the working class appreciation as rearrangements and necessary renewal to meet the latest demand for the technical-materialistic base of the flexible capitalist production. An effort is made by the authors in the sense of attempting to uncover such strategies, employed by some organizations, which apparently move toward workers' quality of life and welfare, turning workers into stakeholders, demonstrating the new modalities of surplus value extraction with worker consent. Unreversing reality purposely reversed in order to regain control of social management to social, with social and for social. To achieve it, a reflection whose method is the concrete analysis of concrete situations is mandatory, what is intended to be developed here, since posture modification starts by the transition of the one who notes it.

**Keywords:** Social responsibility – Market – Worker - Capitalism.



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, encontramos na literatura nacional e estrangeira uma discussão vasta acerca do tema Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC) – aqui tratadas como sinônimos –, em sua grande maioria, enaltecendo o papel das organizações como propulsoras da melhoria das condições de vida da sociedade. O que a princípio, poderia ser visto como mais um modismo, entre tantos outros existentes na área administrativa, começa a ganhar força e consolidar-se, encontrando empresas mais adeptas, principalmente pela necessidade de se destacar em relação aos concorrentes em um mercado hipercompetitivo.

Assim, a RSE parece ser um fenômeno sem volta, uma vez que se encontra incentivada pelo Estado, incapaz de assumir suas responsabilidades perante a sociedade, e cultuada pelas empresas, usando-a como uma estratégia de melhoria da sua imagem, atendendo as novas exigências dos clientes/consumidores, que passam a se diferenciar dos demais através do consumo eticamente correto, pelo qual paga-se um preço mais elevado.

Esse novo paradigma atitudinal-comportamental assumido pelas organizações contribui para que elas se projetem, perante a sociedade, como os novos protagonistas dos rumos e diretrizes da vida política, econômica, cultural, contrapondo a imagem de eficiência e sucesso ao de ineficiência, fracasso e desperdício dos Estados Nacionais, difundindo uma imagem de agente social consciente e preocupado em assumir “os riscos sociais e ambientais gerados pelas suas capacidades produtivas, e mais do que isso” (CATTANI E SALMON, 2009, p. 289), diferentemente da impotência demonstrada pelo Estado na resolução e enfrentamento dos problemas sociais e ambientais, mostram ser capazes mesmo de preveni-los.

Essa combinação de benefício social e vantagem competitiva, isto é, uma relação de ganha-ganha, consiste no discurso dominante e se baseia na premissa de evolução espontânea do gerenciamento, cuja intenção é o despertar para outras dimensões, como por exemplo, as extra-econômicas. Assim, a RSE é pautada, entre outros aspectos, na dita transparência dos negócios e no respeito ao direito, valores e interesses de todos aqueles que, direta ou indiretamente, são por ela afetados.

No entanto, para uma reflexão mais aprofundada acerca da temática, é importante que levemos a discussão para um ângulo distinto e observemos a existência da outra face da moeda, das múltiplas determinações que compõem a totalidade das relações sociais e materiais da produção capitalista a fim de que compreendamos o que está obliterado pelas renovadas práticas culturais das organizações em sua ânsia pelo poder, pelo controle social e pela reprodução exponencial do mais-valor.

O contexto histórico-social atual do desenvolvimento do capital e das forças produtivas explica as razões do porque ser eticamente responsável, social e ambientalmente, é um bom negócio. Não podemos esquecer que num mundo onde o sentido da vida é o cálculo, todas as ações sociais são racionais e meticulosamente maquinadas para se atingir os objetivos almejados. Logo, há uma linha muito tênue, que pretensa e falsamente, separa o bem estar social dos interesses e necessidades de extração do mais valor.

Este ensaio tem como objetivo propor algumas reflexões sobre o tema-problema, tomando como ponto de partida o filme *The Corporation*, procurando apresentar o que pode estar oculto por trás do discurso organizacional, questionando se as ações praticadas podem, de fato, ser consideradas como socialmente responsáveis. Nas seções a seguir, contestamos a (*pseudo*) ética empresarial atrelada à prática da responsabilidade social pelas empresas e destacamos a incapacidade (ou seu novo papel e forma de atuação no rearranjo metabólico do sistema capitalista?) do Estado, enquanto promotor das políticas públicas, tornando-se agente e incentivador da filantropia empresarial. Por fim, levantamos alguns questionamentos sobre a atuação das empresas inseridas no paradigma da responsabilidade social.

## **DESINVERTER O QUE FOI PROPOSITAMENTE INVERTIDO!**

Iniciamos nossa análise reflexiva a partir de uma sentença: enquanto a lógica preponderante for a lógica do capital e da manutenção e reprodução do sistema capitalista, nenhuma ação, seja de cunho sociocultural, socioeconômico ou sociopolítico, atenderá, de fato, às necessidades e interesses humanos, mas sim aos interesses e necessidades das relações mercantis e da sociabilidade de mercado.

Porém, há muito tempo, como bem demonstram Lukacs (s/d), Marx/Engels (1982) e Tonet (1995), a burguesia construiu o conhecimento histórico de que a forma por excelência para exercer sua dominação político-econômica é a república democrática burguesa, ou seja, não a realização de uma democracia-social, e sim um regime em aparência similar, porém jamais em essência: a social democracia.

A ilusão de liberdade de escolha, quando todas elas são limitadas e delimitadas pela condição socioeconômica dos indivíduos sociais, permite influenciar os grupos sociais justamente na formação de seus valores éticos e morais, já que são os *mass media*, controlados pelos proprietários dos meios de produção, que formam as opiniões e fazem a cabeça dos indivíduos sociais.

Também não podemos esquecer que são o braço direito da dominação racional-legal exercida pelo Estado, sendo, dentre seus aparelhos ideológicos, conforme Althusser (s/d), um dos essenciais, com exceção da instituição escolar-educacional, que é o aparelho ideológico de Estado por excelência, isto porque obriga a todos os cidadãos em idade escolar a frequentá-la, pois é nesse espaço-social que serão inculcados os princípios viabilizadores da dominação racional-legal: a razão, “o respeito pela ciência, pelos ideais e sentimentos que estão na base da moral democrática” (DURKHEIM, s/d, p. 62).

É assim que a sociabilidade de mercado normatiza sua regulação. As normas, regras e valores socioculturais traduzem as exigências e necessidades impostas ao funcionamento e reprodução das relações mercantis. As novidades em relação às ações empresariais e aos procedimentos e processos das grandes corporações encontram ressonância nas renovadas modificações dos consumidores, em especial dos pobres, que bem administrados, conforme Mészáros, conferem à sociedade um duplo benefício: “trabalhando e consumindo. [...] Pois é do interesse das nações ricas que a maior parte dos pobres quase nunca estejam ociosos, mas gastem continuamente o que ganham” (MÉSZÁROS, 1996, p. 52), dado que o processo produtivo engloba a relação de interdependência entre produção-consumo-distribuição-circulação, como elucida Teixeira (1995).

Do mesmo modo como Weber (1985) evidenciou que a ética protestante respondia a necessidade de justificação da produção do mais-valor, assim também a

responsabilidade social é uma ação que procura mitigar a imagem das empresas e corporações como externalizadoras de custos, criando outra, de consciente, responsável e comprometida com o social e os ecossistemas.<sup>4</sup>

Não é outra a razão das inovações na gestão – gestão de pessoas ao invés de recursos humanos, por exemplo, como elucida Moura (2004), uma mudança conceitual que causa sensíveis modificações atitudinais-comportamentais por sentir-se reconhecido, valorizado enquanto gente, pessoa –, nos métodos e processos da organização do trabalho e da produção. A responsabilidade social corporativa é parte desse processo. Segundo o discurso oficial, mera prática discursiva que compõe a tática das estratégias montada pelo *marketing* social, a responsabilidade social corporativa compreende:

uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (INSTITUTO ETHOS, 2002).

Assumir uma postura destoante desse canto de cisne parece despropositada e mesmo irracional. No entanto, quando conseguimos ir além do senso comum formado pelos que controlam a cabeça desse heterogêneo meio social, transcendendo a explicação e ascendendo à compreensão da totalidade das relações sociais e de produção que configuram os comportamentos, as ações, os pensamentos, as sensações e sentimentos contraditórios, processuais, conflituosos, dialéticos da sociabilidade humana, constatamos que o comportamento desviante do legitimado socialmente, reporta a um posicionamento e leitura de mundo feita criticamente, embasada filosófica-cientificamente e contextualizada histórica, econômica, política, psicológica e antropologicamente.

É assim que ousamos desmontar o padrão sociocultural aceito e legitimado socialmente. Como afirma a Dr.<sup>a</sup> Elaine Bernard, diretora executiva do programa sobre sindicato da Universidade de Harvard, no documentário *The Corporation*:

Responsabilidade social não é uma mudança profunda porque é uma tática voluntária. Uma tática, uma reação a um certo mercado, a essa altura. Se a corporação interpretar o mercado de outro modo, ela mudará. Num dia é Bambi; no outro, Godzilla.

Milton Friedman, uma referência na área econômica, também complementa a análise sobre o assunto na sequência do documentário, dizendo o seguinte:

Como se define socialmente responsável? Não é função da corporação decidir o que é socialmente responsável. Não é especialidade dela, não é o que os acionistas pedem a ela. Elas estão ultrapassando um limite, e isso não é democrático.

Num outro momento do documentário, Friedman assevera, a respeito da mesma problemática:

Um prédio pode ter opiniões morais? Ter responsabilidade social? Se ele não pode, o que significa dizer que uma corporação pode? Uma corporação é simplesmente uma estrutura legal artificial, mas seus membros, os acionistas, os executivos, os funcionários, todos eles têm responsabilidades morais.

Para fechar essa sequência de falas selecionadas e sistematizadas por nós acerca do documentário *The Corporation*, contextualizando e reiterando as reflexões que aqui desdobramos sobre a temática em questão, transcrevemos o comentário de Noam Chomsky, consecutiva a de Friedman, exposta acima:

É correto assumir que todo ser humano, de carne e osso, não corporações, mas todo ser humano, é uma pessoa moral. Temos os mesmos genes, somos mais ou menos iguais, mas nossa natureza, a dos humanos, permite todos os tipos de comportamentos. Todos, sob algumas circunstâncias, poderiam ser um assassino condenado à morte ou um santo. (...) Ao olhar uma corporação, como ao olhar um dono de escravos, você quer diferenciar a instituição do indivíduo. Escravidão e outras formas de tiranias são monstruosas, mas os participantes delas podem ser pessoas muito boas. Benevolentes, cordiais, carinhosas com os filhos, até com os escravos, importando-se com as pessoas. Como indivíduos, podem ser qualquer coisa. Em seu papel institucional, são monstros porque a instituição é monstruosa. O mesmo é verdade aqui.

O que todas essas falas demonstram ao se contraporem e complementarem dialeticamente, representando a lógica contraditória do metabolismo sistêmico do capital e da sociabilidade capitalista? Denotam a operacionalidade e funcionalidade da lógica de mercado, da subsunção dos valores de uso aos valores de troca, de como as corporações necessitam maquiagem seus verdadeiros interesses e intenções para garantir

a reprodução do mais-valor, pois elas, enquanto instituições, são coisas, não têm sentimentos, nem preocupações relacionadas ao bem comum, a res-pública, visando, tão somente, conforme explicita Napoleoni (1981), garantir as condições para a ampliação exponencial da mais-valia absoluta e relativa. A diferença é que os meios para atingir o fim supremo – a valorização do valor – foram recobertos por envoltórios de consciência ambiental, trabalhista, social, atendendo as novas exigências do consumo eticamente correto.

Aqueles que personificam os interesses e necessidades do capital e de seus órgãos tornam-se agentes do sistema, da Matrix, que é a sociabilidade capitalista, defendem-no e protegem-no de todas as ameaças e riscos, alimentando as ilusões ideoculturais por ele produzidas a todo e qualquer custo, fazendo com que os indivíduos sociais acreditem ser as sombras a realidade, manipulando-os sutilmente para a manutenção de seus propósitos. Essas *personas*, enquanto personificação do capital, são a-morais e anti-éticas, porque atuam não como pessoas, mas sim como instrumentais de um instrumento que as possui e usufrui a seu bel prazer.

A dita RSE, trata-se, outrossim, dentro desse contexto, de uma nova prática exigida pelas mudanças do mercado consumidor, aliviando o sentimento de culpa dos consumidores com consciência ecológica, com consciência social (contra o trabalho infantil, contra o trabalho escravo, contra a inanição e miséria etc.) e demais consciências produzidas através do marketing social.

Portanto, acreditamos que a primeira e imprescindível atividade para desmascarar e desmontar essa prática discursiva das novas exigências éticas do consumo mercantil, é buscar compreender os arranjos e rearranjos das relações de força e poder entre as classes sociais para a garantia da continuidade da hegemonia de uma delas e do modo de vida que personificam, protegem e defendem. Compreendendo, passamos ao segundo momento, que é propagar essa compreensão, esse conhecimento para o social, utilizando dos meios alternativos contra-hegemônicos a fim de que instrumentalizemos os grupos e indivíduos sociais com o conhecimento filosófico-científico essencial e fundamental para a luta por sua emancipação.

## **DAS SOMBRAS À REALIDADE: PARA ALÉM DA PSEUDOCONCRETICIDADE**

Como já asseverava Weber (1985), o mundo moderno é marcado pelo processo de racionalização. Toda ação social é uma ação social racional, isto é, os indivíduos sociais ao agirem levam em consideração os outros e, acima de tudo, as formas de ação socialmente aceitas e legitimadas, de modo que as expectativas sejam atendidas para a mais precisa adequação entre meios e fins, pois que o sentido da vida, na sociabilidade capitalista, é o cálculo, daí a regulamentação das ações e interações sociais pelo direito racional-legal, tipo de dominação por excelência do sistema metabólico do capital, regulamentada pela burocratização do social.

Num mundo assim, extremamente calculista, individualista, hedonista e imediatista, pautado nos interesses egoísticos dos valores de troca, a única coisa que importa é ter, mantendo as aparências, dado que a lógica imperante delas se nutre. Cada vez mais, os indivíduos sociais tornam-se superficiais, suas relações, artificiais e artificializadas, e assim prosseguem, cativos, no entanto, dóceis, obedientes, subservientes e mesmo pró-ativos em tornar suas prisões confortáveis, dando sugestões para aprimorar as maneiras de controle do trabalho pelo capital, complementando e consubstancializando o processo de subsunção real daquele por esse.

Entretanto, as táticas do capital – e da sociabilidade fetichizada do mercado –, sempre renovadas, são tão sedutoras, tão envolventes, que a entrega se dá de coração, mente, corpo e mesmo alma. É assim que conseguimos compreender as novas práticas organizacionais das corporações para garantir a efetiva subsunção do trabalho pelo capital, de modo que aquele não imponha resistências, mas se integre aos novos processos e procedimentos da produção e do trabalho de bom grado, como partícipe e colaborador, dando mesmo sugestões de como devem ser implementadas as renovações na base técnico material da produção flexibilizada.

A análise crítico-reflexiva das razões da passagem do fordismo-taylorismo para a produção e processos toyotizados, auxilia-nos a compreender como alguns dos efeitos colaterais da produção standartizada e da organização racional científica

taylorizada dos processos da produção e do trabalho foram rearranjados pela incorporação das práticas toyotistas, como exposto por Giovanni Alves (2001).

É dentro desse contexto que também se insere a dita responsabilidade social corporativa, assentada em três pilares fundamentais, quais sejam: a) a ética empresarial, b) a preservação dos recursos naturais e c) o respeito aos trabalhadores. A crise do bem-estar social; a necessidade da reestruturação produtiva do capital para garantir fôlego à reprodução exponencial do mais-valor; a implantação da política-econômica neoliberal, criando e preparando a infraestrutura desse rearranjo estrutural global do capital e do seu sistema metabólico, são partes dos fatores que explicam e justificam as novas e renovadas práticas organizacionais e as mudanças em sua cultura.

Iniciaremos através da exposição do contexto que justifica esse aparente respeito aos trabalhadores. Um dos vários problemas causados pela organização da produção e trabalho fordista-taylorista decorre do fato de que o ser humano era comparado a uma máquina, racionalmente calculado como *razão e mão*, lubrificadas pelo incentivo econômico, garantidor da produtividade e do ritmo acelerado da produção.

Porém, o grande e grave problema, um dos vários que envolve os efeitos colaterais do fordismo-taylorismo, estava na questão de que os trabalhadores eram indiferentes ao seu trabalho, não se envolviam com o que faziam devido à parcelarização, à rotina maçante, massacrante e massificante, sendo que enquanto as mãos faziam sempre os mesmos movimentos sem requerer mais desse indivíduo do que mera mecanicidade, repetição, numa igualdade de tempos e movimentos decorados e viciados, a cabeça estava liberta para outras incursões, fazendo com que pensassem sobre sua própria condição de vida e trabalho, como foi apontado por Gramsci (1978), gerando, ao contrário do esperado, uma certa politização dos trabalhadores, resultando em sua efetiva organização e mobilização, tensionando as relações de força e poder entre capital e trabalho.

Como frear e reduzir à insignificância a resistência dos trabalhadores à exploração de sua força de trabalho, deixando de ser uma ameaça ao sistema? A concorrência intercapitalista, que exige a renovação constante das forças produtivas,



revolucionando a base técnico-científica e material da produção, proporciona os contributos da nova fase capitalista, beneficiando o controle do trabalho pelo capital ao absorver o trabalhador não apenas racional, mas também, e acima de tudo, valorativa, sentimental e afetivamente. Reconhecimento, comunicação, pró-atividade, equipes, metas... mecanismos exigidos pela base técnico-material da produção e pelas experiências dos embates travados nas relações de poder e força entre capital e trabalho, arranjando-as e rearranjando-as conforme a maior ou menor organização e mobilização de uma ou outra classe.

Fica evidenciado, assim, que o respeito ao trabalhador é mera falácia, o que se pretende, de fato, é criar meios para garantir seu envolvimento global à produção e aos processos de trabalho, eliminando toda e qualquer forma de resistência. O desemprego estrutural é um fator tático importantíssimo para esse aparente controle quase que absoluto do trabalho pelo capital.

O que dizer então da ética empresarial?! Sabemos que, dentro da lógica capitalista, a única ética é a ética de mercado, portanto, uma antiética, já que nas relações mercantis os homens são coisas e suas relações coisificadas e coisas não têm sentimentos, não valoram, apenas produzem mais valor. Os indivíduos sociais são suporte para a atividade realizada pelas coisas, daí o fetiche da mercadoria. A ética de mercado é estabelecida mediante uma necessidade imposta pela ética do consumo que, por sua vez, é estabelecida pela ética antiética da produção capitalista.

Atualmente, o que mais ouvimos falar é sobre ética no trabalho, ética e educação, ética empresarial, sendo a ética aplicada a todos os saberes e fazeres humanos. Qual a razão, ou razões, desse *boom* da e sobre a ética? Talvez, uma delas possa ser identificada através da lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que ao elevar o individualismo, o egoísmo, o hedonismo, a competitividade e concorrência para além dos limites racionalmente aceitáveis coloca em xeque a própria condição de reprodução da vida societal.

O capital e o sistema capitalista movimentam-se por contradição, de modo que é necessário pensar não a contradição, mas sim por contradição. Nesse caso, deveríamos nos questionar: qual ética pode haver numa produção que se funda e se retroalimenta de uma destruição contínua, planejada para o imediatismo do

consumismo inseqüente que dissipa as potencialidades da humanidade acumuladas no decurso da história? Não é por outra razão que Mézáros (1996) afirma que a produção, dentro da formação econômico-social capitalista, é uma produção destrutiva. Assim, desmonta-se o discurso falacioso do dito desenvolvimento sustentável.

É necessário decifrar o enigma da esfinge para não ser devorado por ela. Novos conceitos? Novas práticas? Novos processos? Novos procedimentos? Qual a novidade, afinal? Nada de novo; na verdade, renovadas maneiras de explorar o trabalhador, sua força de trabalho e extrair mais e mais valor.

### **A PRÁTICA DISCURSIVA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO JOGADA DE MESTRE E FÔLEGO DO CAPITAL – A DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO**

A filantropia empresarial é parte das ações que compõem a atuação da responsabilidade social corporativa. Podemos entender a tática da responsabilidade social como estratégia de proteção contra a precariedade crescente e avassaladora das condições de vida e trabalho do todo social, agravadas e aprofundadas pela política-econômica neoliberal.

Dentre as análises sociológicas, comungamos com aquelas que relacionam as mudanças de questão do e intervenção no social ao aumento massivo dos desempregados, expurgados da esfera produtiva. O discurso anteriormente utilizado de incapacidade pessoal e desajuste não se sustenta frente às alterações do mercado e mundo do trabalho. Esses espúrios são uma ameaça expressiva para a ordem social. Assim, esse cenário propicia a efervescência à filantropia empresarial antes que a situação fique fora de controle.

Filantropia, assistência ou caridade trabalham com a noção de benefício, de modo genérico, quando, na realidade, trata-se dos direitos à vida e ninguém tem que agradecer ou ficar devendo favores a quem quer que seja – Estado, empresas, instituições sem fins lucrativos – por isso. Porém, há instituições e empresas que usam e abusam do conceito de cidadania, enfatizando os direitos civis, mas secundarizando os políticos e econômico-culturais, deixando de lado, propositalmente, que a efetivação dos direitos à vida depende de condicionantes de ordem política e econômica. Como

elucidam Moraes (2000), Wanderley (2000) e Rosemberg (2000), no âmbito dos supostos direitos sociais concorrem agentes que não têm o mandato para assegurar tais direitos.

O Estado é visto como ineficiente e incapaz de gerir a coisa pública e atingir os resultados e eficiência tão esperados. A sociedade civil é bem intencionada, tem boa vontade, mas falta a competência e os recursos. A solução é atribuir a execução desse *script*, desse papel, ao ator empresário/empresa/empreendedor social, ou seja, aquele que tem competência técnica para gerir problemas. Com base na concepção de cidadania, reclamam a denominação de instituições privadas com interesses públicos. As ONG's, na década de 80, também acabaram desempenhando importante papel para evitar a explosão política-social, atuando como descompressoras altamente produtivas. A década de 80 assistiu ao processo de mobilização e organização política-social da sociedade civil, fazendo pressão para a reorientação das políticas sociais, públicas, estatais.

Contudo, a diversificação de atividades e crescente aumento do número de ONG's e a falta de uma legislação específica acabaram desvirtuando muito da proposta e trabalho original. Hoje as ONG's trabalham em sistema de parceria com instituições, municípios e estados, até como forma de dar continuidade a suas atividades, essenciais a um público em expansão geométrica, o que coloca em pauta o questionamento do seu potencial como partícipe da gestão/execução de políticas públicas, embora aponte o perigo da desresponsabilização do Estado como garantidor dessas mesmas políticas.

A filantropia empresarial é entendida pelos seus integrantes como uma das organizações do chamado terceiro setor. Os setores da economia, muito conhecidos por nós, porque estudados no ensino fundamental I e II e ensino médio, são: a) primário, b) secundário e c) terciário. Mas, quais seriam os setores do social? Conforme os estudiosos, o primeiro seria o Estado, o segundo as Empresas e o terceiro as ONG's e instituições sem fins lucrativos, ou seja, entenda-se privado com fins públicos, portadoras de virtudes alheias ao Estado e ao mercado.

Essas instituições, organizações, empresas filantrópicas podem e fazem um sistema de parceria, mas o interessante é que ele se efetua sob a lógica de mercado e

não do social, isto porque não há necessariamente uma construção comum de proposta ou projetos sobre o social, de modo que cada qual tira as vantagens e benefícios próprios da parceria.

Sobre a atuação das empresas com responsabilidade social, é interessante ressaltar um dos seus objetivos, que é complementar a ação do Estado (ineficaz, ineficiente, mau-gestor e mau-empresendedor), e o mais fundamental: numa relação de parceria e controle direto dos programas sociais, controle e influência que os grupos interessados/assistidos não têm. O Estado deixa de ser o promotor das políticas públicas e vira agente.

Vemos aqui um hibridismo entre o mundo do mercado e o mundo da política, como afirma Moraes (2000), com a transposição dos métodos que orientam o mercado para o âmbito social: relação otimizada entre investimento e resultado. É aqui que entra a gestão pública tecnocrática, visando potencializar a eficiência do e no campo social, que é tratado como fórmula matemática, tecnicamente, com um fluxo previsível de ações controladas, como se o SOCIAL fosse um objeto – ou organismo, como entendem e tratam os funcionalistas – de intervenção rígido, isolado ou neutralizável.

## **UM NOVO PARADIGMA PARA FAZER FRENTE ÀS NECESSIDADES DAS RELAÇÕES MERCANTIS**

A atuação das empresas dentro do paradigma da responsabilidade social traz um leque de questões a serem consideradas. Pontuemos algumas delas, as que, segundo nosso entendimento, são mais relevantes a nossa discussão.

Iniciemos pela incompatibilidade entre negócio e altruísmo. Decidir o que é de interesse público é tarefa das empresas, do mercado ou do Estado? Na verdade, essa é uma tarefa da política, e não do mercado. Não cabe à empresa identificar o que constitui interesse social, definir prioridades e resolver qual o montante de recursos a ser aplicado nesse ou naquele setor, considerando, sobretudo, que suas ações são orientadas pela lógica da otimização e do interesse econômico.

A campanha pela responsabilidade social também pode ser entendida como marketing empresarial, procurando atenuar a visão do mercado como o mundo do auto-

interesse, funcionando como um mascaramento necessário à exigência do próprio mercado, uma vez que os consumidores tornam-se mais exigentes em relação às suas necessidades e produtos consumidos, segundo a teoria da hierarquia das necessidades, de Maslow. Aliada a ela, temos a teoria de Fred Hirsch, que afirma que os indivíduos se diferenciam socialmente através da produção de necessidades num sistema em que “mais riqueza do tipo alcançável por todos significa, paradoxalmente, maior disputa pelo tipo de riqueza só alcançável por alguns” (GARCIA, 2004, p. 47).

É assim que o marketing empresarial ganha fôlego e se propaga como epidemia através do marketing social. As marcas são fortalecidas não pelos produtos, mas por meio de valores a elas agregados, que lhes confere certa reputação, pois os consumidores ao adquirirem a marca se apropriam – ou melhor, têm a impressão de se apropriar e adquirir – os atributos da marca, é a idéia de bens posicionais, de Hirsch, o produto, ou melhor, a reputação do produto é a sua imagem e reputação reflexiva<sup>5</sup>

Há uma gama de interesses que se mesclam e imiscuem obliterando uma visão mais totalizadora das mediações e conexões entre as relações sociais e de produção produtoras dessa nova configuração do real. Não podemos negar que essas parcerias, apesar dos vieses e enviesamentos, acabam contribuindo para captar recursos para a realização dos projetos sociais. Mas como podemos acompanhar a aplicação desses recursos e influenciar no seu controle e processo decisório?

Para a segunda questão, não há resposta, mas para a primeira há uma tentativa, implementada pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), organização não-governamental fundado por Betinho, que inaugurou a campanha para a produção do balanço social pelas empresas, cujo critério norteador é a transparência e controle social para – **e não pelo** – social. O Instituto procurou instrumentalizar as empresas para isso, entregando-lhes um formulário e incentivando – tornando vantajosa a participação, pois as empresas operam sob o social através da lógica empresarial – a aderência à campanha pela entrega de um *selo* que funcionou como uma espécie de distintivo (marketing social) para caracterizar o empenho e a responsabilidade social empresarial.

Apesar da intenção e iniciativa da organização não-governamental de Betinho, é preciso lembrar que o processo de prestação de contas de uma empresa

privada não se dá a partir dos mesmos mecanismos de participação de uma empresa que movimenta recursos públicos.

É interessante observar que as empresas fazem a filantropia, atuam com responsabilidade social caso isso reverta em vantagem, funcionando como o sistema de mercado: por interesse privado na troca, que aparece e aparenta reverter para o bem público, ao menos no caso em questão. O privado com fins públicos acaba contribuindo para o *upgrade* da imagem da empresa, para a fidelidade dos consumidores em relação aos seus produtos e uma maior margem de lucros.

Não é por outra razão que a campanha pela responsabilidade social das empresas no Brasil, em meados da década de 80, mais precisamente 1982, é coroada com premiações. Dentre elas está o prêmio ECO3, patrocinado e criado pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo, a segunda maior do mundo. As Câmaras Americanas de Comércio representam uma forma de associação empresarial com o objetivo de estreitar relações políticas e econômicas entre os Estados Unidos e os demais países.

“O ECO é um tipo peculiar de competição em que simplesmente a participação no processo é vantajosa, já que permite que as empresas divulguem seus programas e, conseqüentemente, sua marca” (GARCIA, 2004, p. 35). Nessas premiações o processo avaliativo pauta-se no sistema de classificação de qualidade adotado pela empresa, ou seja, as ações sociais e o social é enrijecido pela formatação dos métodos, técnicas e processos organizacionais de eficiência e eficácia, medidas em termos estatísticos e numéricos das vantagens e resultados obtidos segundo critérios da gestão empresarial para o interesse social/público, e o público, o social não têm nenhum poder de interferência, decisão e controle sobre os resultados obtidos, resultados que nem sempre atendem as verdadeiras necessidades desse social.

Como exemplo, poderíamos utilizar a cena do filme *Quanto Vale ou é Por Quilo?* onde uma empresa sem fins lucrativos compra computadores e doa a uma comunidade carente para inseri-la na era digital e da internet, mas os computadores estão sucateados, não são novos e foram super-faturados, garantindo um negócio vantajoso com o social para o privado com fins públicos.

O ECO foi uma tática que deu muito certo, dando corpo à idéia e prática da cidadania empresarial, constituindo o terceiro setor das empresas com responsabilidade social, tornando públicas as iniciativas em curso, angariando recursos do Estado – publicização do privado –, criando uma fábrica de ações sociais, formatando as exigências para um processo de competição, associando a competência do mercado ao engajamento político da sociedade civil.

Mas será que existe nesse meio empresarial grupos de fato que acreditam ser possível humanizar o mercado e o capitalismo, retomando, de forma recontextualizada, as utopias humanistas dos socialistas crítico-utópicos e mesmo da ala progressista da Igreja Católica?

Segundo consta, o pensamento crítico das bases empresariais estaria representado na formação de um grupo que se constituiu em 1987 em oposição à FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), denominado PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais). Havia insatisfação política em relação à FIESP como representante da classe.

O PNBE assumiu postura extremamente ativa na economia, que se traduziu não somente no acompanhamento crítico das medidas que o governo implementava, mas também na apresentação de propostas construídas a partir de estudos feitos em outros países que encontraram saídas bem sucedidas para períodos de crise econômica. Além dessa participação como ator econômico interessado, o PNBE institucionalizou a idéia do engajamento cívico no meio empresarial. Os mundos da produção e da política se fundiram num discurso que se pretendia novo e progressista. Uma das manifestações dessa síntese foi a POLITIZAÇÃO de temas de interesse social, definidos como pauta prioritária da atenção empresarial (GARCIA, 2004, p. 38).

Parece que o empresariado procurou reverter o quadro da década de 80, caracterizada pelo segmento dos proprietários dos bens e meios de produção como década perdida, perdida porque foi o momento da conquista dos espaços sociais pelos movimentos sociais organizados pelo seu processo de politização e conscientização social. Os empresários teriam de reaver o público para os interesses privados, privatizando o público a partir do momento que passam a patrocinar as ações sociais e controlar os recursos e programas fazendo a administração gerencial do público, cabendo ao Estado apenas gerenciar e não promover as políticas sociais, públicas, estatais.

Os iniciadores desse combate ao Estado de Bem-Estar foram os norte-americanos, que em 1953, sob influência do livro de Howard Bowen – *Responsibilities of the Businessman*, incitaram as empresas à filantropia empresarial e à responsabilidade social, trazendo para a ação social referências de eficácia e eficiência não reconhecidas pela histórica atuação do Estado como o articulador oficial dessa esfera.

Além do PNBE, outro grupo que teve grande influência para a difusão da responsabilidade social das empresas é o GIFE (Grupo de Institutos, Federações e Empresas), consolidado em 1995, associando e agregando organizações empresariais que se destacaram por razões de natureza ética.

Iniciativas até então isoladas, sem parâmetros comparativos e sem estratégias eficazes de divulgação de resultados sofreram mudanças com a criação de uma entidade representativa, cujo propósito era aperfeiçoar e difundir os conceitos e práticas relacionados à responsabilidade social das empresas. A partir da constituição do GIFE, houve maior incremento das iniciativas empresariais no âmbito social, assim como uma certa influência no formato e gestão dos programas sociais.<sup>6</sup> Sem dúvida, para o que antes se caracterizava como um movimento, o GIFE representou um nível de maior institucionalização e qualificação. Ser associado a esse grupo passou a representar uma condição mais bem definida no campo da responsabilidade corporativa. (GARCIA, 2004, p. 39)

Não menos importante, talvez de importância crucial, é o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1999, responsável pelas atividades de natureza mobilizatória, portanto, pela propaganda e divulgação das idéias e ações sociais, tanto para o campo empresarial quanto para os leigos, leitores e espectadores dos veículos de propaganda.

Procura fundir a política ao mercado, apresentando o empresário como um ator político responsável e seus agentes promotores são recrutados não mais na área das ciências humanas e sim no âmbito da administração, comunicação social e marketing, cujo princípio e fim é a gestão de resultados, caracterizada pela preocupação com o retorno do investimento, pela utilização de padrões de planejamento e avaliação próprios do mundo empresarial e, finalmente, pelo *marketing* das ações e de seu desempenho.



Vemos, portanto, que o social não é só um negócio, mas um negócio dos melhores, negociado e negociável por todos os setores do social, pois até o Estado aproveita para fazer a terceirização dos serviços, onde o social se torna sócio e detêm as ações majoritárias, não dos lucros, mas dos dividendos, porque sua função, quase que exclusiva, é pagar as contas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modo de vida capitalista, pautado na coisificação das relações humanas, então desumanizadas e reificadas, aperfeiçoa cada vez mais suas formas de controle sobre o social a fim de garantir a hegemonia e poder do capital, fortalecida pela produção de renovados conceitos, renovados valores, revestidos de falsa ética e falsa moral.

A cada nova crise, o capital procura se reestruturar como forma de tomar fôlego para dar continuidade a seu processo fagocitoso de produção destrutiva, e na correlação de forças dos embates entre ele e seu contrário – que dialeticamente o nutre e mantém, reproduzindo-o –, o trabalho, vai adquirindo novos aliados, novos agentes, num sistema de alianças, parcerias e colaborações que faz de seus parceiros suas novas personas.

Assim acontece com os Estados Nacionais, cuja aparente imagem de insuficiência, incompetência, ineficiência, incapacidade de gerir a coisa pública possibilita, porque justifica e convence, a transferência do público para o privado, permitindo que o privado se aproprie, indevidamente, do capital social arrecadado pela coisa pública e o utilize para interesses exclusivamente capitalistas.

Enganam-se aqueles que acreditam no mito do Estado mínimo, desmistificado e posto a nu por Perry Anderson (1995), em seu artigo Balanço do Neoliberalismo. A atuação do Estado é mínima em relação aos gastos públicos-sociais e máxima em subsidiar e garantir a infraestrutura para as renovações e reestruturações financeiras, políticas, econômicas e ideoculturais da produção e mercado capitalista.

Portanto, a nossa primeira e principal tarefa, ainda não consumada, é desvelar e denunciar os renovados métodos e processos criados pelas personas que

representam e encarnam os interesses e necessidades do capital para ludibriar as mentes, os corpos e os sentimentos dos trabalhadores, subsumindo o mundo do trabalho ao capital, pois é preciso romper com a alienação que alimenta a despolitização e subserviência dos trabalhadores, fortalecendo as formas de luta e resistência do mundo do trabalho, munindo-o e instrumentalizando-o com a tomada de consciência da conjuntura e situação histórico-produtiva que vive, a fim de que possa pensar em formas de mobilização e organização verdadeiramente eficazes e efetivas para a retomada do controle do social pelo e para o social.

Finalizando, resgatamos Gramsci (2004), pois acreditamos que suas ponderações acerca das condições para a emancipação dos trabalhadores e do mundo do trabalho ainda ecoam com atualidade e força incontestáveis. A emancipação dos trabalhadores pode encontrar sua força germinal através do *trabalho como princípio educativo*, pela apropriação por estes da contextualização histórico-social do significado humano e humanizador potencializado pelas forças produtivas materializadas nos instrumentos de trabalho, no conhecimento científico-tecnológico desenvolvido pela humanidade – daí a importância da apropriação, pelos trabalhadores, dos conteúdos socioculturais (conhecimento científico) – que tem a virtualidade de libertar o homem de toda forma de alienação, opressão e exploração.

## REFERÊNCIAS

**1,99 Um supermercado que vende palavras.** Direção e roteiro: Marcelo Masagão. Brasil: Califórnia filmes, 2003. 1 DVD (72 min.): DVD, Ntsc, son., color.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** Lisboa, Editorial Presença, s/d.

ALVES, Giovanni. “Toyotismo como Ideologia Orgânica da Produção Capitalista”. In: **Dimensões da Globalização – O capital e suas contradições.** Londrina: Praxis, 2001.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Boitempo: São Paulo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Lisboa: Edições 70, s/d.

GARCIA, Joana. **O Negócio do Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GRAMSCI, Antonio. "Americanismo e fordismo". In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

INSTITUTO ETHOS. Indicadores Ethos 2011. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

KOSIC, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LUKÁCS, George. **As Teses de Blum** (Extrato) – A Ditadura Democrática.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. 2. ed. Rev. e ampliada. São Paulo: Ensaio, 1996. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato; v. 5).

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. As Incomparáveis virtudes do mercado – políticas sociais e padrões de atuação do Estado nos marcos do Neoliberalismo. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. (Orgs) **O Cenário Educacional Latino-Americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea)

MOURA, Gustavo Alberto. “Sujeito ou Recurso Humano: Qual o lugar do trabalhador no processo e produção capitalista?” In: ARRAES NETO, Eneas (et.al.). **Mundo do Trabalho** – Debates Contemporâneos. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

NAPOLEONI, Cláudio. **Lições sobre o capítulo VI (Inédito) de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004.  
**Quanto vale ou é por quilo?** Dirigido por Sérgio Bianchi. Brasil: RioFilmes, 2005. 1 DVD (104 min.): DVD, Ntsc, son., color.

ROSEMBERG, Fúlvia. Uma introdução ao estudo das organizações multilaterais no campo educacional. In, KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. (Orgs) **O Cenário Educacional Latino-Americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea)

SALMON; Anne; CATTANI, Antonio David. Responsabilidade social empresarial. In: CATTANI, A. D. *et al.*(Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx** – Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

**THE CORPORATION**. Dirigido por Mark Achbar e Jennifer Abbott. Canadá: Zeitgeist films, 2003. 1 DVD (145 min.): DVD, Ntsc, son., color. Legendado. Port.

TONET, Ivo. “Marx e a política: Prefácio ao Glosas críticas... de Marx”. In: **Praxis**. nº 5. Belo Horizonte: Outubro-Dezembro, 1995.

WANDERLEY, Luis Eduardo. Espaço Público e Educação. In, KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. (Orgs) **O Cenário Educacional Latino-Americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

---

<sup>1</sup> E-mail: iaeldeo@gmail.com. Mestre em Ciências Sociais. Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí. Departamento de Educação.

<sup>2</sup> E-mail: rra2@cin.ufpe.br. Doutorando em Ciência da Computação. Pesquisador da UFPE.

<sup>3</sup> E-mail: cleverson.nobrega@gmail.com. Mestre em Administração. Professor Assistente da Universidade Federal do Piauí. Departamento de Administração.

<sup>4</sup> Ver o documentário The Corporation.

<sup>5</sup> Nessa direção, são interessantes dois documentários: *THE CORPORATION* e *1,99 – Um Supermercado que Vende Palavras*.

<sup>6</sup> Ver o filme Quanto Vale ou é Por Quilo? Cena em que se ensina como confeccionar os projetos sociais de modo que sejam aprovados e garantam a captação de recursos – privado (venda de produtos e serviços) e público (fundo social).

RECEBIDO EM: 05.06.2012  
APROVADO EM: 29.06.2012

## UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE EM MARX ATRAVÉS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE 1859.

## A STUDY ON THE CONCEPT OF HISTORY AND PRESENT TIME BY MARX IN THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY, 1859.

Jean Paulo Pereira De Menezes<sup>1</sup>

### RESUMO

Esta comunicação está relacionada diretamente com o desenvolvimento de uma investigação em andamento pela Unesp de Marília a cerca do conceito de História e tempo presente na publicação de Karl Marx de 1859 intitulada *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. O objeto apresentado a seguir trata-se de um estudo teórico, classificado como bibliográfico-documental, localizado em meados do século XIX que busca o desenvolvimento de um estudo sobre o conceito de História e tempo presente em Marx, cronologicamente distante das formulações postuladas nos anos 1970 pelo Institut d'histoire du temps présent na França.

**Palavras-chave:** História – Marx – Economia – Tempo presente

### ABSTRACT

This article is directly related to the development of an ongoing investigation by Unesp Marilia about the concept of history and present time in the publication of Karl Marx, 1859 entitled *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. The object shown below it is a theoretical study, classified as bibliographic, documental, located in the middle of the nineteenth century that seeks to develop a study on the concept of history and present time in Marx, chronologically distant from the postulated formulations years 1970 by the Institut d'histoire du temps présent in France.

**Keywords:** History – Marx – Economy – Present time

### INTRODUÇÃO

A proposta de intervenção textual que apresento aqui está relacionada diretamente o conceito de História e tempo presente na publicação de Karl Marx de 1859 intitulada *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (Para Crítica da Economia Política). O objeto apresentado a seguir não pretende se ocupar de um estudo situado no tempo presente, tão pouco de entender Marx como historiador, menos ainda, um historiador do tempo presente. Trata-se de um estudo teórico, classificado como bibliográfico-documental, localizado em meados do século XIX. Entretanto,

torna-se imprescindível levar em consideração o conceito de história do tempo presente desenvolvido durante o século XX para que se possa inferir sobre o objeto da tese, que por sua vez, é produtor de um conceito de História e tempo presente, muito antes de todas as formulações teórico-metodológicas institucionalizadas no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), através do *Institut d'histoire du temps présent* (IHTP).

O estudo sobre Marx em termos temáticos é bastante vasto, entretanto, postulo que ainda há muito que se explorar da perspectiva teórica e metodológica esboçada por Marx em sua trajetória intelectual, ou ainda, uma chave para entender o tecido social.

## **SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**

Sobre a história do tempo presente e a produção historiográfica desta perspectiva, a França apresenta uma das maiores referências. Em 1978, foi fundado o *Institut d'histoire du temps présent* (IHTP), efetivamente inaugurado em 1980 sob a direção de Francis Bédarida, estendendo-se até o início de 1990. A historicidade deste instituto é intimamente relacionada aos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e o surgimento de uma nova perspectiva historiográfica: o tempo presente diante da historiografia contemporânea.

Philippe Tétart, em uma edição propedêutica, intitulada “Pequena História dos Historiadores” (*Petite Histoire des Historiens*), publicada no Brasil pela EDUSC – Bauru – SP, nos apresenta uma síntese das perspectivas teórico metodológicas, e, sobre a história do tempo presente é enfático: “A história do tempo presente não é nova. Tucídides foi um historiador do vivido, e muitos outros o seguiram” (TÉTART, 2000: 133). E poderíamos acrescentar August Comte, Hegel, Ranke e Marx que também o foram.

## **FILOSOFIAS DA HISTÓRIA E AS GRANDES NARRATIVAS NO SÉCULO XIX**

Comte se preocupou com um tipo de História Universal ao propor seu “Curso de Filosofia Positiva” (*Cours de Philosophie Positive*). Com a lei dos três “estágios”, pretende dar explicação e sentido ao processo histórico até o seu tempo

presente. E certamente o faz. Uma teoria da história ganha expressão com Comte e, como pode se verificado é de grande importância para a sua própria superação diante de outras teorias da história. Comte está vinculado a uma visão ortodoxa da construção do conhecimento, calcando em sua teoria da história um devir evolutivo no sentido de contemplar o seu presente histórico. Possui também o caráter nacional, assim como quase todos os autores citados. A França de Comte é o modelo exemplar de estado positivo. A razão e os valores universais a partir da França deveriam ser tomados como o emblemático da civilização.

Comte possui um caráter político que expressa os interesses de uma classe socioeconômica ilustrada e que será exportada para outros países, como a “Alemanha” e mesmo posteriormente, o Brasil.

Da Prússia, Hegel está a vislumbrar todo esse processo, e provavelmente foi o primeiro pensador a captar o desenrolar da história em seu tempo presente, sobretudo sobre as revoluções burguesas na Europa Ocidental – com um novo patamar da história universal. Hegel, semelhante à Comte, também apresenta sua teoria da História. E o faz no mesmo estilo das grandes análises da História Universal, entretanto, o faz reabilitando a dialética para o seu tempo presente.

Para Hegel a Prússia teria atingido o seu estado maior de desenvolvimento e assim seria o paradigma universal da História. Seria possível aqui assinalar o caráter nacional presente em Hegel, e ainda, o germe da centralização política e do Estado Alemão.

Assim como Comte, Hegel (embora a existência de diferenças radicais sobre a História) está com os pés no tecido social da Europa. Fala a partir da Prússia, da monarquia, mas sonha com a República iluminista. Ambos, na França e na Prússia, se preocupam com o universal e o nacional a partir do posicionamento hegemônico do poder político de seu tempo presente.

Um pouco depois de Hegel, Leopold von Ranke, agora um historiador oficial do império prussiano, apresenta uma produção histórica bastante influenciada pelo pensamento nacional Alemão. Ele vivencia a centralização e criação política do Estado Alemão e vai escrever a história desse Estado. É também, considerado um dos grandes representantes do historicismo alemão. Este foi um período repleto de grandes explicações que destacavam os grandes personagens da história, reis, príncipes, papas, entre outros personagens. Um pensador vital para a germinação de sua própria antítese.



Marx não procede diferente dos anteriores, no tocante à preocupação com uma História dos grandes períodos explicativos. Inicialmente, pode-se apresentar assustador para o pensamento doutrinado, entretanto, Marx não se exclui das grandes narrativas referidas anteriormente. Marx, todavia, possui singularidades em relação aos pensadores citados anteriormente. A começar pelo tecido social que é construído a sua perspectiva de História e tempo presente.

Assim, é nodal a distinção que apresento no projeto com fenomênica sutileza: História e tempo presente, e, história do tempo presente. A primeira se reporta as preocupações com a problematização do projeto da tese em relação ao presente como história em Marx. A segunda, se remete as perspectivas teórico-metodológicas, distantes de Marx por mais de um século. As duas perspectivas não são entendidas como sinônimas, do contrário entoaria uma canção anacrônica, de um Marx historiador (que nunca foi) e mesmo de um pesquisador institucional.

Marx compartilha, como muitos pensadores de seu tempo, das preocupações com a história e o tempo. Mas o faz de modo radicalmente distante da tradição universalista dos Estados nacionais europeus e os círculos intelectuais hegemônicos. Ele parte do prisma econômico para construir a sua concepção de História e tempo presente, baseando-se nos modos de produzir a vida durante a História, o que lhe coube, já no século XIX, o título equivocado de pensador economicista. Marx propõe entender a história do presente para se entender a história o capitalismo manifesto em seu presente imediato. Como cita em “Para a Crítica da Economia Política” (*Zur Kritik der Politischen Ökonomie*) publicada em 1859, quando do método da economia política:

A anatomia do homem é a<sup>2</sup> chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, se compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda territorial. Mas, não se deve identificá-los (MARX, 2008: 264).

É possível verificar o caráter de classe no pensamento de Marx quando é postulada a crítica à economia burguesa em seu tempo presente. Trata-se de um elemento singular da perspectiva histórica do autor diante de seu presente imediato, uma característica inexistente em Comte, Ranke e mesmo em Hegel, onde se

contemplava o tempo presente como o estado da realização humana através do estado positivo, da civilização. No caso de Hegel o encontro do ser “*em si*”, “*para si*”, através do Estado como o mais alto grau de desenvolvimento histórico da humanidade, realizando-se em sua essência burguesa.

Durante a trajetória de Marx, buscar-se-a entender como se apresentou a sua perspectiva de história, ou mesmo a sua filosofia da História. Ainda a título de hipótese, é possível sustentar que em Marx o processo histórico possui o devir dos fenômenos, com avanços e recuos, diante de lutas de classes que em seu tempo presente se realizam na sociedade capitalista. Diferente de parte de seus contemporâneos, não há na crítica da economia política uma perspectiva de contemplação do tempo presente, ao contrário, a perspectiva de Marx é radicalmente crítica em relação ao seu presente imediato, conseqüentemente, o sendo também o seu conceito de História.

## **BREVE RETOUR AOS FRANCESES**

Com essa breve digressão – iniciada por Philippe Tétard e complementada pela proposta da pesquisa – ao referir-se a história do tempo presente não se faz detendo-a no século XX. Entretanto compartilha-se do entendimento que é no século XX que esta perspectiva ganhará um estatuto teórico e metodológico, sobretudo entre os historiadores profissionais.

O advento do *Institut*, ao propor o desenvolvimento de trabalhos historiográficos sobre a história do tempo presente, contou com a existência de olhares amistosos e sobretudo de olhares críticos entre os historiadores franceses, ligados a *Nouvelle Histoire*, emblematicamente Jacques Le Gof, em publicação realizada no mesmo ano de fundação do *Institut d'histoire du temps présent* em 1978. Vejamos a sua preocupação acerca da história e tempo presente:

[...] A história do presente não raro é mais bem feita pelos sociólogos, os politicólogos, certos grandes jornalistas, do que por historiadores de ofício. Annie Kriegel, historiadora perspicaz e completa do fenômeno comunista, trocou a etiqueta de historiadora pela de socióloga (LE GOFF, 1995: 50-51).

Essas preocupações nos remetem a caracterização introdutória em história contemporânea, tempo presente e presente imediato. François Dosse, membro do *Institut d'histoire du temps présent* e com bastante trânsito entre os

historiadores brasileiros, apresentou recentemente uma contribuição para se pensar a caracterização desses conceitos. Em entrevista cedida à revista *História Agora* (2007), François Dosse – pesquisador do *Institut d’Histoire du Temps Présent* (IHTP) e professor do IUFM de *Créteil* (Paris XII), esclarece sobre a história imediata e história do tempo presente:

Antes de falarmos sobre a História do Tempo Presente, vamos falar sobre a História Imediata. Estou me referindo efetivamente à contribuição de Jean Lacouture, na Nova Enciclopédia da História de 1978. Ele escreve um longo texto sobre a pertinência da História Imediata, que efetivamente é o ponto de união do jornalismo e da história. (DOSSE, 2007:02).

E continua:

Então trata-se de saber qual é esta extensão, e é aí que estão as discussões sobre como o Tempo Presente aparece. Alguns dizem que a História do Tempo Presente se dá a partir da última catástrofe datada. Esta é uma maneira de definir o Tempo Presente. Outros dizem que a História do Tempo Presente é entendida enquanto ainda existam pessoas vivas para transmitir sua experiência (DOSSE, 2007: 03).

Como aponta Dosse, o campo é complexo. A tradição francesa estipulou como História Contemporânea todos os fenômenos decorrentes do período após a Revolução Francesa até os nossos dias. Entretanto, esse balizamento se apresentou vasto por demais, dando margem para outras interpretações de contemporâneo.

Assim encontra-se a história do tempo presente, ligada a memória de gerações, traumáticas ou não, sobre determinados eventos históricos capazes de apresentarem o depoimento da memória diante de um tempo geracional, passível de estudos e interpretação históricas.

Concomitantemente, abre-se espaço para o que Dosse entende como história imediata. Esta, muito mais “quente”, muito mais presente por se ocupar do cotidiano imediatamente construído, dividindo, o historiador, o mesmo espaço e tempo com o jornalista.

Ainda no final da década de 1970, parte dos trabalhos historiográficos se ocupavam de um tempo histórico mais recuado, principalmente a Idade Média, o que contribui para o entendimento das preocupações desses intelectuais com a história do tempo presente.

Henry Rousso, historiador também ligado ao I'HTTP, quando questionado sobre o que é a história do tempo presente, esclarece:

Para essa questão existem duas respostas. A primeira, uma resposta que se inscreve no contexto francês. Essa denominação está associada à criação deste instituto: o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) foi criado entre 1978 e 1980 e tinha por objetivo trabalhar sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea no sentido etimológico do termo, ou seja, uma História (...) na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos (ROUSSO, 2009: 03).

Anterior ao ano de 1978, após a Segunda Guerra Mundial, passou-se ao desenvolvimento de uma prática historiográfica já consagrada, atualmente, como história do tempo presente, assim como postula Rousso na citação acima. Entretanto, as bases do que entendemos como história do tempo presente não foram forjadas sem maiores problemas, pois o tempo presente nos remete a uma série de problemáticas, as quais a historiografia, sobretudo a francesa, soubera administrar diante do desenvolvimento metodológico, tendo a fonte oral como privilegiada para tratar de uma História do Tempo Presente.

É diante deste contexto que também se encontra a perspectiva de história do tempo presente, e, diferente do que pode-se inferir, esta perspectiva, na década de 1970, não encontra muitos respaldos entre os *annalistes* dedicados a recuos históricos mais distantes do presente em que trabalha o historiador (como citado anteriormente as preocupações de Jacques Le Goff no ano de 1978).

Todavia, o autor do objeto da tese (Marx) em apresentação, parece se ocupar do tempo presente para a interpretação e desenvolvimento de uma concepção de História e tempo presente para além de seu tempo (1859), para além dos historiadores profissionais de sua época (principalmente da “escola” alemã), onde, a título de hipótese, necessita de provocar relações dialéticas entre as áreas do conhecimento, sobretudo da história, filosofia, economia e do que chamaríamos mais tarde de ciências sociais. Ainda sob a forma de hipótese, para Marx, o conjunto dessas ciências históricas é de elementar importância para o desenvolvimento de suas duas categorias centrais presentes em “Para a Crítica da Economia Política” de 1859: a História e o Tempo Presente.

## COLABORAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE A PARTIR DO BRASIL

As contribuições sobre a história do tempo presente, a partir do l'HTP, colaborarão para demonstrar, na tese, que Marx, há mais de cem anos antes, também já se ocupava de forma central daquilo que formalmente só viera ganhar estatuto teórico e metodológico entre os historiadores profissionais a partir de meados do século XX, como a história do tempo presente. Todavia, ainda sob título de hipótese, Marx não o fizera a partir da academia, ao lado de historiadores, como existia em sua época. Porém, e, com efeito, desenvolvera uma prática teórica e metodológica onde a História e o tempo presente foram centrais na constituição de suas leituras sobre o processo histórico, a partir do presente. Vejamos a contribuição de Celso Frederico diante desta hipótese da tese:

Um dos eixos centrais da metodologia de Marx é a “centralidade do presente” para o conhecimento dos fenômenos históricos. Com essa expressão, entende-se a história como um processo em permanente desenvolvimento e o presente como momento privilegiado para se entender o passado. É a anatomia do homem que permite conhecer a anatomia do macaco – e não o contrário. É também a existência do capitalismo plenamente consolidado que possibilita o estudioso olhar para as sociedades pré-capitalistas e captar os sinais indicativos da desintegração daquela formação social e anunciadores das possibilidades de desenvolvimento futuro (FREDERICO; 2010:07).

Deste modo não se trata, como ponto central da tese, de uma aplicação do conceito de história e tempo presente desenvolvido na França pós Marx, para a interpretação dos escritos de Marx. A tese trata de postular que Marx, em 1859 já havia desenvolvido o conceito de História e tempo presente durante a sua trajetória intelectual, antecedendo-se, de forma distinta, para mais de um século as preocupações teóricas e metodológicas acerca do tempo presente, emblematicamente expressas no decorrer do século XX. Busca-se, diante desta questão, até então hipotética, a percepção das categorias de História e tempo presente em Marx diante da singularidade destes conceitos que precedem uma longa e diversificada tradição diante da escrita da História.

Entendendo que em “Para a Crítica da Economia Política” de 1859 é o trabalho iniciado por Marx, no momento de sua trajetória de maior experiência, e que terá sua continuidade em 1867 com a publicação de O Capital, volume I. Nela, pode-

se observar a permanência da centralidade da História como categoria teórica, forjada durante toda experiência de Marx diante de seu presente histórico.

Diante do contexto internacional de crise econômica e o retorno à Marx por parte dos analistas financeiros e especialistas ligados às ciências humanas, este autor pode contribuir para uma maior compreensão da economia política de nosso presente histórico socialmente situado diante da crise econômica do capital.

Acredita-se que a percepção do conceito de História e tempo presente em Marx e a sua contribuição para o debate atual, frente à conjuntura global, só pode ser executada com êxito diante da perspectiva de totalidade. Para isso torna-se imprescindível o diálogo amplo entre as questões culturais, a identidade socialmente constituída diante da memória e a economia, no sentido de serem elementos fundantes das relações de uma determinada paisagem histórica construída e em construção.

Nestes termos, a tese aqui possui pertinência temática e é congruente com problematizações já desenvolvidas nas ciências históricas a partir da produção intelectual brasileira, emblematicamente por José Carlos Reis, na Universidade Federal de Minas Gerais em 1987, com o tema “Marx e a História” (1987), sob orientação de Ivan Domingues. Trabalho esse também apresentado à *Université catholique de Louvain*, Bélgica. Esse trabalho dissertativo de José Carlos Reis é tributador de uma perspectiva de produção do conhecimento com base na totalidade dos fenômenos de seu tempo presente e busca em Marx as possibilidades de diálogos congruentes com as necessidades de seu tempo. Em “Marx e a História”, o autor, assim como nesta proposta de tese, partilha da mesma perspectiva multidisciplinar entre as ciências históricas, uma vez que sua escrita e princípios teórico-metodológicos partem da historiografia, dialeticamente relacionada com a Sociologia e a Filosofia, esta última, abrigando a pesquisa em seu Programa de Pós-Graduação em Filosofia Contemporânea na década de 1980.

Outros trabalhos mais recentes vão em um sentido de dialogar com Marx com objetivo de examinar fenômenos socioeconômicos e socioculturais nos anos 1990, como são os trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação da História da USP e doutorado em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP por Jorge Grespan, sobre “*O conceito de crise em Marx na crítica da economia política*”, sob orientação de Marcos Lutz Muller, no ano de 1994.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa busca em Marx um conjunto de contribuições para o entendimento e transformação do presente como história imediata. Marx apenas não se preocupou em fazer suposições desalinhadas do conceito de totalidade histórica como também não se debruçou sobre crítica da economia política para apresentar exclusivamente uma interpretação da realidade, mas sim a transformação crítica, radical e revolucionária de seu tempo presente. Partimos de uma tradição que busca em Marx um conjunto de contribuições sobre o conceito de História e tempo presente.

Essas duas categorias são intrinsecamente ligadas na produção marxiana acerca de sua crítica da economia política. O presente como História é parte fundante de toda obra de Marx, pois é a partir do presente que se pode ter acesso ao processo da História que se realiza no presente imediato. O presente imediato é a realização (ou não) do ser social e é nele que se pode encontrar uma das chaves de compressão das realizações do homem em sociedade.

## REFERÊNCIAS

ENTREVISTA. *François Dosse*. Por: Ana Carolina Fiuza. **História Agora** - Revista de História do Tempo Presente (ISSN 1982-209X). Brasil, n. 7, agosto de 2009.

ENTREVISTA. *Henry Rousso*. Por: AREND, Silvia Maria Fávero & MACEDO Fábio. **Tempo e Argumento** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

FREDERICO, Celso. “Nas trinlas da Emancipação”. In: **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**, Introdução/Karl Marx; tradução de Lúcia Ehlers. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GRESPLAN, Jorge. **A Dinâmica da Crise. Um estudo sobre o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política**. Doutorado em Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1994.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã I**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Presença; Brasil, Martins Fontes, 1974. (Coleção Síntase).

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Zur Kritik der Politschen Ökonomie. Werke**, v. 13. Erschienen 1859 bei Franz Duncker, Berlin.

REIS, José Carlos. **Marx e a História**. Dissertação de mestrado em Filosofia Contemporânea. FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

TÉTARD, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.



---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de São Paulo, *campus* de Marília.

<sup>2</sup> Nas traduções para as línguas portuguesa, francesa e espanhola, o artigo fora traduzido para o definido, sendo que a fonte na língua de origem apresenta o artigo indefinido, *uma*, o que é melhor expressivo da pluralidade de Marx ao entender que a anatomia do homem é uma chave para entender a anatomia do macaco, ou seja, as relações sociais do tempo presente é uma das possibilidades de se compreender a constituição histórica deste mesmo presente.

ENVIADO EM: 28.05.2012

APROVADO EM: 19.06.2012

**ESTADO, POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA EM MARX****STATE, POLITICS AND EMANCIPATION OF MANKIND IN MARX****Antonio Valricélio Linhares da Silva<sup>1</sup>****Enéas Arrais Neto<sup>2</sup>****Epitácio Macário<sup>3</sup>****RESUMO**

Neste breve ensaio faremos uma incursão sobre dois importantes escritos de Marx, *Sobre a questão judaica* (MARX, 2010) e *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a Reforma Social". De um Prussiano* (1995). Fazendo uma síntese destes escritos, abordaremos a relação entre a natureza do Estado e da política, seus limites e a questão da emancipação humana. Assim, compreender a emancipação humana, isto é, a efetivação da liberdade real do homem, sua afirmação existencial concreta enquanto ser genérico, um ser que cria a cultura e a si mesmo conscientemente, portanto livre da alienação, é um desafio atual, não só porque sua antítese permanece, mas também porque ainda é mal entendida quanto às origens de sua negação e a forma de superação radical dos males que se sobrepõem a ela. Consideramos, portanto, a partir da leitura das referidas obras, em particular quanto à relação entre a natureza do Estado e da política, em contraponto a emancipação humana, que Marx não apresenta como alternativa ao Estado burguês, por exemplo, outro tipo de Estado ou um Estado sob outra direção, mas afirma a necessidade da superação do próprio Estado moderno, tendo em vista o fato de este corresponder à própria negação da universalidade real do homem.

**Palavras-chave:** Estado – Política - Emancipação humana

**ABSTRACT**

In this brief essay we will make an incursion over two important writings of Marx, *On the Jewish Question* (MARX, 2010) and *Critical Notes on the Article "The King of Prussia and Social Reform. By a Prussian"* (1995). Making a synthesis of these writings, we will approach relation among State and politics nature, its limits and the issue of emancipation of mankind. Thus, comprehending emancipation of mankind, namely, effectivation of real freedom of mankind, its concrete, existential affirmation while generic being, an one that creates culture and himself consciously, so free of alienation, is a current challenge, not just because its antithesis remains, but also because it's misunderstood yet regarding its negation's origins and the way of radical overcoming evils that overlap it. We consider, so, from the reading of referred works, particularly to relation among State and politics nature, in counterpoint to human emancipation, that Marx doesn't present like alternative to bourgeois State, for example, another kind of State or an one under other direction, but claims the need of overcoming by modern State itself, due to the fact that this corresponding to own negation of real man's universality.

**Keywords:** State – Politics – Emancipation of Mankind

## D'A QUESTÃO JUDAICA: O ESTADO POLÍTICO E A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO RELIGIOSA E POLÍTICA.

Bruno Bauer achava-se diante de uma questão para ele fundamental, a busca da emancipação perseguida pelos judeus alemães. Mas em sua pátria encontrava-se diante da necessidade da emancipação política e, por conseguinte, da emancipação humana. Assim, sugeria aos judeus que estes deviam, na condição de alemães, “trabalhar pela emancipação política da Alemanha” e, enquanto homens, “pela emancipação da humanidade” (MARX, 2010, p. 33).

Trata da questão judaica explorando a natureza do judeu, fazendo a crítica da religião judaica, analisando a oposição religiosa entre *judaísmo* e *cristianismo* e por fim, explicando a essência do Estado cristão. Para elea emancipação do judeu não seria possível sem a emancipação de todos, sem abolir a religião, sem abolir o Estado religioso cristão. “Ao querer a emancipação do Estado cristão, o judeu pede que o Estado cristão renuncie ao seu preconceito *religioso* [...]” (idem). Mas, pela natureza de ambos, nem o Estado cristão nem os judeus podem ser emancipados. Bauer sustentava que “o Estado cristão, por sua própria essência, não pode ser emancipado, mas[...], o judeu, por sua própria essência não pode ser emancipado. Enquanto o Estado for cristão e o judeu judaico, ambos serão igualmente incapazes tanto de conceder quanto de receber a emancipação” (Ibid, p. 34). Contudo, de acordo com Marx, Bauer resolve a questão judaica nos próprios limites da questão, de modo que na formulação do problema encontra-se a sua própria resolução. Assim, a crítica à questão judaica é a crítica à emancipação requerida pelos judeus e a crítica ao Estado cristão.

Qual seria a imediata situação do judeu alemão, seu sofrimento existencial? Bauer responderia, como está descrito em Marx: a carência de emancipação política e o acentuado cristianismo do Estado. Em síntese, como Marx apresenta, a questão judaica para Bauer tem significado geral, a despeito da especificidade da Alemanha, é um problema unicamente da relação entre religião e Estado, entre *preconceito religioso*, [segregação religiosa e humana pela religião] e a *emancipação política*. De modo que a emancipação da religião põe-se como condição tanto ao judeu como ao Estado, sendo que este deveria emancipar o judeu e emancipar-se a si próprio.

Assim, a condição da emancipação do judeu é que ele abandone sua religião, do mesmo modo que a condição da emancipação do Estado é que ele deixe de ser cristão, no caso do Estado alemão, ou de maneira geral, que passe a ser laico – o que praticamente equivale a transferir a religião para a esfera da sociedade civil, constituindo-se um *Estado aperfeiçoado, ateu, democrático*, aquele que *garante* a liberdade e a igualdade.

Contudo, Marx demonstra empiricamente que tais Estados, embora não fossem devidamente considerados na análise de Bauer, já existiam da mesma forma que na democracia norte-americana, sem uma religião oficial, mas com a presença massiva da religião no seio da sociedade civil.

Ora, esta constatação de Marx é logo seguida de uma inabalável conclusão: a abolição da religião por parte do Estado não faz desaparecer a religião nem garante a emancipação, a liberdade do homem diante da alienação religiosa. Em relação a este último caso, os Estados emancipados da religião postulam a igualdade e a liberdade, mas tão somente no plano formal, mantendo a particularidade das esferas da vida social na forma da propriedade privada, ou como atesta Marx de maneira mais substancial:

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar, nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante voluntário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral e tornem efetiva a sua essência particular (MARX, p. 39-40).

E a maneira de ser do Estado não é uma mera contingência accidental, mas um *modus operandi* necessariamente liberal, daí que a forma particular de atuação destas instituições sociais (propriedade privada, formação, trabalho) encontre na atuação do Estado a sua forma particular de ser, a forma da propriedade privada.

Marx considera que Bauer não só cai em contradições, mas lança questões que não pode responder por não questionar nem o *tipo* de emancipação nem o *tipo* de Estado. O engano de Bauer é visível

[...] no fato de só submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal”, no fato de não investigar a *relação entre emancipação política e emancipação humana* e, em consequência, de impor condições que só se explica a partir da confusão acrítica da emancipação política com a emancipação humana geral (Ibid, p. 36).

Para Marx, conforme o Estado onde o judeu se encontra, a crítica de Bauer recebe formulação diferente: na medida em que a crítica de Bauer se limita a um Estado onde não se configure como *político*, não emancipado da religião, como na Alemanha, a questão judaica é puramente teológica, de maneira que a crítica é, neste caso, a *crítica bivalente da teologia* (cristã e judaica). A crítica deixa de ser teológica quando o Estado onde se encontra o judeu é um Estado laico, emancipado da religião, passando a ser *crítica do Estado político*. Mas para Marx, é neste ponto, no qual a crítica deixa de ser teológica, que a crítica de Bauer deixa de ser crítica para cair no equívoco de não considerar a natureza do Estado e da própria emancipação política e humana.

Resta-nos agora somente mais uma importante observação nesta incursão sobre a questão judaica: no Estado aperfeiçoado, democrático, ateu, o homem - embora não reconhecido por Bauer – surge na sociedade civil como um *fenômeno ilusório*, ao passo que no Estado (na sociedade política), onde é visto como um ser *genérico* [de Feuerbach] o homem é o membro imaginário de uma soberania ilusória, despojado de sua vida real individual, e dotado de uma universalidade igualmente irreal.

Para evitar que seja tomado como quem rejeita a emancipação política, o próprio Marx esclarece que “A *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática” (Ibid, p. 41). “Todavia”, continua adiante, “não tenhamos ilusões quanto ao limite da emancipação política [...]” (Ibid, p. 42).

Depreende-se aqui *en passant* que a emancipação política do homem não se realiza na emancipação política do Estado. Mesmo tendo este se libertado da religião e se constituído, como queria Bauer, em Estado político, mantém o princípio da liberdade e da igualdade apenas como postulações universais abstratas, supera

formalmente a propriedade privada, mas a mantém na medida em que a pressupõe e configura à sua forma (liberal burguesa) tanto o direito à propriedade, como o direito à educação, à profissionalização e, poderíamos dizer, à saúde e à moradia, tal como a garantia real de alimentação e uma renda mínima para superar a miséria, uma forma particular inerente ao próprio Estado democrático burguês de manter as contradições materiais das quais derivam aqueles elementos universais e as políticas de assistência social. De modo que na sociedade contemporânea, a resolução do problema da emancipação é adiada. Tanto em Bauer como para muitos políticos mesmo da esquerda do nosso tempo, a emancipação política não é reconhecida como parcial e limitada.

Neste caso expresso em *Sobre a questão judaica*, o Estado, mesmo emancipado da religião, não pode conferir ao homem a emancipação política, muito menos a emancipação humana, uma vez que mantém-se preso necessariamente a uma outra condição, a de ser uma instância do poder burguês, para o qual a liberdade e a verdadeira emancipação humana encontra seu limite na propriedade privada e na reprodução material do modo social burguês. Por mais diferentes que sejam os Estados dos diferentes países civilizados, “em que pese à confusa diversidade de suas formas, têm de comum o fato de que todos eles repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que em alguns lugares esta se ache mais desenvolvida do que em outros, no sentido capitalista”.<sup>4</sup>

#### **DAS GLOSAS CRÍTICAS MARGINAIS AO ARTIGO “O REI DA PRÚSSIA E A REFORMA SOCIAL”. DE UM PRUSSIANO. O ESTADO, A ALMA POLÍTICA E O DESAFIO DE SUPERAR O PAUPERISMO.**

É em mais uma polêmica com um de seus contemporâneos que Marx oferece ao mundo uma teorização pertinente acerca da aparência e da essência do Estado e da política modernos e, vale dizer, hodiernos. Marx se dispõe a rasgar o tecido de erros escondidos em uma coluna de jornal, para os quais nem todos os leitores, segundo ele mesmo, poderiam ter *cultura e o tempo necessário para perceber uma tal charlatanice literária*. A charlatanice surge da cabeça de Arnold Ruge, que publica um artigo no Jornal Avante (*Vorwärts*), numa Alemanha cujo

Estado ainda não atingira a forma moderna de um Estado político, livre da arte política religiosa cristã, ou, como Bauer queria, um Estado emancipado da religião.

Arnold Ruge, o prussiano, levanta a tese central de que

Num país não-político como a Alemanha [...] é impossível compreender que a miséria parcial dos distritos industriais é uma questão geral e menos ainda que é um dano para o conjunto da sociedade. Para os alemães, o acontecimento tem o mesmo caráter de qualquer seca ou carestia local. Por isso, o rei o considera como um “defeito de administração e de assistência” (MARX, 1995, p. 4.)

De fato, para Ruge, é no caráter não-político da Alemanha que se encontra a origem da miséria, ou do pauperismo local, de onde surge a conclusão do rei prussiano de que esta causa está na falha da administração e da assistência. Os meios contra o pauperismo estariam numa atitude política de um Estado político, isto é, o enfrentamento do problema seria possível com ações institucionais de ordem administrativa, por medidas legais e assistenciais. O que equivaleria a resolver as falhas de administração, típicas de um Estado não desenvolvido.

Ruge chegava a estas conclusões equivocadas a despeito das muitas investidas políticas de outros Estados contra o crescimento do pauperismo ou miséria (termo mais conhecido no Brasil), como era o caso do Estado inglês e do francês que, embora sendo nações desenvolvidas politicamente, não conseguiram reconhecer a origem real do pauperismo de operários ou o avanço da mendicância, muito menos conseguiram resolvê-los de modo definitivo, a não ser penalizando as vítimas imediatas do estado de miséria a que estavam lançados.

De acordo com Marx, no caso do tratamento dado pelo Estado inglês ao pauperismo, sua origem estaria, num primeiro momento, na falha da assistência, ou na carência de assistência eficaz contra a miséria e, num segundo momento, após muitas investidas assistenciais típicas de um Estado político moderno, no excesso de assistência, restando a explicação malthusiana de que o pauperismo é resultante de uma eterna lei natural, inerente aos pobres, culpa deles e neles punida. No caso do Estado francês, também desenvolvido politicamente em relação à Alemanha, o pauperismo é enfrentado por Napoleão à forma de um golpe: uma lei de repressão à mendicância, que instituía depósitos de mendigos, verdadeiras penitenciárias (Cf. MARX, 1995).

A conclusão imediata a que Marx chega, embora não seja agora novidade, é a de que, “[...] por mais que os Estados tivessem se ocupado do pauperismo, sempre se ativeram a medidas de administração e de assistência, ou, ainda mais, desceram abaixo da administração e da assistência” (Ibid, p. 9). Ainda hoje os administradores dos Estados perseguem uma fórmula de combate à miséria por meio de medidas administrativas e assistenciais, seja por sua formação partidária liberal burguesa, seja por cegueira teórica ou até mesmo por cinismo. E não adianta apelar para a criatividade quando esta se encontra limitada às determinações do Estado e da política. Embora reconheçamos que aquele que tem sede precisa beber e aquele que tem fome precisa comer e que as políticas assistenciais têm seu papel considerável.

Estas incursões sobre os limites da percepção ingênua de Ruge já bastam para expormos agora as assertivas centrais apresentadas por Marx. A primeira é a de que o Estado jamais encontrará nele mesmo e na organização da sociedade o fundamento dos males sociais; o Estado e a organização da sociedade não são, em termos políticos, duas coisas diferentes, acrescenta Marx; todos os Estados procuram as causas em diferenças acidentais intencionais da administração, indicando como remédio aos males as medidas administrativas; o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração e seus meios e possibilidades sem eliminar a si mesmo, pois repousa sobre esta contradição; o Estado repousa sobre outra contradição, a contradição entre sua universalidade e a vida privada (o interesse burguês), de maneira que se o Estado quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria que acabar com a atual vida privada, conclui Marx.

Mais uma citação direta das *Glosas críticas* não poderia escapar aqui:

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto, no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, [tanto menos está disposto a procurar] os fundamentos dos males e a compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política [...] (Ibid, p. 11).

Poderíamos pensar insistentemente, à contra-senso, que um maior desenvolvimento da consciência política, ou da política mesmo, elevaria a



capacidade de percepção da origem das incontestâncias sociais, como pretenderiam os políticos profissionais ou os que se atêm ao exclusivismo da política como instância de poder de ordem suprema. Mas para seu desgosto, Marx sugere mais uma estonteante argumentação certa quanto à natureza unilateral do pensamento político: “[...] quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais [...]” (Ibid, p. 12).

Sendo assim, nos perguntaríamos ainda: Marx nega a política? Esta deve ser abandonada como estratégia pelo movimento revolucionário? Na verdade, temos em Marx uma negação dialética da política para demonstrar com evidência seus limites. Dada a sua natureza, isto é, o fato de ser um reflexo do tipo de sociedade dividida em classes antagônicas, a política não pode ultrapassar seu limite, a linha divisória entre ser o espírito do Estado, pautado pelo interesse particular (de salvaguardar a propriedade privada, a propriedade burguesa) e ser um ponto de vista unilateral, dicotomizado da totalidade social.

Marx concorda com o prussiano, quando este afirma que “uma revolução social sem alma política (isto é, sem uma visão organizativa do ponto de vista da totalidade) é impossível” (RUG, *apud* MARX, 1995, p. 18). Concorda na medida em que esta totalidade envolva o conjunto das contradições sociais, desde a materialidade às instâncias simbólicas subsequentes. Isso porque para Marx, uma revolução social situa-se do ponto de vista da totalidade e não da parcialidade absolutizada da alma política. A revolução social assume uma dimensão de totalidade na medida em que é um protesto do homem contra a vida desumanizada. O seu ponto de vista não é o de uma totalidade abstrata daquele Estado cuja subsistência se faz na separação da vida real do homem, mas de uma totalidade concreta na qual se faz a vida real do homem.

Confirmando a afirmação da política no sentido dialético em Marx, ele mesmo considera que “toda revolução dissolve a velha sociedade; neste sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política” (MARX, 1995, p. 18). A política é, assim, articulada com a revolução social que, ao reestruturar a sociedade de cima abaixo, supera as bases da própria política e do Estado. A política articulada à revolução social tende a negar-se a si mesma. A este respeito

Marx conclui que “logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político”.

Concluimos que, para um movimento revolucionário, sua meta central não pode ser o polimento da política, que é, antes de tudo, o fortalecimento do Estado. Não foi isso mesmo o que ocorreu com a experiência fracassada do socialismo real? O Estado não só foi fortalecido, como foi o instrumento de negação do próprio socialismo. Não por acaso, a alma política da revolução, ou a política com toda a sua limitação óptica e pragmática, estava incorporada na figura do partido. Alma política que criou um *círculo dirigente* ativo e cegamente apoiado na natureza limitada do Estado e da política.

Mészáros (2009) tem alertado, ao apontar os erros da revolução socialista, que o Estado, um dos elementos do tripé de sustentação do capital, manteve-se intacto. Por isso mesmo é que a ação revolucionária foi logo sufocada pelos limites da ação política que pairava sobre os círculos dirigentes que viviam às custas da própria sociedade que dirigia. Por isso mesmo é que o capital se reproduzia e controlava os destinos da vida social, presa por sua vez aos limites do trabalho assalariado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Se depender do Estado, mesmo o *Estado político* de Bauer, ou da *alma política* do Estado de Ruge, a emancipação humana não será atingida. O Estado não pode conceder emancipação política e religiosa, muito menos a emancipação humana, pois não é possível a ele libertar-se de sua própria limitação, de sua universalidade formal, ou essência burguesa.

A questão atual, como no tempo de Marx, não é a da emancipação religiosa, ou política, embora esta seja importante, ou mesmo a de saber qual Estado é ou não capaz de garantir a emancipação humana: o não-político, o político laico, liberal, ou o *político socialista*. Marx não colocava como alternativa ao Estado burguês, por exemplo, um outro tipo de Estado, sob outra direção, mas afirmava a necessidade da superação do próprio Estado moderno, tendo em vista o fato de este corresponder à própria negação da universalidade real do homem.

Também a questão não é saber se uma forma ou outra de ação política do Estado, se de administração ou de assistência, pode superar a miséria, muito menos se um partido ou outro é o mais eficiente neste intento social. Aliás, a generosidade do Estado ou de um partido quando implementam um programa de assistência só pode se afirmar, ou se nutrir na existência do objeto de sua falsa generosidade, a miséria, a pobreza, ou numa outra gradação social após um suposto êxito em superar a miséria e a pobreza, no baixo poder de consumo das massas.

O Estado e a política não podem garantir a emancipação humana. O primeiro *sujeito*“ jamais encontrará em si e na sociedade o fundamento dos males sociais, já que ele é a fonte desses males sociais” (CHAGAS, 2007). Neste caso, como pode um sujeito negar conscientemente a si mesmo quando sua tendência inevitável é sua auto-reprodução? A política não tem outra forma de ser senão segundo o interesse do Estado, agir conforme as projeções da sociabilidade que sustenta e é grandemente sustentada pelo Estado, sociabilidade que só pode ser negada historicamente por uma revolução social que garanta a emancipação real do homem.

## REFERÊNCIAS

CHAGAS, Eduardo Ferreira. A crítica à política em Marx. In SOUSA, Adiana e Silva; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; et. al.: (orgs). **Trabalho, filosofia e educação no espectro da modernidade tardia**. Fortaleza: Edições UFC, 2007. (p.67-81).

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a Reforma Social”**. De um Prussiano. Revista Práxis. n. 5. Tradução de Ivo Tonet. Belo Horizonte, 1995. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>>.

\_\_\_\_\_. Observações à margem do programa do partido operário alemão. In MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 3. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.

---

<sup>1</sup> Aluno do Mestrado em Educação Brasileira da UFC. E-mail: valricelio2@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Educação Brasileira pela UFC. E-mail: eneas\_arrais@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Educação Brasileira pela UFC. E-mail: e\_macarius@yahoo.com.br

<sup>4</sup>Cf. MARX, Karl. Observação à margem do programa do partido operário alemão. In MARX, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas**. V.2 São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d, p. 221.

ENVIADO EM: 30.06.2012

APROVADO EM: 11.07.2012